

EMENTÁRIO DO CURSO DE DIREITO – 2022

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
1º	Ciência Política e Teoria Geral do Estado		4	60				60
	Antropologia Jurídica		2	30				30
	Direitos Humanos e Cidadania		2	30			4	30
	Teoria Geral do Direito e História do Direito		4	60		30		60
	Direito Civil I		4	60			4	60
	Análise Textual e Linguagem e Argumentação Jurídica		4	60				60
	Economia Política		2	30		30		30
	TOTAL		22	330		60	8	330

NOME DA DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0126	(X) Obrigatória	() Optativa	4	1º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Objeto de estudo da Ciência Política e Teoria do Estado. Estudo da Sociedade: Teorias Clássicas da origem da sociedade e seus elementos característicos da sociedade. Estudo do Estado: Origem, Conceito, Fins e Funções do Estado. A formação do Estado: causas, justificação e desaparecimento do Estado. Elementos Constitutivos do Estado. Evolução histórica do Estado: Estado Antigo, Estado Grego, Estado Romano, Estado Medieval e Estado Moderno. Fundações Teóricas do Estado Moderno: Maquiavel, Montesquieu, Hobbes, Locke, Rousseau. Estado Contemporâneo. Estado de Direito: Estado Liberal de Direito, Estado Social de Direito, Estado Democrático de Direito. Tendências Contemporâneas da teoria política e do Estado. O Estado brasileiro e o panorama da Constituição Federal de 1988.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Estudar o Estado e o funcionamento das instituições por ele responsáveis, sua estrutura e funcionamento, bem como sua relação com o sistema jurídico (o Estado é o <i>locus</i> privilegiado de emanção na normatividade e da política). Específicos: a) permitir uma compreensão ampla acerca das Instituições que orientam o Estado;				

- b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Objeto de estudo da Ciência Política e Teoria Geral do Estado

UNIDADE 2. Estudo da Sociedade

2.1 Origem

2.2 Conceituação

2.3 Elementos característicos da sociedade

UNIDADE 3. Estudo do Estado

3.1 Origem

3.2 Conceito

3.3 Fins e funções do Estado

UNIDADE 4. A formação do Estado

4.1 Causas

4.2 Justificação

4.3 Desaparecimento do Estado

UNIDADE 5. Elementos Constitutivos do Estado

UNIDADE 6. Evolução histórica do Estado

6.1 Estado Antigo

6.2 Estado Grego

6.3 Estado Romano

6.4 Estado Moderno

6.4.1 Primeira Manifestação do Estado Moderno: Estado Absolutista

6.4.2 Segunda Manifestação do Estado Moderno: Estado Liberal

UNIDADE 7. Fundações Teóricas do Estado Moderno: Maquiavel, Montesquieu, Hobbes, Locke, Rousseau

UNIDADE 8. Estado Contemporâneo

8.1 Estado de Direito

8.2 Estado Democrático de Direito

UNIDADE 9. Tendências Contemporâneas da teoria política e do Estado

UNIDADE 10. O Estado brasileiro e o panorama da Constituição Federal de 1988

Bibliografia Básica:

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

STRECK, Lênio Luís; MORAIS, José Luís Bolzan de. **Ciência política e teoria geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11. ed. São Paulo: UnB, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Rideel, 2003.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. 13.ed. São Paulo: Ática, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA JURÍDICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0127	(X) Obrigatória	() Optativa	2	1º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				

Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: A Antropologia como campo de conhecimento. Cultura: o conceito e suas relações com o Direito. Etnocentrismo, discriminação, preconceito e relativismo cultural. Multiculturalismo, tolerância, diversidade, alteridade e processos identitários, etnicidade, relações étnico-raciais (povos indígenas, quilombolas, ciganos, grupos étnicos, branquitude e negritude e outros grupos, etnicamente, diferenciados), deficiência, gênero/sexualidade. Antropologia e Direito.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Apresentar uma discussão e reflexão antropológica acerca da diversidade cultural e das relações étnico-raciais, histórico e, socioculturalmente, situadas, a partir do contexto brasileiro e suas intersecções globais e locais. Específicos: a) discutir problemas sobre cultura, suas relações com o Direito e os direitos humanos, a fim de oportunizar uma reflexão entre cultura, poder, etnocentrismo, pluralismo, identidade e alteridade, multiculturalismo e tolerância; b) reconhecer a questão da diferença no âmbito das vivências identitárias em relação a gênero, idade, classe, cor, religião, dentre outros, promovendo a conscientização em relação aos direitos de expressão cultural de todos os grupos humanos; c) proporcionar conhecimentos antropológicos que possibilitem analisar, criticamente, a realidade social brasileira, constatar as relações que nelas se desenvolvem e a natureza dos fatos sociais, entre os quais o <i>direito</i> e <i>dever</i> , que caracterizam essa realidade; d) contribuir para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos, locais e globais, e para a formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, com o desenvolvimento de habilidades para dialogar entre diversos saberes, de forma transversal.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Antropologia e Direito 1.1 Antropologia jurídica: aplicando a Antropologia na esfera do Direito 1.2 Teorias Antropológicas 1.3 Estudos de caso em Antropologia e Direito UNIDADE 2. Cultura: o conceito e suas relações com o Direito 2.1 Cultura e Raça 2.2 O estudo do homem e da diversidade cultural 2.3 A ideologia da democracia racial no Brasil 2.4 Racismo e legislação no Brasil 2.5 O conceito de cultura 2.6 Como opera a cultura: Bronislaw Malinowski e o direito tribal UNIDADE 3. As categorias de indivíduo e pessoa na Antropologia e no Direito 3.1 Louis Dumont, Marcel Mauss e Roberto DaMatta: indivíduo, individualismo e pessoa 3.2 Público e privado no Brasil: cidadania x jeitinho UNIDADE 4. Cultura, direito e diversidade 4.1 A construção social da identidade e da alteridade 4.2 Gênero, cultura e direitos humanos 4.3 Etnocentrismo, relativismo e pluralidade cultural 4.4 O universalismo dos direitos humanos e o relativismo antropológico 4.5 Multiculturalismo e tolerância 4.6 Construção social da diferença e o direito à diferença 4.7 A virada ontológica na antropologia UNIDADE 5. O direito e o olhar antropológico				

5.1 Família e parentesco: a figura das crianças, dos adolescentes, o papel da mulher e do homem no contexto familiar e social
5.2 Debates clássicos na antropologia sobre conflitos e as formas de resolução de conflitos em diferentes sociedades
5.3 Dilemas contemporâneos da sociedade brasileira em relação ao tema: justiça, crime, direitos humanos e diversidade cultural
Bibliografia Básica: PALMA, Rodrigo. Freitas. Antropologia jurídica . São Paulo: Saraiva, 2018. SOARES, Ricardo Maurício. Freire. Sociologia e Antropologia do Direito . São Paulo: Saraiva, 2019. CASTRO, Eduardo Viveiros de. Metafísicas canibais-elementos para uma antropologia pós-estrutural . 1 ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.
Bibliografia Complementar: SACCO, Rodolfo. Antropologia jurídica : contribuição para uma macro - história do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2013. PALMA, Rodrigo. Freitas. Antropologia jurídica . São Paulo: Saraiva, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0128	(X) Obrigatória	() Optativa	2	1º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Processo de Internacionalização dos direitos humanos. Garantia dos direitos humanos. Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Instrumentos de Proteção dos Direitos Humanos. Sistemas interno, regional e internacional de proteção da pessoa. Previsão normativa interna e internacional. Documentos internacionais. Desafios na implementação dos direitos humanos. Estrutura, normas e jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A construção da cidadania no Brasil. Movimentos e lutas sociais. Cidadania na sociedade contemporânea. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Realizar uma análise histórico-reflexiva das questões sobre direitos humanos ao longo da história, e sua relação com a democracia e a cidadania. Específicos: a) apresentar as bases teóricas e o percurso histórico de afirmação, desenvolvimento, ampliação, constitucionalização e internacionalização dos direitos humanos, contextualizando-a aos institutos contemporâneos, com ênfase ao tratamento que a Constituição Federal de 1988 confere aos tratados internacionais de direitos humanos; b) apontar os novos desafios para os direitos humanos contemporâneos, impostos pela ordem econômica, social e política vigente, a fim de estimular a interpretação, integração e aplicação das normas sobre direitos humanos à luz dos novos paradigmas hermenêuticos; c) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Direitos Humanos: parte geral 1.1 Conceituação e contextualização dos direitos humanos				

1.2 Análise de algumas tipologias clássicas de direitos humanos
1.3 Discussão da construção social dos direitos humanos
1.4 Teoria Crítica dos Direitos Humanos
UNIDADE 2. Direitos humanos e cidadania
2.1 A construção da cidadania no Brasil
2.2 Movimentos e lutas sociais
2.3 Direitos humanos e a Constituição Federal de 1988
2.4 Direitos humanos e cidadania
2.5 Participação política como expressão da cidadania
2.6 Direito das minorias no sistema democrático
2.7 Direitos humanos como direito a ter direitos
2.8 Acesso à esfera pública; cidadania e desigualdade social
2.9 Vetores contemporâneos para a discussão da cidadania: etnia, gênero e novas clivagens de identidade
UNIDADE 3. Direitos humanos na perspectiva internacional
3.1 Direito Internacional dos Direitos Humanos
3.2 Tratados, pactos, convenções e declarações internacionais de direitos humanos
3.3 Os sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos
3.4 Desafios na implementação dos direitos humanos
3.5 Projetos e práticas educativas promotoras da cultura de direitos
UNIDADE 4. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade
Bibliografia Básica: BELTRAMELLI NETO, Silvio. Curso de Direitos Humanos . São Paulo: Grupo GEN, 2021. GUERRA, Sidney. Curso de Direitos Humanos . São Paulo: Saraiva, 2020. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos . 9. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Método, 2021. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil . O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos e lutas sociais na História do Brasil . 8 ed. São Paulo, Loyola, 2013.
Bibliografia Complementar: MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais . Teoria geral: comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2021. PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos . São Paulo: Saraiva, 2018. RAKAKI, Fernanda Franklin. Seixas; VIERO, Guérula. Mello. Direitos humanos . Porto Alegre: SAGAH, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO DIREITO E HISTÓRIA DO DIREITO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0129	(X) Obrigatória	() Optativa	4	1º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direito e sociedade. Conceito e objeto da História do Direito. Direito nas sociedades primitivas ou arcaicas. Direito e sociedade na Antiguidade. Direito no Medievo e dogmática canônica. Direito na				

sociedade moderna. Sistemas jurídicos contemporâneos. Fontes do Direito. Ramos do Direito. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Relação Jurídica. Direito e Moral.

Objetivos da Disciplina:

- a) examinar as instituições jurídicas ocidentais a partir de suas raízes históricas;
- b) desenvolver uma visão ampla acerca do Direito e discutir a historicidade das instituições jurídicas no Brasil, sob os aspectos sociais, ético, cultural e político;
- c) estudar questões relacionadas à condição humana, ao fenômeno da linguagem e à capacidade de compreender, interpretar e atribuir sentidos frente aos códigos de Direito e aos fatos sociais.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. História do Direito

1.1 Historicidade do direito

1.2 Código de Hamurabi

1.3 Legislação Mosaica

UNIDADE 2. História do Direito

2.1 Direito Grego

2.2 Direito Romano

2.3 A tradição jurídica ocidental

UNIDADE 3. História do Direito

3.1 Sistemas jurídicos contemporâneos

3.2 O Direito no Brasil colonial

3.3 Contextualização histórica do pensamento jurídico no Brasil

UNIDADE 4. Teoria Geral do Direito

4.1 Direito e sociedade

4.2 Considerações acerca da ciência jurídica

4.3 Teoria geral da norma jurídica

4.4 Teoria do direito intertemporal

UNIDADE 5. Teoria Geral do Direito

5.1 Teoria das fontes do direito

5.2 Teoria da relação jurídica

5.3 Teoria do ordenamento jurídico

UNIDADE 6. Teoria Geral do Direito

6.1 Teoria do pensamento jurídico – jusnaturalismo, juspositivismo e pós-positivismo

6.2 Teoria das funções sociais do direito – direito e controle social, direito e mudança social e direito e estratificação social

6.3 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

Bibliografia Básica:

ALTAVILA, J. **Origem do direito dos povos**. São Paulo: Ícone, 2001.

GUSMÃO, P. D. **Introdução ao estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

WOLKMER, A. C. (Org.). **Fundamentos de história do Direito**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALVES, J. C. M. **Direito romano**: instituições de Direito romano; parte especial: direito das obrigações; direito de família; direito das sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

COULANGES, F. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o Direito e as instituições da Grécia e de Roma. Bauru: Edipro, 2001.

DAVID, R. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACIEL, J. F. R.; AGUIAR, R. **Manual de história do direito**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MASCARO, A. L. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

SOARES, R. M. F. **Teoria geral do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2019.

VALLADÃO, H. História do direito, especialmente do direito brasileiro : parte II - Direito Brasileiro imperial e republicano. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1973.
VENOSA, S. S. Introdução ao estudo do direito . São Paulo: Grupo GEN, 2022.
WOLKMER, A. C. Introdução ao pensamento jurídico crítico . São Paulo: Saraiva, 2001.
WOLKMER, A. C. Pluralismo jurídico . São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0130	(X) Obrigatória	() Optativa	4	1º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Decreto Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) - art. 1º ao 7º; Pessoa Natural. Pessoa Jurídica. Domicílio. Bens. Fato Jurídico. Prescrição e Decadência. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver uma visão ampla acerca do Direito Civil, com destaque para a parte geral, como fonte de regulação das relações patrimoniais entre pessoas e coisas; b) compreender a importância do Direito Civil na vida econômica das pessoas, físicas e jurídicas, e a importância da aplicação prática dos diversos institutos jurídicos objeto da disciplina; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito; d) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento do Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (art. 1º ao 7º) UNIDADE 2. Pessoa natural UNIDADE 3. Direitos da personalidade UNIDADE 4. Constituição da pessoa jurídica UNIDADE 5. Pessoas jurídicas de direito privado UNIDADE 6. Domicílio civil e bens jurídicos UNIDADE 7. Classificação dos bens UNIDADE 8. Fato jurídico em sentido amplo e negócio jurídico UNIDADE 9. Plano de existência e plano de validade do negócio jurídico UNIDADE 10. Defeitos do negócio jurídico UNIDADE 11. Invalidade do negócio jurídico e plano de eficácia UNIDADE 12. Prova do negócio jurídico UNIDADE 13. Ato ilícito UNIDADE 14. Prescrição e decadência UNIDADE 15. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade				
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro : teoria geral do direito civil. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil : parte geral. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil : parte geral. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.				
Bibliografia Complementar:				

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro : Teoria geral do direito civil. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil : Volume único. 7 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.
LÔBO, Paulo. Direito Civil : parte geral. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
TARTUCE, Flávio. Direito Civil : Lei de Introdução e Parte Geral. 19 ed. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2023.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Código civil interpretado . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: ANÁLISE TEXTUAL E LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0131	(X) Obrigatória	() Optativa	4	1º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Língua e linguagem. Gêneros e tipologias textuais. Teoria do texto. Coesão e coerência textual. Texto dissertativo. Técnicas de leitura. Leitura e análise de texto. Leitura e análise de diferentes peças processuais. Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Direito e linguagem. Linguagem jurídica, linguagem forense. Procedimento argumentativo dogmático. Linguagem e persuasão. Técnicas argumentativas. Argumentação jurídica.				
Objetivos da Disciplina: a) reconhecer a linguagem na sua amplitude social, por meio dos diferentes tipos de textos, como meio de interação dotada de intencionalidade; b) conhecer a linguagem e a argumentação, na sua especificidade no campo jurídico, por meio de categorias teóricas e trabalhos práticos; c) refletir acerca dos processos históricos e ideológicos da língua e da linguagem, bem como dos mecanismos argumentativos do texto jurídico; d) desenvolver a habilidade de compreensão da análise textual e linguagem e argumentação, com postura crítica e interpretativa dos conteúdos trabalhados, exercitando a leitura, a pesquisa, a expressão oral e escrita, como ferramentas fundamentais ao exercício no meio jurídico.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Língua, linguagem, gêneros e tipologias textuais 1.1 Língua e linguagem 1.1.1 Concepções de linguagem 1.1.2 Tipos de linguagem 1.2 Gêneros textuais 1.3 Tipologias textuais 1.4 Coesão e coerência textual 1.5 Produção textual: texto dissertativo UNIDADE 2. Leitura e análise de texto 2.1 Técnicas de leitura 2.2 Leitura e compreensão, interpretação e crítica de texto 2.3 Leitura e análise de diferentes peças processuais 2.4 Características do texto jurídico UNIDADE 3. Língua 3.1 Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa				

3.2 Acentuação gráfica
3.3 Emprego do hífen
3.4 Operadores argumentativos
UNIDADE 4. Direito e linguagem: relações e interface
4.1 A importância da linguagem na comunicação humana e a linguagem do Direito
4.2 Funções da linguagem no Direito
4.3 Linguagem jurídica e linguagem jurídica
4.4 Linguagem do jurista
4.5 Vocabulário jurídico
4.6 Procedimento argumentativo dogmático
4.7 Linguagem e persuasão: a arte de argumentar
4.8 Estratégias argumentativas
4.9 Teoria da argumentação
UNIDADE 5. Argumentação jurídica
Bibliografia Básica: FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Argumentação jurídica . 2 ed. São Paulo: Manole, 2016. KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002. TRUBILHANO, Fabio. Linguagem jurídica e argumentação . São Paulo: Atlas, 2019.
Bibliografia Complementar: ABREU, Antonio Suárez. A arte de argumentar : gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. BRETON, Philippe. Argumentar em situações difíceis . São Paulo: Manole, 2005. CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão . São Paulo: Ática, 2004. DAMIÃO, REGINA TOLEDO. Curso de português jurídico . 8 ed. São Paulo: Atlas, 2002. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Português forense : língua portuguesa para curso de direito. 9 ed. São Paulo: Atlas 2018. SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; TREMÉA, Elizângela. Teoria da argumentação jurídica: uma análise da prova, da verdade e da sentença no processo penal. Unioeste - Campus Mal. Cândido Rondon - v. 7, n 13 - 2º sem 2007, p. 127-154.

NOME DA DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0132	(X) Obrigatória	() Optativa	2	1º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão:
Ementa: Fundamentos de Economia e introdução à Economia Política. Produção, sistema econômico e escassez. Divisão da economia macro e micro. Política Econômica. História do pensamento econômico e escolas econômicas. Atualidades sobre a economia política brasileira e a economia mundial.				
Objetivos da Disciplina: a) conhecer os conceitos básicos de economia e noções de Economia Política, capazes de contribuir para compreensão dos fatos econômicos analisados; b) discutir as principais questões que envolvem a economia política brasileira e a economia mundial na atualidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Fundamentos de Economia				

1.1 Noções Gerais da Ciência Econômica 1.2 Conceitos e origem da Economia Política 1.3 Atividade Econômica 1.4 Ambiente Econômico e Curso Econômico 1.5 Divisão da Economia Política 1.6 Fatos, Fenômenos e Leis econômicas 1.7 A inter-relação da Economia com outras ciências 1.8 A Economia e o Direito UNIDADE 2. Produção, sistema econômico e escassez 2.1 A escassez de recursos – problemas econômicos fundamentais 2.2 Necessidades econômicas 2.3 Os bens econômicos limitados – objeto de estudo da Economia 2.4 Os recursos econômicos e o processo de Produção 2.5 Os fluxos econômicos 2.6 Os agentes econômicos UNIDADE 3. A divisão da Economia 3.1 Compartimentos da Economia: Microeconomia, Macroeconomia e a Política Econômica UNIDADE 4. História do pensamento econômico 4.1 História do Pensamento do Econômico - Escolas Econômicas UNIDADE 5. A Economia Política brasileira 5.1 Atualidades sobre a Economia Política Brasileira 5.2 Economia mundial na atualidade
Bibliografia Básica: GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia política . 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO, J. Economia brasileira contemporânea . São Paulo: Atlas, 2002. TROSTER, Roberto Luis; MORCILLO, Francisco Mochón. Introdução à economia . São Paulo: Makron Books, 1999. VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia . São Paulo: Saraiva, 1999.
Bibliografia Complementar: LANZANA, Antonio Evaristo T. Economia Brasileira - Fundamentos e Atualidade . 5 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. MATIAS PEREIRA, José. Curso de Economia Política: Foco na Política Macroeconômica e nas Estruturas de Governança . São Paulo: Grupo GEN, 2015. SILVA, Filipe P., M. et al. Economia política . São Paulo: Grupo A, 2019. SILVA, Filipe P M.; SILVA, Daniele F.; ABEL, Henrique; et al. Economia política . São Paulo: Grupo A, 2018.

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
	Sociologia Jurídica		2	30		15		30
	Direito Penal I		4	60			4	60
	Metodologia da Pesquisa		2	30				30
	Direito Civil II - Obrigações	Direito Civil I	4	60				60

2º	Direito Constitucional I	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	4	60				60
	Criminologia e Políticas Criminais	Direitos Humanos e Cidadania	2	30			4	30
	Filosofia Jurídica		2	30		15		30
	Projeto Integrador nas Áreas Jurídicas I	Pelo menos 01 das disciplinas preparatórias do 1º semestre	3	15	30		45	45
	TOTAL		23	315	30	30	53	345

NOME DA DISCIPLINA: SOCIOLOGIA JURÍDICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0133	(X) Obrigatória	() Optativa	2	2º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão:
Ementa: A relação entre sociedade e Direito. A perspectiva sociológica para abordagem dos fenômenos jurídicos. O pensamento sociológico clássico e a sua relação com o Direito. O Direito na teoria sociológica contemporânea. Conceitos e temas para a abordagem dos fenômenos jurídicos na contemporaneidade.				
Objetivos da Disciplina: a) compreender os processos sociais e sua influência sobre o Direito, bem como, do Direito na sociedade; b) elucidar a perspectiva sociológica dos fenômenos jurídicos, discutindo a relação entre as normas jurídicas e a estrutura social; c) demonstrar a contribuição dos clássicos da Sociologia das teorias sociais contemporâneas para a análise do sistema jurídico; d) estimular a visão crítica e relacionar os conhecimentos sociológicos com o Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 A relação entre as normas jurídicas e a estrutura social 1.2 O impacto das normas e do sistema de justiça na realidade social 1.3 As teorias sociológicas clássicas e o Direito: Durkheim, Marx e Weber UNIDADE 2 2.1 As teorias sociológicas contemporâneas e o Direito: Luhmann, Bourdieu, Foucault e Boaventura de Souza Santos; 2.2 Conceitos, abordagens contemporâneas e temas emergentes no Direito: direito e mudança social; direito e controle social; diferenças, desigualdades e o direito; direito e o pluralismo jurídico; direito e a sociedade de risco; direito e os novos mecanismos de resolução de conflitos.				
Bibliografia Básica: GIDDENS, A. Sociologia . 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012. SACADURA, ROCHA, José. Manuel. D. Sociologia Jurídica . 6 ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. SILVA, Enio. Waldir. D. Sociologia Jurídica . Ijuí: Unijuí, 2021. RODRIGUEZ, José. R. Manual de sociologia jurídica . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.				

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5 ed. São Paulo: Cortês 1999.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PENAL I

Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0134	(X) Obrigatória	() Optativa	4	2º

Centro: Ciências Humanas e Sociais

Curso: Direito

Carga Horária	Carga Horária	Carga Horária	Carga Horária	Carga Horária
Total: 60	Teórica: 60	Prática:	EaD:	Extensão: 4

Ementa:

História do Direito Penal. Poder, violência e repressão. Teoria Geral do delito. Princípios constitucionais penais. Aplicação da lei penal. Tipicidade. Antijuridicidade. Culpabilidade. Causas excludentes. Concurso de pessoas. Direito penal constitucional. Inserção na comunidade.

Objetivos da Disciplina:

- a) estudar o Direito Penal, desde suas origens até a contemporaneidade, de modo sistemático e interdisciplinar;
- b) destacar os principais aspectos, enfrentados pela doutrina e jurisprudência, sobre o delito e a necessidade de uma constante constitucionalização do direito penal brasileiro;
- c) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Fundamentos e história do Direito Penal

1.1 Considerações Introdutórias

1.2 Direito Penal Romano

1.3 Direito Penal Germânico

1.4 Direito Penal Canônico

1.5 Direito Penal comum

1.6 Período humanitário

1.7 História do Direito Penal brasileiro

UNIDADE 2. Poder violência e repressão

UNIDADE 3. Princípios constitucionais penais

3.1 Princípio da legalidade e da reserva legal

3.2 Princípio da intervenção mínima

3.3 Princípio da irretroatividade da lei penal

3.4 Princípio da adequação social

3.5 Princípio da insignificância

3.6 Princípio da ofensividade

3.7 Princípio da culpabilidade

3.8 Princípio da proporcionalidade

3.9 Princípio de humanidade

3.10 Princípio da presunção de inocência

UNIDADE 4. Teoria Geral do Delito

4.1 Conceito de Crime

4.1.1 Conceito Clássico de delito

4.1.2 Conceito neoclássico de delito

4.1.3 Conceito de delito no finalismo

4.1.4 Conceito analítico de crime

4.1.5 Definição legal de crime no Brasil

4.2 Classificação das infrações penais

4.3 Conduta punível

4.4 Omissão e suas formas

4.5 Relação de causalidade e imputação objetiva

4.6 Tipo e Tipicidade

4.7 Tipo de injusto doloso e culposos

UNIDADE 5. Aplicação da lei penal

5.1 Anterioridade da lei penal

5.2 Lei penal no tempo

5.3 Lei excepcional e temporária

5.4 Tempo do Crime

5.5 Territorialidade e Extraterritorialidade

5.6 Lugar do crime

5.7 Eficácia de sentença estrangeira

5.8 Contagem de prazo

5.9 Conflito aparente de normas

UNIDADE 6. Antijuridicidade

UNIDADE 7. Culpabilidade

7.1 Conceito

7.2 Excludentes de culpabilidade

7.2.1 Inimputabilidade e culpabilidade diminuída

7.2.2 Coação moral irresistível e obediência hierárquica

7.2.3 Emoção e paixão

7.2.4 Embriaguez e substâncias de efeitos análogos

7.2.5 Erro de Proibição e de proibição

7.2.6 Caso fortuito e força maior

UNIDADE 8. Causas excludentes

8.1 Excludentes de ilicitude

8.1.1 Estado de necessidade

8.1.2 Legítima defesa

8.1.3 Estrito cumprimento de dever legal

8.1.4 Exercício regular de direito

8.2 Excesso punível

UNIDADE 9. Concurso de pessoas

9.1 Teorias sobre o concurso de pessoas

9.2 Requisitos do concurso de pessoas

9.3 Autoria

9.4 Autoria mediata

9.5 Coautoria

9.6 Participação

9.7 Concurso em crime culposos e crimes omissivos

9.8 Punibilidade do concurso de pessoas

UNIDADE 10. Direito Penal Constitucional

UNIDADE 11. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade	
Bibliografia Básica: BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal - parte geral. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito penal : parte geral. São Paulo: Saraiva, 2006. MASSON, Cleber. Direito Penal Esquematizado : parte especial. 8 ed. São Paulo: Método, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal : parte geral 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro . 4 ed. São Paulo: RT, 2002.	
Bibliografia Complementar: BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das Penas . Bauru: Edipro, 2013. BETTIOL, Giuseppe. Direito Penal . Campinas: Red. Livros, 2000. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir . 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001 FERRAJOLI, Luigi. Derecho y Razón : teoria del garantismo penal. Trotta Sagasta, 1998. FERRI, Enrico. Princípios de Direito Penal . Campinas: Bookseller, 1999. LUISI, Luis. O tipo Penal e a teoria finalista da ação . Porto Alegre: SAFe, 1987	

NOME DA DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0135	(X) Obrigatória	() Optativa	2	2º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: O lugar do Direito no mundo da pesquisa científica, da ciência e do conhecimento. A pesquisa como atividade indissociável do ensino e da extensão. Os métodos e técnicas de estudo, coleta e sistematização de informações. A estrutura metodológica do planejamento e execução do trabalho científico. Capacitação para uso produtivo e responsável dos recursos eletrônicos como fonte de pesquisa. Instrumentalização da redação científica, metodologicamente, correta, com ênfase nas normas técnicas de citação como meio de respeito aos direitos autorais. Elaboração de projeto de pesquisa.				
Objetivos da Disciplina Geral: Instrumentalizar a atividade de produção de conhecimento científico por meio da reflexão sobre o conhecimento científico e sua diversidade metodológica. Específicos: a) apresentar suporte teórico para o entendimento da origem do conhecimento e da cientificidade, do método científico e sua importância para a atividade de produção de conhecimento científico; b) propiciar o conhecimento de metodologia e exercitar práticas de pesquisa científica, com a aplicação das normas institucionais e as regulamentadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); c) preparar para a reflexão, crítica e aprimoramento da expressão escrita e oral; d) oportunizar a compreensão da estrutura metodológica e execução de trabalhos científicos; e) orientar para o uso produtivo e responsável dos recursos eletrônicos como fonte de pesquisa.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Noções introdutórias sobre Metodologia Científica 1.1 Conceito				

1.2 Finalidade
1.3 Importância
UNIDADE 2. Ciência e conhecimento científico
2.1 A ciência na história do conhecimento humano
2.2 Classificação das ciências
2.3 Conhecimento Científico
2.4 Tipos de conhecimento
2.5 Os atributos do conhecimento científico
UNIDADE 3. A pesquisa
3.1 Conceito
3.2 Finalidade
3.3 Tipo de pesquisa
3.4 Características
UNIDADE 4. Métodos e técnicas de pesquisa
4.1 Conceitos de métodos
4.2 Métodos de procedimento
4.3 Métodos de abordagem
4.4 Conceito de técnica
4.5 Classificação
4.6 Instrumentos de Coleta de Dados
UNIDADE 5. Modalidades de produção científica
5.1 Resenha
5.2 Resumos
5.2.1 Resumo Simples
5.2.2 Resumo Expandido
5.2.3 Algumas dicas para elaborar um resumo acadêmico
5.3 Artigo Científico
5.4 Monografia, Dissertação e Tese
Bibliografia Básica: BITTAR, Eduardo C B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2015. MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. Saraiva, 2007. UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. Manual de normalização: estrutura e normalização de trabalhos científicos - conclusão de curso, dissertações e teses. 5 ed. Cruz Alta: Unicruz, 2020.
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: preparação de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. 8 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL II				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0136	(X) Obrigatória	() Optativa	4	2º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:

Ementa:

Aspectos gerais das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações solidárias. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.

Objetivos da Disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o direito obrigacional;
- b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Aspectos Gerais das obrigações

- 1.1 Conceito e importância do direito obrigacional
- 1.2 As obrigações no Direito Civil
- 1.3 Relações com outras disciplinas
- 1.4 Estrutura da relação obrigacional
- 1.5 Fontes das Obrigações

UNIDADE 2. Classificação das Obrigações

- 2.1 Obrigações principais e acessórias
- 2.2 Obrigações líquidas e ilíquidas
- 2.3 Obrigações condicionais, modais e a termo
- 2.4 Obrigações de meio e de resultado.
- 2.5 Obrigações de dar, fazer e não fazer
- 2.6 Obrigações cumulativas, alternativas e facultativas
- 2.7 Obrigações divisíveis e indivisíveis
- 2.8 Obrigações Solidárias e subsidiárias
- 2.9 Obrigações instantâneas, diferidas e continuadas
- 2.10 Obrigação *propter rem*
- 2.11 Obrigações naturais

UNIDADE 3. Obrigações de dar

- 3.1 Obrigação de dar coisa certa
- 3.2 Obrigação de dar coisa incerta
- 3.3 Obrigação pecuniária
- 3.4 Obrigação de restituir

UNIDADE 4. Obrigações de fazer e não fazer

- 4.1 Obrigação de fazer
- 4.2 Obrigação de não fazer

UNIDADE 5. Obrigações solidárias

- 5.1 Disposições gerais
- 5.2 Solidariedade ativa
- 5.3 Solidariedade passiva

UNIDADE 6. Transmissão das Obrigações

- 6.1 Cessão de crédito
- 6.2 Assunção de dívida

UNIDADE 7. Adimplemento e extinção das obrigações

- 7.1 Pagamento: quem deve pagar, para quem se deve pagar, objeto, tempo e lugar
- 7.2 Pagamento em consignação
- 7.3 Pagamento com sub-rogação
- 7.4 Imputação do pagamento
- 7.5 Dação em pagamento

7.6 Novação 7.7 Compensação 7.8 Confusão 7.9 Remissão da dívida UNIDADE 8. Inadimplemento das obrigações 8.1 Disposições gerais 8.2 Mora 8.3 Perdas e danos 8.4 Juros legais 8.5 Cláusula penal 8.6 Arras ou sinal
Bibliografia Básica: GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil . Obrigações. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LÔBO, Paulo. Direito Civil : obrigações. V. 2, 9 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. NADER, Paulo. Curso de direito civil : obrigações. V. 2, 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
Bibliografia Complementar: VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil : teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. V. 2, 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil : parte geral - obrigações - contratos esquematizado. V. 1, 10 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. RIZZARDO, Arnaldo. Direito das obrigações . 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil : obrigações e responsabilidade civil. V. 2, 21. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL I				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0137	(X) Obrigatória	() Optativa	4	2º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Teoria da Constituição e constitucionalismo. Realidade social e Constituição. A supremacia da Constituição. Teoria do poder constituinte e mutação constitucional. Introdução ao controle de constitucionalidade. Classificação das normas constitucionais. Histórico das Constituições brasileiras e a Constituição de 1988. Introdução a interpretação constitucional e eficácia das normas. Organização político-administrativa do Estado.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Estudar os conceitos básicos e necessários ao entendimento do Direito Constitucional nos seus principais aspectos, quanto à estrutura e conteúdo da Constituição de 1988, bem como da organização política e espacial do Estado. Específicos: a) compreender, de forma ampla, a teoria geral da Constituição; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Teoria da Constituição e Constitucionalismo				

- 1.1 Direito Constitucional sua origem e conceito
- 1.2 Direito Constitucional especial, comparado e geral
- 1.3 Constituição: origem e conceito
- 1.4 Constituição em sentido sociológico, político e jurídico
- 1.5 Constitucionalismo como movimento político e jurídico
- 1.6 Constitucionalismo brasileiro
- UNIDADE 2. Classificação das Constituições
- 2.1 Quanto à origem
- 2.2 Quanto à forma
- 2.3 Quanto ao modo de elaboração
- 2.4 Quanto ao conteúdo
- 2.5 Quanto à estabilidade
- 2.6 Quanto à correspondente com a realidade
- 2.7 Quanto à extensão
- 2.8 Quanto à finalidade
- UNIDADE 3. O Poder Constituinte
- 3.1 O pensamento político-jurídico de Sieyès
- 3.2 Espécies de poder constituinte
- 3.3 Natureza, titularidade e exercício do Poder Constituinte
- 3.4 Limitações ao poder de reforma constitucional
- UNIDADE 4. Introdução ao controle de constitucionalidade
- 4.1 Noções
- 4.2 Presunção de constitucionalidade das leis
- 4.3 Inconstitucionalidade
- 4.4 Momento do controle
- 4.5 Sistema de controle
- 4.6 Critérios e vias de controle
- 4.7 Controle de constitucionalidade no Brasil
- UNIDADE 5. Natureza e classificação das normas constitucionais
- 5.1 A natureza das normas constitucionais.
- 5.2 Classificação das normas constitucionais
- 5.3 Aplicabilidade das normas constitucionais
- 5.4 Eficácia das normas constitucionais
- UNIDADE 6. Histórico das Constituições Brasileiras
- 6.1 Evolução histórica das Constituições Brasileiras
- 6.2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- 6.2.1 Classificação e estrutura da CRFB/1988
- 6.2.1.1 Preâmbulo
- 6.2.1.2 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)
- UNIDADE 7. Organização político-administrativa do Estado
- 7.1 Forma de Estado, Forma de Governo e Regime de Governo
- 7.2 A Federação na CF/88
- 7.3 Repartição de competências na CRFB/1988
- 7.4 Competência exclusiva da União
- 7.5 Competência privativa da União
- 7.6 Competência comum
- 7.7 Competência legislativa concorrente
- 7.8 Competências dos Estados
- 7.9 Competências do Distrito Federal
- 7.10 Competências dos Municípios

Bibliografia Básica: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado. 4 ed. São Paulo: Método, 2009. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 24 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
Bibliografia Complementar: SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de direito constitucional. 9 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2020. STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição constitucional. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. LASSALLE, Ferdinand. A essência da constituição. 9 ed. Rio de Janeiro: Freitas Junior, 2016. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2015. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: CRIMINOLOGIA E POLÍTICAS CRIMINAIS				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0138	(X) Obrigatória	() Optativa	2	2º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Objeto, método e funções da Criminologia. Histórico do pensamento criminológico. O criminoso sob o ponto de vista físico, psicológico e social. Aspectos clínicos estudados pela Criminologia (aspectos endógenos e exógenos). O crime sob o ponto de vista de suas formas, fatores e tipos. A Criminologia sob o ponto de vista de suas formas, tipos e teorias. A construção de uma Criminologia latino-americana. Pesquisa criminológica aplicada. Fatores endógenos e exógenos da Criminologia. Política Criminal Mundial e Política Criminal no Brasil. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) analisar a Criminologia enquanto ciência empírica e interdisciplinar, no contexto de transformações no cenário nacional e internacional; b) estabelecer as relações entre os direitos humanos, Estado, democracia, cidadania, cultura da paz e criminologia; c) estudar a questão do delito, da pessoa do infrator, da vítima e o controle social; d) estudar as teorias sociológicas da criminalidade; e) construir uma base epistemológica capaz de orientar o entendimento, em especial, da Criminologia e suas relações com o Direito, com contexto na área das ciências criminais; f) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Noções gerais de Criminologia UNIDADE 2. Teorias criminológicas etiológicas UNIDADE 3. Teorias criminológicas sociológicas UNIDADE 4. Vitimologia UNIDADE 5. Prevenção criminal e reação social UNIDADE 6. Criminologia contemporânea				

UNIDADE 7. Políticas criminais
UNIDADE 8. Projeto de curricularização: práticas extensionistas na comunidade
Bibliografia Básica: CALHAU, Lélío Braga. Resumo de criminologia . Rio de Janeiro: Impetus, 2013. LIMA JÚNIOR, José César Naves de. Manual de criminologia . Salvador: Jus Podivm, 2014. FARIAS JÚNIOR, João. Manual de criminologia . Curitiba: Juruá, 2006.
Bibliografia Complementar: CALHAU, Lélío Braga. Vítima e direito penal . Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. FERNANDES, Newton. Criminologia integrada . 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. POSTERLI, Renato. Temas de criminologia . Belo Horizonte: Del Rey, 2001. SOARES, Orlando. Criminologia . Editora F. Bastos, 1986; SOUZA, Paulo Vinícius Sporleder. A criminalidade genética . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. TRINDADE, Jorge. Delinquência juvenil : compêndio transdisciplinar. 3 ed. Porto Alegre, 2002. ANDRADE, Vera Regina P. Pelas mãos da criminologia. O controle penal para além da (des)ilusão . Florianópolis: Instituto Carioca de Criminologia, 2012. CALHAU, Lélío Braga, 1970. Resumo de Criminologia . Rio de Janeiro: Impetus, 2013. CARVALHO, Salo de. Antimanual de Criminologia . 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia . 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: A perda da legitimidade do sistema penal . Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição, 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

NOME DA DISCIPLINA: FILOSOFIA JURÍDICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0139	(X) Obrigatória	() Optativa	2	2º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão:
Ementa: Fundamentos da Filosofia jurídica. Relação entre Filosofia e Direito. Principais correntes do pensamento jurídico. Direito Natural e Direito Positivo. Filosofia do Direito e justiça. Historicidade do Direito. Teorias da Justiça. Direito, moral e ética. Hermenêutica e filosofia jurídica. O papel da filosofia jurídica na construção da dogmática jurídica contemporânea.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Fornecer uma base teórica sólida sobre os fundamentos da Filosofia do Direito, promovendo a reflexão crítica sobre as principais correntes filosóficas e sua influência na dogmática jurídica. Específicos: a) compreender a relação entre Filosofia e Direito; b) analisar as principais correntes do pensamento jurídico; c) identificar a relevância das teorias da justiça para o ordenamento jurídico; d) refletir sobre a interação entre direito, moral e ética; e) discutir a importância da hermenêutica filosófica na interpretação do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Introdução à Filosofia Jurídica 1.1 Conceito e importância da Filosofia Jurídica 1.2 A relação entre Filosofia e Direito				

1.3 Diferentes abordagens filosóficas aplicadas ao Direito
UNIDADE 2. Principais Correntes do Pensamento Jurídico
2.1 Jusnaturalismo e Juspositivismo
2.2 Escola do Direito Livre e Realismo Jurídico
2.3 Escola do Direito Alternativo e Pós-positivismo
UNIDADE 3. Direito, Justiça e Ética
3.1 Teorias da Justiça: Aristóteles, Kant, Rawls e Habermas
3.2 Relação entre Direito, Moral e Ética
3.3 O papel da Filosofia Jurídica na formação do jurista
UNIDADE 4. Hermenêutica Filosófica e Direito
4.1 Interpretação jurídica sob a ótica da Filosofia
4.2 Hermenêutica e construção do sentido normativo
4.3 Aplicação prática da Filosofia Jurídica no Direito contemporâneo
UNIDADE 5. Filosofia Jurídica na Contemporaneidade
5.1 O impacto das correntes filosóficas no Direito moderno
5.2 Os desafios da Filosofia Jurídica no século XXI
5.3 Filosofia Jurídica e Direitos Humanos
Bibliografia Básica: BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico . São Paulo: Ícone, 1995. DWORKIN, Ronald. O Império do Direito . São Paulo: Martins Fontes, 2007. KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito . São Paulo: Martins Fontes, 2009. REALE, Miguel. Filosofia do Direito . São Paulo: Saraiva, 2012. RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça . São Paulo: Martins Fontes, 2019.
Bibliografia Complementar: ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais . São Paulo: Malheiros, 2015. HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. HART, Herbert Lionel Adolphus. O Conceito de Direito . São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. PERELMAN, Chaïm. Ética e Direito . São Paulo: Martins Fontes, 2004. STRECK, Lenio Luiz. Verdade e Consenso: Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas . São Paulo: Saraiva, 2017.

NOME DA DISCIPLINA: PROJETO INTEGRADOR NAS ÁREAS JURÍDICAS I				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0140	(X) Obrigatória	() Optativa	3	2º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 45	Carga Horária Teórica: 15	Carga Horária Prática: 30	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 45
Ementa: Ciência, conhecimento e método. Compreensão teórica, metodológica e estrutural de um Projeto Integrador na área do Direito. Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação. Intervenção social, por meio de inserção/práticas extensionistas na comunidade. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos/as estudantes.				
Objetivos da Disciplina:				

- a) entender aspectos básicos sobre ciência, conhecimento e método, especificamente, os relacionados aos elementos teóricos, metodológicos e estruturais de um Projeto Integrador na área do Direito;
- b) estimular o desenvolvimento de um modelo cognitivo crítico, teórico e prático, de observação, análise, interpretação de dados e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos;
- c) fomentar o desenvolvimento de trabalhos jurídicos interdisciplinares, nas formas acadêmico-prático e/ou de pesquisa-ação, contextualizados ao problema real identificado;
- d) viabilizar práticas extensionistas na comunidade com a apresentação de produtos/soluções teórico-metodológicas, que comportem a reflexão crítica e autônoma em relação aos problemas sociais, ambientais, urbanos, econômicos, políticos e comprometida com a cidadania ativa;
- e) relacionar o conteúdo da disciplina com as diversas áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Ciência, conhecimento e método

UNIDADE 2. Compreensão teórica, metodológica e estrutural de um Projeto Integrador na área do Direito

UNIDADE 3. Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa

UNIDADE 4. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação

UNIDADE 5. Intervenção social, por meio de práticas extensionistas na comunidade

UNIDADE 6. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos/as estudantes

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de direito constitucional**. 12.ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa**. Barueri: Manole, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2021.

ARENHART, Livio Osvaldo et al. **Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa**. Cruz Alta: Ilustração, 2021.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3 ed. São Paulo: USP, 2004.

CUNHA, Maria Lourdes da (Org.). **A ética como fundamento dos projetos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade de Cruz Alta**. 6. ed. rev. e atual. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, 2020.

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
3º	Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa Idosa		2	30		15	4	30
	Psicologia Aplicada ao Direito		2	30		15	4	30
	Direito Civil III - Contratos	Direito Civil II - Obrigações	4	60				60
	Direito Penal II	Direito Penal I	4	60			4	60
	Direito Constitucional II	Direito Constitucional I	4	60			4	60
	Teoria Geral do Processo	Teoria Geral do Direito e História do Direito	4	60				60
	Pesquisa Jurídica	Metodologia da Pesquisa	2	30		30		30
TOTAL			22	330		60	16	330

NOME DA DISCIPLINA: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ESTATUTO DA PESSOA IDOSA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0141	(X) Obrigatória	() Optativa	2	3º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Do direito da criança e do adolescente. Evolução histórica da proteção da criança e do adolescente. Direitos Fundamentais da criança e do adolescente. Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e doutrina jurídica da proteção integral. Poder familiar. Colocação familiar. Guarda e tutela. Prática de ato infracional. Medidas socioeducativas. Do direito da Pessoa Idosa. Evolução histórica da proteção da pessoa idosa. Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa). Direitos Fundamentais da pessoa idosa. Política de atendimento à pessoa idosa. Infrações administrativas. Acesso à justiça. Crimes praticados contra pessoa idosa. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) possibilitar o contato com os elementos básicos para a compreensão e interpretação dos direitos da criança, do adolescente e da pessoa idosa; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito; d) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Noções introdutórias sobre a proteção da criança e do adolescente 1.1.1 Evolução histórica da proteção da criança e do adolescente				

1.1.2 Doutrina jurídica da situação irregular e da proteção integral

1.1.3 A criança e o adolescente na Constituição Federal de 1988

UNIDADE 2

2.1 Direitos Fundamentais – Lei n.º 8.069/1990

2.1.1 Direito à vida e à saúde

2.1.2 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

2.1.3 Direito à convivência familiar e comunitária

2.1.4 Direito à educação, cultura, esporte e lazer

2.1.5 Direito à profissionalização e à proteção no trabalho

UNIDADE 3

3.1 Direito à convivência familiar

3.1.1 Acolhimento Institucional e Acolhimento Familiar

3.2 Tipos de Famílias

3.3 Guarda

3.4 Tutela

3.5 Adoção

UNIDADE 4

4.1 Direito Infracional

4.1.1 Conceito de ato infracional

4.1.2 Direitos e Garantias Fundamentais

4.1.3 Medidas Socioeducativas

4.1.4 Direitos garantidos aos adolescentes privados de liberdade

UNIDADE 5

5.1 Noções introdutórias do direito da pessoa idosa

5.1.1 Pessoa idosa, vulnerabilidade e direitos humanos

5.1.2 Dispositivos internacionais de proteção à pessoa idosa

5.1.3 A proteção interna à pessoa idosa

UNIDADE 6

6.1 Direitos Fundamentais

6.1.1 Direito à vida

6.1.2 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

6.1.3 Direito a alimentos

6.1.4 Direito à saúde

6.1.5 Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

6.1.6 Direito à profissionalização

6.1.7 Direito ao trabalho

6.1.8 Direito à previdência social

6.1.9 Direito à assistência social

6.1.10 Direito à habitação

6.1.11 Direito ao transporte

UNIDADE 7

7.1 Medidas de proteção

7.1.1 Disposições gerais

7.1.2 Medidas específicas de proteção

7.2 Política de atendimento à pessoa idosa

7.2.1 Entidades de atendimento à pessoa idosa

UNIDADE 8

8.1 Acesso à justiça

8.1.1 Atuação e competência do Ministério Público

8.1.2 Proteção judicial dos interesses das pessoas idosas

8.1.3 Prioridade de atendimento
8.2 Crimes contra à pessoa idosa
8.2.1 Crimes em espécie
UNIDADE 9. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade
Bibliografia Básica: ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ROSSATO, Luciano Alves. Estatuto da Criança e do Adolescente : Lei n. 8.069/90 – comentado artigo por artigo. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. LEITE, George Salomão et al. Manual dos direitos da pessoa idosa . São Paulo: Saraiva, 2017.
Bibliografia Complementar: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de direito da criança e do adolescente : aspectos teóricos e práticos. 12 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDICA/RS. Estatuto da criança e do adolescente e legislação congênere . Porto Alegre: CEDICA, 2014. ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família . Rio de Janeiro: Guanabara, 1978. BRAGA, Pérola Melissa Vianna. Curso de direito do idoso . São Paulo: Atlas, 2011. DI MAURO, Renata Giovanoni. Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NOME DA DISCIPLINA: PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0142	(X) Obrigatória	() Optativa	2	3º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Conceitos básicos da Psicologia aplicada ao Direito. Estudo da histórica da Psicologia, da Psicologia na área jurídica e de seu objeto de estudo. Psicopatologias em situações jurídicas e mecanismos de defesa. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Compreender a interface entre Psicologia e Direito, analisando a aplicação dos conceitos psicológicos no contexto jurídico e sua relevância para a prática forense e para a administração da justiça. Específicos: a) apresentar os fundamentos da Psicologia Jurídica e sua importância para o Direito; b) examinar o impacto dos fatores psicológicos no comportamento humano em contextos jurídicos; c) analisar o papel da Psicologia na mediação de conflitos e na tomada de decisões judiciais; d) compreender a atuação do psicólogo jurídico em diferentes esferas do Direito; e) desenvolver uma visão crítica sobre a aplicação da Psicologia no sistema de justiça; f) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Introdução à Psicologia Jurídica 1.1 Conceito e objetivos da Psicologia Jurídica 1.2 Relação entre Psicologia e Direito				

1.3 Áreas de atuação da Psicologia Jurídica
UNIDADE 2. Psicologia e Comportamento Humano no Direito
2.1 Influências psicológicas na conduta humana
2.2 Psicologia e tomada de decisões no sistema judicial
2.3 Psicologia do testemunho e a confiabilidade das provas testemunhais
UNIDADE 3. Psicologia Aplicada ao Direito Penal e Civil
3.1 Perfil psicológico de criminosos e vítimas
3.2 Avaliação psicológica forense e sua aplicação no Direito Penal e Civil
3.3 Psicopatologia e imputabilidade penal
UNIDADE 4. Mediação e Resolução de Conflitos
4.1 Psicologia da mediação e conciliação
4.2 Métodos alternativos de resolução de conflitos
4.3 O papel do psicólogo e do mediador nos processos jurídicos
UNIDADE 5. Psicologia Jurídica na Contemporaneidade
5.1 Direitos Humanos e Psicologia Jurídica
5.2 O impacto da Psicologia Jurídica na proteção de grupos vulneráveis
5.3 Tendências e desafios da Psicologia Jurídica no século XXI
UNIDADE 6. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade
Bibliografia Básica: PAULO, Beatrice. Marinho. P. Psicologia na prática jurídica . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Jurídica . São Paulo: Saraiva, 2018. SERAFIM, Antonio.de.P.; SAFFI, Fabiana. Psicologia e práticas forenses . 3 ed. São Paulo: Manole, 2019.
Bibliografia Complementar: ALTO, Sonia. Sujeito do direito . Sujeito do desejo. Direito e psicanálise. 3 ed. Rio de Janeiro, Revinter 2011. ARONSON. Psicologia Social . Grupo GEN, 2015. BOCK, Ana. Psicologias . Uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001. COLETTA, Eliane. D.; VIERO, Guérula. M.; TEIXEIRA, Juliana.K. M.; AL. Psicologia e criminologia . São Paulo: Grupo A, 2018. D'ANDREA, Flávio Fortes. Desenvolvimento da personalidade - enfoque psicodinâmico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. DOURADO, Luiz A. Ensaio de psicologia criminal . Rio de Janeiro: Zahar, 1989. FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud . Rio de Janeiro: Imago, 1996. FOUCAULT, Michel. História da Loucura : na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2005. LEITE, Luciano. S. Psicologia Comportamental . São Paulo: Saraiva, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL III – CONTRATOS				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0143	(X) Obrigatória	() Optativa	4	3º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Teoria geral dos contratos: introdução aos contratos; princípios fundamentais do direito contratual; formação dos contratos; extinção dos Contratos. Classificação dos Contratos: em favor de terceiro e em promessa de fato de terceiro. Vícios redibitórios. Evicção. Dos contratos em espécie: compra e venda; doação; locação; empréstimo, comodato e mútuo; fiança; seguro; prestação de				

serviços.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o direito contratual; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
UNIDADE 1. Teoria Geral dos Contratos 1.1 Introdução aos Contratos 1.2 Princípios fundamentais do direito contratual 1.3 Classificação dos Contratos 1.4 Formação dos Contratos 1.5 Extinção dos Contratos UNIDADE 2. Contratos, parte geral 2.1 Interpretação dos Contratos 2.2 Contratos em favor de terceiro 2.3 Vícios redibitórios e Evicção 2.4 Contratos aleatórios e Contrato preliminar UNIDADE 3. Contratos em Espécie 3.1 Compra e venda 3.2 Doação 3.3 Locação 3.4 Empréstimo - comodato e mútuo; 3.5 Fiança 3.6 Seguro 3.7 Prestação de serviços 3.8. Atos unilaterais e promessa de recompensa				
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais, vol. 3. 39 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023. GAGLIANO, Pablo, S.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: Contratos. v.4. São Paulo: Saraiva, 2023. VENOSA, Sílvio de S. Direito Civil: Contratos. v.3. São Paulo: Grupo GEN, 2023.				
LÔBO, Paulo. Direito civil: contratos. v.3. São Paulo: Saraiva, 2023. GONÇALVES, Carlos R. Direito civil: contratos em espécie - direito das coisas. v.2. São Paulo: Saraiva, 2024. TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. v. 3. São Paulo: Grupo GEN, 2023. TEPEDINO, Gustavo et al. Fundamentos do Direito Civil: Contratos. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ARAKAKI, Fernanda F. S. et al. Direito civil IV: contratos em espécie. São Paulo: Grupo A, 2019.				

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PENAL II				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0144	(X) Obrigatória	() Optativa	4	3º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				

Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: História da Sanção Penal. Sanção Penal na Contemporaneidade. Espécies de pena. Aplicação das penas. Concurso de Crimes. Crime continuado. Suspensão condicional da pena. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) estudar a teoria da sanção penal, por meio de estudo sistemático e interdisciplinar, com destaque aos principais aspectos, enfrentados pela doutrina e jurisprudência; b) contextualizar a disciplina aos anseios da sociedade pós-moderna, a partir de questões teóricas inerentes às ciências criminais; c) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Sanção penal 1.1 História da Sanção Penal 1.2 Sanção Penal na contemporaneidade UNIDADE 2. Espécies de pena 2.1 Penas Privativas de Liberdade 2.1.1 Reclusão e Detenção 2.1.2 Regimes Penais 2.1.2.1 Regras do Regime Fechado 2.1.2.1 Regras do Regime Semiaberto 2.1.2.3 Regras do Regime Aberto 2.1.2.4 Regras do Regime Disciplinar Diferenciado 2.1.3 Regime Inicial 2.1.4 Prisão Domiciliar 2.1.5 Progressão e Regressão de Regime 2.1.6 Requisitos para a Progressão de Regime 2.1.7 Exame Criminológico 2.1.8 Detração Penal 2.1.9 Trabalho Prisional 2.1.10 Remição da Penal 2.2 Penas Restritivas de Direitos 2.2.1 Considerações Iniciais 2.2.2 Requisitos para substituição 2.2.3 Espécies de penas restritivas 2.2.3.1 Prestação Pecuniária 2.2.3.2 Perda de bens e valores 2.2.3.3 Limitação de fim de semana 2.2.3.4 Prestação de Serviços à Comunidade 2.2.3.5 Interdição Temporária de Direitos 2.3 Pena de Multa 2.3.1 Considerações Gerais 2.3.2 Conceito e Tipos de Penas Pecuniárias 2.3.3 Origem do Sistema dias-multa 2.3.4 Cálculo da pena de multa 2.3.4.1 Dosimetria da Pena – sistema trifásico				

2.3.5 Fase executória da pena pecuniária

UNIDADE 3. Aplicação das penas

3.1 Dosimetria da Pena

3.2 Circunstâncias Inominadas do artigo 59 do Código Penal

3.3 Circunstâncias Agravantes e Atenuantes

3.4 Causas de Aumento e Diminuição da pena

UNIDADE 4. Concurso de crimes e crime continuado

4.1 Considerações Iniciais

4.2 Espécies de Concurso de Crimes

4.2.1 Concurso Material

4.2.2 Concurso Formal

4.2.3 Crime Continuado

4.3 Dosimetria da Pena no Concurso de Crimes

UNIDADE 5. Suspensão condicional da pena e acordo de não persecução penal

5.1 Conceitos e Aspectos Gerais

5.2 Requisitos

5.3 Período de Prova

5.4 Prorrogação do período de prova

5.5 Extinção da pena privativa de liberdade

UNIDADE 6. Livramento condicional

6.1 Conceito

6.2 Natureza Jurídica

6.3 Requisitos

6.3.1 Requisitos Objetivos

6.3.2 Requisitos Subjetivos

6.4 Condições do Livramento Condicional

6.5 Revogação do Livramento Condicional

6.6 Suspensão do Livramento Condicional

6.7 Efeitos de Nova Condenação

6.8 Prorrogação do Livramento e Extinção da Pena

UNIDADE 7. Efeitos da condenação

7.1 Efeitos Penais e Extrapenais

7.2 Reabilitação

UNIDADE 8. Medidas de segurança

UNIDADE 9. Ação penal

9.1 Espécies de Ação Penal

9.2 Representação criminal e requisição do Ministro da Justiça

9.3 Decadência do Direito de Queixa e de Representação

9.4 Perdão do Ofendido

9.5 Ação Penal nos Crimes Complexos

UNIDADE 10. Extinção da punibilidade

10.1 Considerações Gerais

10.2 Causas Extintivas da Punibilidade

UNIDADE 11. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito penal:** parte geral. São Paulo: Saraiva, 2006.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquematizado:** parte especial. 8 ed. São Paulo: Método, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito Penal:** parte especial. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia Complementar:

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado.** São Paulo: Grupo GEN, 2021.

PRADO, Geraldo. **Sistema Acusatório**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.
 ANDREUCCI, Ricardo A. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0145	(X) Obrigatória	() Optativa	4	3º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Organização dos Poderes. O Poder, os Poderes e a Separação dos Poderes. Poder Legislativo. Imunidades Parlamentares. Competências legislativas. Processo Legislativo. Espécies normativas. O Poder Executivo. O Crime de Responsabilidade. O Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Conhecer o Direito Constitucional como um ramo principiológico e normativo de todo o ordenamento jurídico, em especial, da Organização político administrativa do Estado Brasileiro e Funções essenciais à justiça, da Segurança Pública e Princípios constitucionais tributários da ordem econômica e financeira entre outras políticas públicas. Específicos: a) estudar as instituições político-jurídicas supramencionadas, tanto na origem como na historicidade, a par das implicações transformacionais atuais; b) destacar os fundamentos básicos que orientam os Poderes do Estado; c) diagnosticar os institutos da democracia desatrelada dos modelos tradicionais, bem como discutir e problematizar os novos paradigmas, que se apresentam na esfera da disciplina; d) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; e) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do Direito Constitucional; f) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos; g) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Organização dos Poderes 1.1 Introdução 1.2 Princípio constitucional fundamental: Separação dos Poderes 1.3 Funções estatais básicas. UNIDADE 2. Poder Legislativo 2.1 Composição, Estrutura e Funcionamento. 2.2 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) 2.3 Prerrogativas Parlamentares 2.4 Análise do Poder legislativo brasileiro UNIDADE 3. Processo Legislativo 3.1 Tipos de Processo Legislativo 3.2 Espécies de procedimento legislativo 3.3 Fases do processo legislativo ordinário				

UNIDADE 4. Espécies Normativas 4.1 Dos Atos legislativos: espécies de atos legislativos 4.2 Hierarquia das Leis 4.3 Emendas à Constituição 4.4 Leis Complementares 4.5 Leis ordinárias 4.6 Leis delegadas 4.7 Medidas provisórias 4.8 Decretos Legislativos e Resoluções UNIDADE 5. Poder Executivo 5.1 Noções 5.2 Chefia de Estado e Chefia de Governo 5.3 Investidura no cargo 5.4 Vacância da Presidência 5.5 Prerrogativas de foro, imunidade 5.3 Crimes de Responsabilidade (Impeachment) e Crimes Comuns UNIDADE 6. Poder Judiciário 6.1 Órgãos do Poder Judiciário 6.2 Funções típicas e atípicas 6.3 Garantias e vedações 6.4 Controle externo do Judiciário 6.5 Quinto constitucional UNIDADE 7. Funções essenciais à Justiça 7.1 Ministério Público 7.2 Advocacia Pública 7.3 Advocacia 7.4 Defensoria Pública UNIDADE 8. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade			
Bibliografia Básica: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado. 4. ed. São Paulo: Método, 2009. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.			
Bibliografia Complementar: SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de direito constitucional. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição constitucional. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. LASSALLE, Ferdinand. A essência da constituição. 9. ed. Rio de Janeiro: Freitas Junior, 2016. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.			

NOME DA DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO			
Código	Tipo		Semestre:
GN0146	(X) Obrigatória	() Optativa	4
Centro: Ciências Humanas e Sociais			
Curso: Direito			

Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direito processual, importância, autonomia. Sociedade, conflito e tutela dos direitos. Jurisdição, ação, processo e tutela. Noções de processo e procedimento. Evolução da codificação brasileira. Princípios gerais do processo. Estrutura do Poder Judiciário e Competência. Magistratura: garantias e impedimentos. Órgãos jurisdicionais e não jurisdicionais. Jurisdição: conceito, escopo, características, limites. Formas de resolução dos conflitos: autotutela, autocomposição e processo. Justiça Multiportas. Teoria da ação e exceção. Elementos e classificação das ações. As condições da ação e o CPC.				
Objetivos da Disciplina: a) permitir uma compreensão histórica e contemporânea acerca do direito processual, sua autonomia e interpretação e aplicação no espaço e no tempo; b) promover amplo debate acerca dos princípios gerais do processo; c) analisar a estrutura do Poder Judiciário e as competências constitucionais da justiça comum e especiais; d) permitir a compreensão da atividade jurisdicional e das formas alternativas de resolução de controvérsias; e) analisar a teoria da ação e exceção, elementos e características; f) analisar o processo e sua diferença com os procedimentos.				
Conteúdo Programático: 1. UNIDADE 1. Introdução ao Direito Processual 1.1 Sociedade, conflito e tutela dos direitos 1.2 Autonomia do direito processual 1.3 Objeto da disciplina: jurisdição, ação e processo 1.4 Evolução da codificação brasileira 1.5 A lei processual no tempo e no espaço 1.6 A interpretação do direito processual 2. UNIDADE 2. Princípios gerais do processo 2.1 Conceito e delimitação 2.2 Inafastabilidade do controle jurisdicional 2.3 Princípio do devido processo legal 2.4 Juiz Natural 2.5 Princípio do contraditório 2.6 Princípio da ampla defesa 2.7 Princípio da publicidade 2.8 Tempestividade da tutela jurisdicional e princípio da razoável duração do processo 2.9 Princípio da igualdade processual ou da paridade de armas 2.10 Motivação das decisões judiciais 2.11 Princípio da demanda 2.12 Duplo Grau de Jurisdição 3 UNIDADE 3. Estrutura do Poder Judiciário e competência 3.1 Noções gerais 3.2 Independência do Poder Judiciário 3.3 Garantias e impedimentos dos magistrados 3.4 Imparcialidade, neutralidade e impessoalidade dos magistrados 3.5 Órgãos jurisdicionais e não jurisdicionais 3.6 Órgãos de Superposição: STF e STJ 3.7 Justiças especiais: trabalhista, militar, eleitoral 3.8 Justiça comum: Federal e Estadual				

4. UNIDADE 4. Jurisdição 4.1 Jurisdição 4.2 Escopo 4.3 Características: caráter substitutivo; lide, inércia e definitividade 4.4 Limites da jurisdição: internacionais e internos 4.5 Formas de resolução dos conflitos: autotutela, autocomposição e processo 4.6 Justiça Multiportas (métodos alternativos de resolução das controvérsias) 5. UNIDADE 5. Teoria da ação e exceção 5.1 Teorias da ação 5.2 Elementos da ação 5.3 Classificação das Ações 5.4 As condições da ação e o CPC 6. UNIDADE 6. Processo 6.1 Conceito de processo 6.2 Elementos do processo 6.3 Pressupostos processuais 6.4 Procedimentos
Bibliografia Básica: DINAMARCO, Cândido Rangel; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria Geral do Processo . 34 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2023. DIDIER Jr. Fredie. Curso de Direito Processual Civil : introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. V. 1, 25 ed. Salvador: Jus Podivm, 2023. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil . Vol. 1, 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
Bibliografia Complementar: DINAMARCO, Cândido Rangel. A Instrumentalidade do Processo . 16 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2022. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil : v. 1, 10 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2020. DIDIER Júnior, Fredie. Teoria Geral do Processo, essa desconhecida . 7 ed. São Paulo: Juspodivm, 2022. DINAMARCO, Cândido Rangel. Introdução à Justiça Multiportas : sistema de solução de problemas jurídicos e o perfil do acesso à justiça no Brasil. Salvador: Jus Podivm, 2024.

NOME DA DISCIPLINA: PESQUISA JURÍDICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0147	(X) Obrigatória	() Optativa	2	3º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão:
Ementa: Elementos introdutórios da Pesquisa Jurídica. Estudo e produção científica na área jurídica. Tipos de pesquisa jurídica.				
Objetivos da Disciplina: a) conhecer os elementos necessários à realização de uma pesquisa jurídica de qualidade; b) desenvolver a capacidade de raciocínio crítico; c) identificar problemas jurídicos, pela familiarização com diversos métodos de pesquisa;				

d) desenvolver a capacidade cognitiva e crítica na elaboração de textos jurídicos, nas mais diversas modalidades.
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Elementos introdutórios da Pesquisa Jurídica 1.1 A importância da pesquisa jurídica na construção do conhecimento 1.2 Princípios metodológicos e éticos da pesquisa jurídica 1.3 Fontes de Pesquisa Jurídica 1.5 Plataforma Lattes CNPQ - Currículo Lattes UNIDADE 2. Estudo e produção científica na área jurídica 2.1 Estudo e desenvolvimento de pesquisa jurídica 2.2 Estudo e interpretação de textos científicos jurídicos (artigos científicos) 2.2.1 Estudo e formulação de temas, problemática, hipóteses jurídicas 2.2.2 Interpretação e hermenêutica aplicadas ao estudo de pesquisas jurídicas UNIDADE 3. Tipos de pesquisa jurídica 3.1. Pesquisa bibliográfica (doutrinária), documental e empírica 3.2 Pesquisa de jurisprudência
Bibliografia Básica: BASTOS, Maria Clotilde Pires; Ferreira, Daniela Vitor. Metodologia científica. Londrina: Educacional, 2016. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 13ed. São Paulo: Saraiva, 2015. VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2022.
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: preparação de trabalhos na graduação, 10 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. 8 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017.

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
4º	Direito Penal III	Direito Penal II	4	60			4	60
	Direito Civil IV - Responsabilidade Civil	Direito Civil III - Contratos	2	30		15	4	30
	Direito Constitucional III	Direito Constitucional II	2	30		15		30
	Direito do Trabalho	Teoria Geral do Direito e História do Direito	4	60				60
	Direito Processual Civil I	Teoria Geral do Processo	4	60				60
	Direito Ambiental e Direito Agrário		4	60			4	60
	Direito da Propriedade		2	30		30	4	30

	Intelectual e LGPD							
	Projeto Integrador nas Áreas Jurídicas II	Pelo menos 01 das disciplinas preparatórias do 2º ou 3º semestre	3	15	30		45	45
	TOTAL		25	345	30	60	61	375

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PENAL III				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0148	(X) Obrigatória	() Optativa	4	4º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Parte Especial I: Dos Crimes contra a Vida. Das Lesões Corporais. Dos Crimes contra a Honra. Dos crimes contra a Liberdade Individual. Dos crimes contra o Patrimônio. Dos conceitos sobre os delitos da parte Especial do Direito Penal Brasileiro. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) analisar os tipos penais, constantes na parte especial do Código Penal, com conhecimento global do fenômeno delitivo e das diversas facetas das ciências criminais, por meio de seus estudos contemporâneos; b) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Introdução da disciplina, conceitos e objetivos 1.2 Espécies normas penais e conceitos UNIDADE 2 2.1 Homicídio, conceito e características 2.2 Espécies de homicídio 2.3 Instigação, indução e auxílio ao suicídio 2.4 Aborto e infanticídio UNIDADE 3. Lesões corporais UNIDADE 4. Crimes de periclituação da vida e a saúde UNIDADE 5 5.1 Crimes contra a honra 5.2 crimes contra a liberdade individual UNIDADE 6. Crimes contra o patrimônio UNIDADE 7. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade				
Bibliografia Básica: BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte especial. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito penal: parte especial. São Paulo: Saraiva, 2006. NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 9 ed. São Paulo: RT, 2009.				
Bibliografia Complementar: CUNHA, Rogério Sanches. Código Penal para concursos. Salvador: Jus Podium, 2020.				

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro**. São Paulo: RT, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL IV - RESPONSABILIDADE CIVIL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0149	(X) Obrigatória	() Optativa	2	4º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Indenização. Do dever de Indenizar. Responsabilidade civil. Elementos da Responsabilidade Civil. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva, contratual e extracontratual. Causas excludentes e cláusulas de não indenizar. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre a responsabilidade civil; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito; d) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Introdução ao estudo da Responsabilidade Civil 1.1 Da Responsabilidade Civil – conceito e caracteres 1.2 Elementos Essenciais da Responsabilidade Civil 1.3 Responsabilidade Subjetiva – A Teoria da Culpa 1.4 Responsabilidade Objetiva – A Teoria do Risco 1.5 Das Excludentes de Responsabilidade Civil UNIDADE 2. A Responsabilidade Civil no Código Civil 2.1 Responsabilidade Civil por Ato Ilícito 2.2 Responsabilidade Civil por Ato ou Fato de Terceiro 2.3 Responsabilidade Civil pelo Fato ou Guarda de Animais 2.4 Responsabilidade Civil pelo Mau Uso da Propriedade UNIDADE 3. Responsabilidade Civil do Estado 3.1 Definição 3.2 Responsabilidade Estatal de acordo com o art. 37, § 6º da CF/1988 3.3 Responsabilidade Civil Estatal por atos Legislativos e Jurisdicionais 3.4 Causas Excludentes e Atenuantes da Responsabilidade UNIDADE 4. Do dano e sua liquidação – A indenização 4.1 Do dano indenizável 4.2 Dano moral e Dano Material 4.3 Da liquidação do dano UNIDADE 5. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade				
Bibliografia Básica: CAVALIERI FILHO, SERGIO. Programa de responsabilidade civil . 12 ed., rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2015. Diniz, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil . 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.				

Pamplona Filho, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil**. 13.ed.rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

FILHO, Sergio C. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2023.

GONÇALVES, Carlos R. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2023.

MIRAGEM, Bruno. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

SCHREIBER, Anderson; KONDER, Carlos N. **Direito Civil - Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2016.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2022.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL III				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0150	(X) Obrigatória	() Optativa	2	4º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direitos e garantias fundamentais. Da defesa do Estado e das instituições democráticas.				
Objetivos da Disciplina: a) estudar os direitos e garantias fundamentais, a defesa do Estado e das instituições democráticas; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Direitos Fundamentais: dos direitos e garantias Fundamentais 1.2. Direitos fundamentais em espécie 1.3. Deveres individuais e coletivos: direito à vida, igualdade, liberdade e propriedade e função social da propriedade, respeito à integridade física e moral 1.4. Respeito à autonomia de vontade 1.5 Direito de Liberdade: locomoção, crença e religião, profissão, reunião e associação, expressão. Direitos de Personalidade: Intimidade, privacidade, honra e imagem, inviolabilidade do sigilo de dados e das comunicações, inviolabilidade de domicílio. 1.6 O devido processo legal UNIDADE 2. Remédios Constitucionais (Tutela Constitucional das Liberdades) 2.1 Direito de Petição 2.2 Habeas Corpus 2.3 Mandado de Segurança Individual e Coletivo 2.4 Habeas Data 2.5 Mandado de Injunção 2.6 Ação Popular 2.7 Ação Civil Pública UNIDADE 3 3.1 Os Direitos Sociais 3.2 Nacionalidade 3.3 Direitos Políticos UNIDADE 4. Interpretação constitucional Princípios de interpretação. UNIDADE 5. Controle de Constitucionalidade 5.1 Noções históricas o modelos e espécies				

5.2 Teoria da inconstitucionalidade das normas
5.3 Controles de constitucionalidade preventivo e repressivo, concentrado e difuso (ADI Genérica, Interventiva e por Omissão, ADC e ADPF)
Bibliografia Básica: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado . 4. ed. São Paulo: Método, 2009. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado . 17a. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2013. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
Bibliografia Complementar: SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de direito constitucional . 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição constitucional e hermenêutica . 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. LASSALLE, Ferdinand. A essência da constituição . 9. ed. Rio de Janeiro: Freitas Junior, 2016. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0151	(X) Obrigatória	() Optativa	4	4º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direito do Trabalho: conceito, histórico, fontes, aplicação das normas e princípios. Direito individual do trabalho: empregado e empregador. Relação de Emprego: requisitos. Contrato individual de trabalho: modalidades. Empregado doméstico. Contrato de trabalho temporário, autônomo, avulso, voluntário, intermitente, contrato de experiência, menor aprendiz, estágio, teletrabalho, home office, terceirização. Agenda 2030 da ONU: trabalho decente (ODS 8). Trabalho escravo. Não discriminação no Trabalho. Duração do Trabalho: jornada de trabalho, intervalos, descanso semanal remunerado, trabalho noturno, trabalho urbano e rural. Salário e Remuneração: verbas remuneratórias, verbas salariais e não-salariais, verbas indenizatórias, gorjeta, décimo terceiro salário, adicionais. Férias. FGTS. Aviso prévio. Estabilidade e Garantia de Emprego. Prova do Contrato de Trabalho. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Extinção do Contrato de trabalho. Modalidades de extinção: rescisão, resolução, rescisão. Rescisão do Contrato de trabalho. Culpa recíproca. Distrato. Pedido de Demissão. Prescrição e Decadência. Segurança e Medicina do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho (sindicatos, negociações coletivas, organização sindical, direito de greve, <i>lockout</i>). Dano moral e material: dano moral ou à imagem, danos acidente trabalho, assédio moral, assédio sexual.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o Direito do Trabalho; b) compreender a importância do Direito do Trabalho na vida cotidiana e a importância da aplicação prática dos diversos institutos jurídicos, notadamente, na defesa dos direitos sociais; c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;				

d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Teoria Geral do Direito do Trabalho

1.1 Conceito, histórico, fontes, aplicação das normas e princípios

UNIDADE 2. Direito individual do trabalho

2.1 Empregado e empregador

2.2 Relação de Emprego: requisitos

2.3 Empregado doméstico

UNIDADE 3. Contrato individual de trabalho

3.1 Modalidades: contrato por tempo determinado e indeterminado, contrato de trabalho temporário, autônomo, avulso, voluntário, intermitente, contrato de experiência, menor aprendiz, estágio, teletrabalho, trabalho *home office*, terceirização

UNIDADE 4.

4.1 Agenda 2030 da ONU: trabalho decente (ODS 8)

4.2 Trabalho escravo

4.3 Não discriminação no Trabalho: gênero, idade, raça, orientação sexual, deficiência, religião, aparência física, origem regional, convicção política, condição socioeconômica

UNIDADE 5. Duração do Trabalho

5.1 Jornada de trabalho, intervalos intra e interjornada

5.2 Descanso semanal remunerado

5.3 Jornadas diferenciadas: trabalho noturno, trabalho urbano e rural, horas extras, compensação de horas, banco de horas, horas *in itinere*, excluídos da jornada de trabalho

UNIDADE 6. Salário e Remuneração

6.1 Verbas salariais e verbas não-salariais; verbas remuneratórias e verbas indenizatórias

6.2 Salário utilidade/in natura, salário complexivo, gorjeta, prêmios

6.3 décimo terceiro salário, adicionais

6.4 Equiparação Salarial

UNIDADE 7. Férias

7.1 Período aquisitivo e período concessivo

7.2 Adicional de férias, abono de férias

UNIDADE 8. FGTS

8.1 FGTS: origem, alíquota, base de cálculo, pagamento

8.2 Aviso prévio: conceito, duração, questões específicas

8.3 Estabilidade e Garantia de Emprego

8.4 Prova do Contrato de Trabalho

UNIDADE 9. Contrato de Trabalho

9.1 Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho

9.2 Extinção do Contrato de trabalho

9.3 Modalidades de extinção: rescisão, resolução, rescisão

9.4 Rescisão do Contrato de trabalho: rescisão com e sem justa causa. Rescisão indireta

9.5 Culpa recíproca. Distrato

9.6 Pedido de Demissão

UNIDADE 10. Prescrição e Decadência

UNIDADE 11. Segurança e Medicina do Trabalho

11.1 Exame médico obrigatório

11.2 Equipamento de proteção individual

11.3 Acidente de trabalho e doença ocupacional

UNIDADE 12. Direito Coletivo do Trabalho

12.1 Sindicatos, negociações coletivas, organização sindical

12.2 Direito de greve
12.3 Lockout
UNIDADE 13. Dano moral e material
13.1 Dano moral ou à imagem, danos de acidente trabalho
13.2 Assédio moral e assédio sexual
Bibliografia Básica: DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho . 14 ed. São Paulo: LTR, 2015. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho . 30.ed. São Paulo: Atlas, 2014. RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de direito do trabalho . 8. ed. Curitiba: Juruá, 2002.
Bibliografia Complementar: FILHO, Ives Gandra da Silva M. Manual de direito e processo do trabalho . 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho . 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. RESENDE, Ricardo. Direito do Trabalho . 8 ed. São Paulo. Grupo GEN, 2020. ROMAR, Carla Teresa Maria. Direito do trabalho . 9 ed. São Paulo. Saraiva, 2023.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0152	(X) Obrigatória	() Optativa	4	4º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Das Normas Processuais Civil. Da Função Jurisdicional. Dos Sujeitos do Processo. Dos Atos Processuais. Da Gestão Financeiro do Processo. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do direito processual civil; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Das Normas Processuais Civil UNIDADE 2. Da Função Jurisdicional 2.1 Da jurisdição e da ação 2.2 Dos limites da Jurisdição 2.3 Da competência UNIDADE 3. Dos Sujeitos do Processo UNIDADE 4. Dos Atos Processuais 4.1 DA forma, do tempo e do Lugar 4.2 Da comunicação 4.3 Das Nulidades 4.4 Da distribuição e do registro UNIDADE 5. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo				
Bibliografia Básica:				

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: RT, 2020.

DONIZETTI, Elpídio; **Curso de Direito Processual Civil**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MEDINA, Anderson Martins. **Direito Processual Civil Moderno**. São Paulo: RT, 2020.

DIDIER Jr. Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. V. 1, 25 ed. Salvador: Jus Podivm, 2023.

DIDIER Jr. Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. V. 2, 18 ed. Salvador: Jus Podivm, 2023.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo Civil**: tutela dos direitos mediante procedimento comum. v. 2. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia Complementar:

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo**. 16 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2022.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**: v. 1, 10 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2023.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**: v. 2, 10 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2023.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**: v. 3, 10 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2024.

MITIDIERO, Daniel. **Processo Civil**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo**: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, vol. 2, 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0153	(X) Obrigatória	() Optativa	4	4º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Contextualização do Direito Ambiental. Tutela constitucional do meio ambiente. Sistemas de meio ambiente. Licenciamento ambiental. Responsabilidades ambientais. Função socioambiental da empresa rural e urbana. Contextualização do Direito Agrário. Aspectos históricos. Desenvolvimento sustentável. Institutos Jurídicos. Função social. Contratos agrários. Regularização fundiária. Crédito rural e títulos de crédito rural. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Proporcionar a formação básica sobre o Direito Ambiental e o Direito Agrário, para que, no exercício da atividade profissional, apresente condições teóricas para o enfrentamento das questões de ordem teórica e prática, oriundas do ambiente natural, ambiente urbanístico, cultural, do trabalho e aquelas do meio rural. Específicos: a) conhecer os ramos do Direito Ambiental e do Direito Agrário e sua importância na formação do profissional, com inserção no contexto de desenvolvimento local, regional, nacional e internacional;				

- b) conhecer as relações do componente com o princípio do desenvolvimento sustentável e os demais ramos do Direito;
- c) evidenciar a contribuição do Direito Ambiental e do Direito Agrário na preservação do meio ambiente, como fator de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável;
- d) construir uma visão crítica, teórica e prática do Direito Ambiental e Agrário, por meio do estudo dos seus princípios fundamentais, dos instrumentos de proteção ambiental e da sua importância para a sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações;
- e) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Contextualização do Direito Ambiental

- 1.1 Importância do componente curricular para formação do profissional em direito
- 1.2 Aspectos conceituais de meio ambiente e Direito Ambiental
- 1.3 Aspectos gerais do ramo do Direito Ambiental e seus princípios
- 1.4 Classificação jurídica do meio ambiente
- 1.5 Teorias que fundamentam o meio ambiente
- 1.6 Ética ambiental
- 1.7 Educação ambiental

UNIDADE 2. Tutela constitucional do meio ambiente

- 2.1 Tutela internacional do meio ambiente
- 2.2 Tutela constitucional federal, estadual, municipal e distrital
- 2.3 Espécies de normas ambientais
- 2.4 Competências constitucionais ambientais federais, estaduais, municipais e distritais
- 2.5 Tutela jurídica do ambiente natural, artificial urbano, cultural e do trabalho

UNIDADE 3. Sistemas de meio ambiente

- 3.1 Sistemas federal, estadual, municipal e distrital
- 3.2 Órgãos federais, estaduais, municipais e distritais de meio ambiente
- 3.3 Competências dos Órgãos de meio ambiente na gestão ambiental

UNIDADE 4. Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental

- 4.1 Importância do licenciamento ambiental como fator de proteção do meio ambiente
- 4.2 Estudos de impactos ambientais
- 4.3 Estudos de impactos de vizinhança
- 4.4 Processo de licenciamento ambiental
- 4.5 Competências para licenciar

UNIDADE 5. Responsabilidades quanto ao dano ambiental

- 5.1 Responsabilidades a quem comete o dano ambiental
- 5.2 Aspectos gerais do processo ambiental
- 5.3 Ações judiciais em defesa do meio ambiente

UNIDADE 6. Função socioambiental da empresa

- 6.1 Função socioambiental como fator de desenvolvimentos sustentável
- 6.2 Função socioambiental de empresa rural e urbana

UNIDADE 7. Contextualização do Ramo do Direito Agrário

- 7.1 Aspectos históricos
- 7.2 Conceituação
- 7.3 Características da norma de Direito Agrário
- 7.4 Fontes e princípios.
- 7.5 Princípios
- 7.6 Natureza jurídica e autonomia do Ramo
- 7.7 Relações com outros ramos do direito e com outras áreas do conhecimento
- 7.8 Codificação do Direito Agrário

7.9 Justiça agrária especializada no âmbito do Judiciário
UNIDADE 8. Direito Agrário e o desenvolvimento sustentável do meio rural
8.1 Fundamentos internacionais do direito ao desenvolvimento
8.2 Aportes axiológicos universais do princípio do desenvolvimento sustentável fundamentais ao desenvolvimento do meio rural
8.3 Princípio do desenvolvimento sustentável voltado ao meio rural
UNIDADE 9. Institutos jurídicos do Direito Agrário
9.1 Imóvel rural
9.2 Propriedade familiar
9.3 Propriedade patronal
9.4 Módulo rural
9.5 Módulo fiscal
9.6 Propriedade minifúndio
9.7 Pequena propriedade
9.8 Média propriedade
9.9 Grande propriedade por presunção
9.10 Propriedade latifúndio
UNIDADE 10. Aspectos jurídicos da Função social da propriedade rural e a reforma agrária
10.1 Aspectos históricos da função social da propriedade rural
10.2 Requisitos constitucionais e infraconstitucionais da função social
10.3 Aspectos conceituais e jurídicos da reforma agrária
10.4 Processo de desapropriação para fins de reforma agrária
UNIDADE 11. Fundamentos jurídicos dos Contratos agrários no Brasil
11.1 Teoria geral dos contratos agrários no Brasil
11.2 Contratos de arrendamento rural
11.3 Contratos de parceria rural
11.4 Contratos agrários atípicos
UNIDADE 12. Regularização fundiária no Brasil
12.1 Aspectos gerais das terras devolutas
12.2 Usucapião rural
12.3 Regularização fundiária do imóvel rural adquirido por programas de reforma agrária
12.4 Fundamentos jurídicos para regularização fundiária
UNIDADE 13. Fundamentação jurídica do crédito e dos títulos de crédito rural
13.1 Crédito rural como fator de desenvolvimento rural sustentável do meio rural
13.2 Aspectos conceituais e jurídicos do crédito e dos títulos de crédito rural
13.3 Espécies de crédito e dos títulos de crédito rural
UNIDADE 14. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Paulo de B. **Direito Ambiental**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARQUES, Benedito, Ferreira; MARQUES, Carla Regina Silva. **Direito Agrário Brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito do Agronegócio**. 5 ed. São Paulo: Forense, 2021.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Welington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. 6 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 1995.

ESTATUTO DA TERRA. **Coleção Saraiva de Legislação**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Regina Silva. **Direito Agrário Brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OPTIZ, Silvia C. B; OPTIZ, Osvaldo. **Curso Completo de Direito Agrário**. 11 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

NOME DA DISCIPLINA: PROPRIEDADE INTELECTUAL E LGPD				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0154	(X) Obrigatória	() Optativa	2	4º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Introdução à Propriedade Intelectual. Direitos Autorais. Propriedade Industrial. Patentes. Marcas. Concorrência Desleal e Propriedade Intelectual. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.079/2018): Princípios da Proteção de Dados no Brasil. Tratamento de dados pessoais (dados sensíveis e não sensíveis, dados de crianças e adolescentes, término do tratamento de dados pessoais). Direitos e Titularidade dos direitos de proteção de dados pessoais. Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público. Responsabilidade civil pelo tratamento de dados pessoais. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) conhecer e interpretar os direitos de Propriedade Intelectual e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.079/2018); b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Propriedade intelectual 1.1 Introdução à Propriedade Intelectual 1.2 Direitos Autorais 1.3 Propriedade Industrial 1.4 Patentes 1.5 Marcas 1.6 Concorrência Desleal e Propriedade Intelectual UNIDADE 2. Privacidade e proteção de dados pessoais no Brasil 2.1 A Privacidade como direito fundamental 2.2 Os dados pessoais como direito fundamental UNIDADE 3. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.079/2018) 3.1 Princípios da Proteção de Dados no Brasil 3.2 Tratamento de dados pessoais (dados sensíveis e não sensíveis, dados de crianças e adolescentes, término do tratamento de dados pessoais)				

3.3 Direitos e Titularidade dos direitos de proteção de dados pessoais
3.4 Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público
3.5 Responsabilidade civil pelo tratamento de dados pessoais
UNIDADE 4. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade
Bibliografia BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual - Tomo IV. 2 ed. São Paulo: Lumen Juris, 2018. MALDONADO, Viviane Nóbrega; BLUM, Renato Opice. LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. NETTO, José Carlos Costa. Direito Autoral no Brasil . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
Bibliografia Complementar: GIACOMELLI, Louzada C F.; BRAGA, Prestes C.; ELTZ, Koury M F. Direito autoral . São Paulo: Grupo A, 2018. LIMA, Ana Paula Moraes Canto de. LGPD Aplicada . São Paulo: Grupo GEN, 2021. MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; COELHO, Alexandre Zavaglia P. Direito, inovação e tecnologia . v.1. (Série direito, inovação e tecnologia). São Paulo: Saraiva, 2015. PINHEIRO, Patrícia P. Proteção de dados pessoais : comentários à Lei n.º 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva, 2021. SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual : propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. 6 ed. Rio de Janeiro: Manole, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: PROJETO INTEGRADOR NAS ÁREAS JURÍDICAS II				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0155	(X) Obrigatória	() Optativa	3	4º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 45	Carga Horária Teórica: 15	Carga Horária Prática: 30	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 45
Ementa: Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação. Intervenção social, por meio de inserção/práticas extensionistas na comunidade. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos estudantes. Inserção na Comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) estimular o desenvolvimento de um modelo cognitivo crítico, teórico e prático, de observação, análise, interpretação de dados e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos; b) fomentar o desenvolvimento de trabalhos jurídicos interdisciplinares, nas formas acadêmico/prático e/ou de pesquisa-ação, contextualizados ao problema real identificado; c) viabilizar práticas extensionistas na comunidade com a apresentação de produto/soluções teórico-metodológicas, que comportem a reflexão crítica e autônoma em relação aos problemas sociais, ambientais, urbanos, econômicos, políticos e comprometida com a cidadania ativa; d) relacionar a disciplina com as diversas áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa				

UNIDADE 2. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação

UNIDADE 3. Intervenção social, por meio de práticas extensionistas na comunidade

UNIDADE 4. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos/as estudantes

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de direito constitucional**. 12.ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa**. Barueri: Manole, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2021.

ARENHART, Livio Osvaldo et al. **Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa**. Cruz Alta: Ilustração, 2021.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3 ed. São Paulo: USP, 2004.

CUNHA, Maria Lourdes da (Org.). **A ética como fundamento dos projetos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade de Cruz Alta**. 6. ed. rev. e atual. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, 2020.

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
5º	Direito Penal IV	Direito Penal III	4	60		30	4	60
	Direito Civil V - Coisas	Direito Civil IV - Responsabilidade Civil	4	60				60
	Direito Processual do Trabalho I	Direito do Trabalho e Teoria Geral do Processo	4	60				60
	Direito Processual Civil II	Direito Processual Civil I	4	60				60
	Direito Processual Penal I	Teoria Geral do Processo	4	60				60
	Temáticas Emergentes		2	30		30	4	30
	Estágio Curricular Supervisionado	Direito Processual Civil I	4		60			60

	Cível I (Simulado)							
		TOTAL	26	330	60	60	8	390

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PENAL IV				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0156	(X) Obrigatória	() Optativa	4	5º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Dos Crimes contra a Fé Pública. Dos Crimes contra a Administração Pública. Leis Especiais penais: Abuso de Autoridade. Lei de Drogas. Crimes do Código de Trânsito. Violência Doméstica. Lei de Crimes Hediondos. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) estudar os crimes contra a Administração Pública e demais legislações penais, por meio de estudo sistemático e interdisciplinar; b) contextualizar a disciplina aos anseios da sociedade pós-moderna, a partir de questões teóricas inerentes às ciências criminais; c) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Dos Crimes Contra a Fé Pública 1.1 Da moeda falsa 1.2 Da falsidade de títulos e outros papéis públicos 1.3 Da falsidade documental 1.4 De outras falsidades 1.5 Das Fraudes em certames de interesse público UNIDADE 2. Dos Crimes Contra A Administração Pública 2.1 Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral 2.2 Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral 2.3 Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira 2.4 Dos crimes contra a administração da justiça 2.5 Dos crimes contra as finanças públicas UNIDADE 3. Leis Especiais Penais 3.1 Abuso De Autoridade 3.2 Lei De Drogas 3.3 Leis De Crimes Hediondos UNIDADE 4. Crimes do Código de Trânsito UNIDADE 5. Violência doméstica UNIDADE 6. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade				
Bibliografia Básica: CAPEZ, Fernando. Curso de Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2006. MASSON, Cleber. Direito Penal Esquematizado: parte especial. 8 ed. São Paulo: Método, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Direito Penal: parte especial. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.				
Bibliografia Complementar:				

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.
 PRADO, Geraldo. **Sistema Acusatório**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001
 ANDREUCCI, Ricardo A. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2021.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL V - COISAS				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0157	(X) Obrigatória	() Optativa	4	5º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Noções gerais sobre Direitos Reais. Posse. Propriedade. Direitos de Vizinhança. Condomínio. Direitos Reais na Coisa Alheia.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o direito das coisas; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Histórico, definição, conceito UNIDADE 2. Direitos reais e direitos pessoais UNIDADE 3. Direitos Reais: características, classificação, titulares, constituição e natureza jurídica UNIDADE 4. Posse: teorias, figuras, posse direta e indireta, vícios, aquisição, formas de aquisição, transmissão, efeitos, percepção de frutos, perda da posse, defesa da posse UNIDADE 5. Ações possessórias e petitórias UNIDADE 6. Propriedade: aquisição da propriedade imóvel, acessão, aquisição da propriedade móvel, usucapião, desapropriação, expropriação social UNIDADE 7. Condomínio geral UNIDADE 8. Direito de Vizinhança UNIDADE 9. Lei dos registros públicos UNIDADE 10. Condomínio edilício UNIDADE 11. Direitos reais limitados (conceito, constituição, extinção): superfície; servidão; usufruto; uso; habitação; direito do promitente comprador; penhor, hipoteca, anticrese; direito de laje UNIDADE 12. Alienação Fiduciária: conceito, características, requisitos, direitos e obrigações do fiduciante e do fiduciário, execução do contrato, extinção.				
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro : direito das coisas. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE, Rosa Maria de. Código civil comentado . 7. ed., rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. Venosa, Sílvio de Salvo. Direito civil : direitos reais. 11.ed.. São Paulo: Atlas, 2011. VENOSA, Sílvio de Salo. Direito civil : direitos reais. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.				
Bibliografia Complementar: MELLO, Cleyson de Moraes. Direito civil : direito das coisas. 4. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. DESGUALDO, Juliana Guillen. Direito civil . 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022.				

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito civil:** direito das coisas. 4. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0158	(X) Obrigatória	() Optativa	4	5º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direito Processual do Trabalho: Conceitos e princípios. Formas de solução de conflitos. Competência da Justiça do Trabalho. Organização judiciária da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Dissídios: Individuais e Coletivos. Procedimentos Específicos. Atos processuais. Ação trabalhista. Audiência. Resposta. Provas.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do Direito Processual do Trabalho; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Direito Processual do Trabalho 1.1 Conceito 1.2 Princípios 1.1.1 Princípios constitucionais fundamentais 1.1.2 Princípios gerais de processo 1.1.3 Princípios específicos de Direito Processual do Trabalho UNIDADE 2. Formas de solução de conflitos 2.1 Autodefesa 2.2 Autocomposição 2.3 Heterocomposição UNIDADE 3. Competência da Justiça do Trabalho 3.1 Competência material 3.2 Competência territorial 3.3 Competência funcional UNIDADE 4. Organização Judiciária da Justiça do Trabalho 4.1 Das Varas do Trabalho - Juiz do Trabalho 4.2 Dos Tribunais Regionais do Trabalho e 4.3 Do Tribunal Superior do Trabalho 4.4 Dos Juízos de Direito 4.5 Da corregedoria UNIDADE 5. Ministério Público do Trabalho 5.1 Organização 5.2 Legitimação 5.3 Competência UNIDADE 6. Dissídios				

- 6.1 Dissídios individuais
 - 6.1.1 Dissídios individuais singulares
 - 6.1.2 Dissídios individuais plúrimos
- 6.2 Dissídios coletivos
- UNIDADE 7. Procedimentos específicos
 - 7.1 Procedimento ordinário
 - 7.2 Procedimento sumaríssimo
 - 7.3 Procedimento sumário ou de alçada
 - 7.4 Procedimento de jurisdição voluntária
 - 7.5 Procedimentos especiais
- UNIDADE 8. Atos processuais
 - 8.1 Comunicação dos atos processuais
 - 8.1.1 Citação
 - 8.1.2 Notificação
 - 8.1.3 Intimação
 - 8.2 Nulidade dos atos processuais
- UNIDADE 9. Ação trabalhista
 - 9.1 Forma
 - 9.2 Partes
 - 9.2.1 Capacidade processual
 - 9.2.2 Legitimação
 - 9.2.3 Representação
 - 9.2.4 Substituição processual
 - 9.2.5 Litisconsórcio
 - 9.3 Jus Postulandi
 - 9.4 Intervenção de terceiros
 - 9.5 Estrutura da petição inicial
 - 9.6 Instrução
- UNIDADE 10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento
 - 10.1 Ausência das partes e seus efeitos
 - 10.1.1 Arquivamento
 - 10.1.2 Revelia
 - 10.1.3 Confissão
 - 10.2 Presença das partes
 - 10.3 Acordo e seus efeitos
- UNIDADE 11. Resposta do reclamado
 - 11.1 Estrutura da peça defensiva
 - 11.1.1 Exceções
 - 11.1.2 Preliminares
 - 11.1.3 Perempção, decadência e prescrição.
 - 11.1.4 Defesa direta de mérito
 - 11.2 Reconvenção
 - 11.3 Compensação
 - 11.4 Retenção
 - 11.5 Forma
 - 11.6 Momento de apresentação
 - 11.7 Instrução
- UNIDADE 12. Provas
 - 12.1 Conceito de prova
 - 12.2 Princípios da prova

- 12.3 Ônus da prova
- 12.4 Meios de prova
 - 12.4.1 Documental
 - 12.4.2 Pericial
 - 12.4.3 Interrogatório
 - 12.4.4 Testemunhal
 - 12.4.5 Inspeção judicial
- 12.5 Aptidão para a prova
- 12.6 Valoração da prova
- 12.7 Prova lícita
- 12.8 Prova ilícita
- 12.9 Prova emprestada

Bibliografia Básica:

GIGLIO, Wagner D. e CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2024.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**: doutrina e prática forense. São Paulo: Atlas, 2023.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2024.

Bibliografia Complementar:

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de direito processual do trabalho**. 8 ed. São Paulo: LTR, 2010.

CASTELO, Jorge Pinheiro. **O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo**. São Paulo: LTR, 1996.

COSTA, José de Ribamar de. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1996.

MALGARIN, Cláudio Alves. **Curso Didático de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1996.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0159	(X) Obrigatória	() Optativa	4	5º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Processo de conhecimento: do procedimento comum.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do direito processual civil; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Planos da cognição judicial 1.2 Sincretismo processual 1.3 Tutela cognitiva e Tutela executiva				

1.4 Processo de conhecimento e processo de execução
UNIDADE 2. Procedimento Comum
2.1 Aspectos Gerais
2.2 Petição Inicial: objetivos, requisitos, pedido, valor da causa, emenda
2.3 Improcedência liminar do pedido
2.4 Hipóteses de prosseguimento sem rejeição da petição inicial
2.5 Audiência de conciliação ou de mediação
2.6 Possibilidade de ações pelo réu: contestação – reconvenção – revelia
2.7 Fase organizatória
2.8 Fase de instrução (fase de produção de provas)
2.9 Provas. Disposições gerais. Produção antecipada de provas. Prova emprestada. Momentos de produção. Meios de provas. Provas em espécie. Audiência de instrução e julgamento e apreciação das provas.
2.10 Sentença
2.11 Coisa Julgada
Bibliografia Básica: DONIZETTI, DIDIER Jr. Fredie. Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. v. 1, 25 ed. Salvador: Jus Podivm, 2023. DIDIER Jr. Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. v. 1. 18 ed. Salvador: Jus Podivm, 2023. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. v. 2, 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. TJADER, Ricardo Luiz da Costa. Cumulação Eventual de Pedidos – Art. 326 do CPC Sem Segredos. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2019.
Bibliografia Complementar; BEDAQUE, José Roberto dos Santos. A efetividade do processo e técnica processual. 4 ed. Curitiba: Direito Contemporâneo, 2024. DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 16 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2022. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil: Volume II. 10 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2023. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil: Volume III. 10 ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2024. MITIDIERO, Daniel. Processo Civil. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL I				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0160	(X) Obrigatória	() Optativa	4	5º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Introdução ao Estudo do Processo Penal. Fundamentos de sua existência. Teorias acerca da natureza jurídica do processo. Categorias jurídicas próprias do processo penal. Sistemas processuais penais inquisitórios e acusatórios. Princípios constitucionais do processo penal. Sistemas de investigação				

preliminar. Inquérito policial. Ação Penal. Jurisdição e competência como direito fundamental. Questões e processos incidentes.			
Objetivos da Disciplina: a) permitir uma compreensão histórica e contemporânea do direito processual penal; b) estudar as bases estruturantes e principiológicas do processo penal brasileiro; c) possibilitar a compreensão crítica do processo penal, pela perspectiva constitucional.			
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Princípio da necessidade 1.2 Teorias acerca da natureza jurídica do processo 1.3 Sistemas processuais penais 1.4 Princípio da jurisdicionalidade 1.5 Princípio da imparcialidade 1.6 Princípio acusatório 1.7 Princípio da presunção da inocência 1.8 Princípio do contraditório e da ampla defesa 1.9 Princípio motivação das decisões penais UNIDADE 2. Ações penais 2.1 Ação Penal Pública Incondicionada e Condicionada (representação e requisição) 2.2 Ação Penal Privada (propriamente dita, personalíssima, subsidiária à pública) 2.3 Ação civil ex delicti UNIDADE 3. Jurisdição e competência 3.1 Competência pelo lugar da infração 3.2 Competência pelo domicílio do réu 3.3 Competência pela natureza da infração 3.4 Competência por distribuição 3.5 Competência por conexão ou continência 3.6 Competência por prevenção 3.7 Competência por prerrogativa de função UNIDADE 4 4.1 Questões prejudiciais 4.2 Exceções 4.3 Conflito de jurisdição e restituição de coisas apreendidas 4.4 Medidas assecuratórias e Incidentes de falsidade 4.5 Insanidade mental do acusado			
Bibliografia Básica: CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal . São Paulo: Saraiva, 2012. LOPES JÚNIOR, Aury. Introdução crítica ao processo penal (fundamentos da instrumentalidade garantista) 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado . São Paulo: RT, 2011			
Bibliografia Complementar: BONFIN, Edilson Mougenet. Curso de Processo Penal . São Paulo: RT, 2009. AVENA, Roberto. Processo Penal . 6.ed. São Paulo: Método, 2011. CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal . São Paulo: Edicamp, 2001. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal . Belo Horizonte: Del Rey, 2002. PRADO, Geraldo. Sistema Acusatório . 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001			

NOME DA DISCIPLINA: TEMÁTICAS EMERGENTES			
Código	Tipo	Créditos:	Semestre:

GN0161	(X) Obrigatória	() Optativa	2	5º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Temáticas emergentes no Direito e novos modelos jurídicos. O Direito na sociedade em rede e as novas tecnologias. Liberdades e novos direitos. Ética, cidadania e desenvolvimento do Estado Democrático de Direito. Bioética. Direitos da sociobiodiversidade e sustentabilidade. Direitos e questões de gênero. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) identificar os novos modelos jurídicos, a partir do surgimento de novas temáticas relevantes para o Direito; b) discutir as inovações do Direito em suas diversas ramificações; c) aprimorar o senso crítico, a partir de estudos dirigidos, análises de casos e demais materiais bibliográficos; d) estimular o desenvolvimento de habilidades essenciais para a pesquisa acadêmica, a partir da utilização de metodologias ativas no componente curricular; e) aplicar dos conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento do Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. O Direito e Sociedade em rede, novas tecnologias UNIDADE 2. Ética, cidadania e desenvolvimento do Estado Democrático de Direito UNIDADE 3. Direito e sustentabilidade UNIDADE 4. Direito e Questões de gênero UNIDADE 5. Bioética UNIDADE 6. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade				
Bibliografia Básica: DI FELICE, Massimo. A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2020. DUARTE, Melissa de Freitas; BRAGA, Cristiano Prestes. Propriedade Intelectual. Porto Alegre: SAGAH, 2018. OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades de. Teoria jurídica e novos direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. TEIXEIRA, Tarcisio; Ruth Maria. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: comentado artigo por artigo. São Paulo: SaraivaJur, 2022.				
Bibliografia Complementar: MAGRANI, Eduardo. Entre dados e robôs: ética e privacidade na era da hiperconectividade. Rio de Janeiro: Konrad, 2018. PIAIA, Thami Covatti. A digitalização dos direitos fundamentais. Revista de direitos e Garantias fundamentais , 22(2), 7–8. SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de. Direito e Sustentabilidade: Temas Contemporâneos, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. TEIXEIRA, Tarcisio. Direito digital e processo eletrônico. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. VÉLIZ, Carissa. Privacidade é poder: por que e como você deveria retomar o controle de seus dados. São Paulo: Contracorrente, 2021.				

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - CÍVEL I (SIMULADO)				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0162	(X) Obrigatória	() Optativa	4	5º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica:	Carga Horária Prática: 60	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional dos/as operadores/as jurídicos, na área cível.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Desenvolver e estimular a habilidade de aplicar o direito a uma realidade (ainda que simulada), de identificar a solução jurídica mais adequada a cada caso, explorando as possíveis alternativas. Específicos: a) capacitar para a elaboração de peças processuais adequadas a cada caso concreto, com pesquisa e utilização da legislação, da instrução e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; b) estimular a solução de conflitos por meio da elaboração de acordos extrajudiciais ou, ainda, encaminhamento do conflito para a mediação e a conciliação do CEJUSC; c) capacitar para a elaboração de peças a partir de casos simulados com a utilização das normas técnico-jurídicas, correta utilização da terminologia jurídica, com pesquisa e utilização da legislação e da doutrina, utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; d) capacitar para a análise e tratamento de conflitos experimentados por grupos vulneráveis, a exemplo de pessoas idosas e consumidores, assim como, para construir, na prática, fundamentos legais e constitucionais para a sua proteção em justiça; e) aproximar da prática real, por meio da participação em audiências cíveis, na condição de ouvintes.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Realização de trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil UNIDADE 2. Noções sobre o exercício profissional UNIDADE 3. Aplicação dos procedimentos ordinários e sumaríssimos na propositura das ações: técnicas de elaboração de peças, iniciais, contestação e recursos UNIDADE 4. Noções sobre atividades extrajudiciais e meios alternativos de resolução de conflitos, mediação, conciliação e arbitragem UNIDADE 5. Acompanhamento de audiência junto à Justiça Comum UNIDADE 6. Acompanhamento processual UNIDADE 7. Pesquisa de jurisprudência				
Bibliografia Básica: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado . São Paulo: RT, 2020. ANGHER, Anne Joyce (Org.). Código de processo civil . 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. MEDINA, Anderson Martins. Direito Processual Civil Moderno . São Paulo: RT, 2020.				
Bibliografia Complementar: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Código De Processo Civil Comentado . São Paulo: RT, 2020. MEDINA, Anderson Martins. Direito Processual Civil Moderno . São Paulo: RT, 2020.				

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
6º	Direito Processual do Trabalho II	Direito Processual do Trabalho I	4	60				60
	Direito Processual do Civil III	Direito Processual do Civil II	4	60				60
	Direito Processual do Penal II	Direito Processual do Penal I	4	60				60
	Direito Administrativo I		4	60		30		60
	Direito Civil VI - Famílias	Direito Civil V - Coisas	4	60			4	60
	Projeto Integrador nas Áreas Jurídicas III	Pelo menos 01 das disciplinas preparatórias do 4º ou 5º semestre	3	15	30		45	45
	Formas Consensuais e Resolução de Conflitos	Direito Processual Civil II	4	30	30		8	60
	TOTAL		27	345	60	30	57	405

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0163	(X) Obrigatória	() Optativa	4	6º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Sentença. Coisa julgada. Despesas processuais. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie nos dissídios individuais e coletivos, no procedimento ordinário, na fase de cognição e na execução. Liquidação de sentença e execução. Procedimentos especiais: Inquérito para apuração de falta grave; Ação rescisória e Embargos de terceiro.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do Direito Processual do Trabalho; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Sentença 1.1 Conceito 1.2 Classificação 1.3 Requisitos				

- 1.4 Efeitos
- 1.5 Nulidade e anulabilidade
- 1.6 Inexistência
- 1.7 Publicação
- 1.8 Intimação.
- UNIDADE 2. Coisa julgada
 - 2.1 Coisa julgada formal
 - 2.2 Coisa julgada material
- UNIDADE 3. Despesas processuais
 - 3.1 Custas e emolumentos
 - 3.1.1 Pagamentos de custas e emolumentos
 - 3.1.2 Isenção ou dispensa de despesas processuais
 - 3.2 Honorários
 - 3.2.1 Honorários advocatícios de sucumbência
 - 3.2.2 Honorários advocatícios assistenciais
 - 3.2.3 Honorários periciais
- UNIDADE 4. Teoria geral dos recursos
 - 4.1 Conceito
 - 4.2 Princípios e regras aplicáveis à matéria recursal
 - 4.2.1 Aplicabilidade imediata da lei nova
 - 4.2.2 Unirrecorribilidade
 - 4.2.3 Variabilidade
 - 4.2.4 Fungibilidade
 - 4.2.5 Livre desistência dos recursos
 - 4.2.6 Uniformização dos prazos recursais em matéria trabalhista
 - 4.2.7 Aproveitamento do recurso do litisconsorte
 - 4.3 Efeitos dos recursos.
 - 4.3.1 Efeito devolutivo
 - 4.3.2 A concessão de efeito suspensivo no processo trabalhista
 - 4.4 Pressupostos Recursais
 - 4.4.1 Pressupostos subjetivos: legitimidade, capacidade e interesse;
 - 4.4.2 Pressupostos objetivos: recorribilidade, adequação, tempestividade, preparo e representação
 - 4.4.3 Juízo de admissibilidade: a quo e ad quem
 - 4.5 Sistemas Recursais
 - 4.5.1 Sistema ampliativo
 - 4.5.2 Sistema limitativo
- UNIDADE 5. Recursos em espécie
 - 5.1 Embargos de declaração
 - 5.2 Recurso ordinário
 - 5.2.1 Recurso ordinário do procedimento sumaríssimo
 - 5.2.2 Recurso ordinário no procedimento ordinário
 - 5.3 Recurso de revista
 - 5.3.1 Recurso de revista do procedimento sumaríssimo
 - 5.3.2 Recurso de revista do procedimento ordinário
 - 5.4 Recurso extraordinário
 - 5.5 Agravos
 - 5.5.1 Agravo de instrumento
 - 5.5.2 Agravo de petição
 - 5.5.3 Agravo regimental
 - 5.6 Embargos no TST

5.6.1 Embargos infringentes 5.6.2 Embargos de divergência 5.7 Recurso adesivo 5.8 Recurso de revisão 5.9 Contrarrazões aos recursos UNIDADE 6. Procedimento na execução 6.1 Liquidação de sentença 6.2 Modalidades de Execução 6.2.1 Títulos executivos extrajudiciais 6.2.2 Títulos executivos judiciais 6.2.3 Execução das decisões proferidas contra pessoas jurídicas de Direito Público. 6.2.4 Execução de dívidas previdenciárias 6.3 Embargos à execução 6.4 Impugnação à sentença de liquidação UNIDADE 7. Procedimentos especiais 7.1 Inquérito para apuração de falta grave 7.2 Ação rescisória 7.3 Embargos de terceiro
Bibliografia Básica: GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2024. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho : doutrina e prática forense. São Paulo: Atlas, 2023. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho . 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.
Bibliografia Complementar: BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de direito processual do trabalho . 8.ed.. São Paulo: LTR, 2010. COSTA, José de Ribamar de. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: LTR, 1996. MALGARIN, Cláudio Alves. Curso Didático de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: LTR, 1996.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0164	(X) Obrigatória	() Optativa	4	6º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Do cumprimento de sentença. Das tutelas provisórias. Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais. Dos recursos.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do direito processual civil; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;				

c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Do Cumprimento de Sentença

UNIDADE 2. Da Tutela Provisória

2.1 Da tutela de Urgência

2.2 Da tutela de Evidência

UNIDADE 3. Da Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais

3.1 Da ordem dos processos nos Tribunais

3.2 Do conflito de competência

3.3 Da ação rescisória

3.4 Da Reclamação

UNIDADE 4. Dos Recursos

4.1 Apelação

4.2 Agravo de Instrumento

4.3 Agravo Interno

4.4 Embargos de Declaração

4.5 Recursos para o STF e para o STJ

Bibliografia Básica:

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de processo civil comentado**. São Paulo: RT, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme, Arenhart, Sérgio Cruz, Mitidiero, Daniel. **Direito processual civil moderno**. São Paulo: RT, 2016.

MEDINA, Anderson Martins. **Direito Processual Civil Moderno**. São Paulo: RT, 2016.

Bibliografia Complementar:

ANGHER, Anne Joyce (Org.). **Código de processo civil**. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 05 ago. 2025.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira; MELLO, Cleyson de Moraes. **Código de Processo Civil Comentado**: Lei nº 13.105/2015 - Atualizada pela Lei nº 15.109/2025. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 05 ago. 2025.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo de processo civil**. 8. ed. São Paulo, SP: Rideel, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 05 ago. 2025.

SARRO, Luís Antonio Giampaulo; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe; LUCON, Paulo Henrique dos Santos. **Código de processo civil anotado e comentado**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 05 ago. 2025.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL II				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0165	(X) Obrigatória	() Optativa	4	6º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Teoria geral da Prova no processo penal. Provas em espécies. Sujeitos e partes do processo. Prisões cautelares e liberdade provisória. Outras medidas cautelares. Comunicações dos atos processuais				

Objetivos da Disciplina: a) compreender histórica/contemporânea da teoria geral da prova; b) analisar as espécies de provas no direito penal brasileiro; c) compreender, criticamente, o processo penal, principalmente em relação à licitude das provas em um processo criminal, estabelecendo as relações com o Estado e com a democracia.			
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Teoria geral da prova no processo penal 1.1 Exame de corpo de delito 1.2 Interrogatório 1.3 Confissão 1.4 Pergunta ao ofendido 1.5 Testemunhas 1.6 Reconhecimento de pessoas ou coisas 1.7 Acareação 1.8 Documentos 1.9 Índícios 1.10 Busca e apreensão UNIDADE 2. Sujeitos e Partes do processo 2.1 Juiz 2.2 Ministério Público 2.3 Acusado e defensor 2.4 Assistentes 2.5 Funcionários da Justiça 2.6 Peritos e Intérpretes UNIDADE 3. Prisão e Liberdade Provisória 3.1 Prisão em Flagrante 3.2 Prisão preventiva 3.3 Prisão temporária 3.4 Liberdade provisória com ou sem fiança 3.5 outras medidas cautelares UNIDADE 4. Comunicações dos atos processuais 4.1 Citações 4.2 Intimações			
Bibliografia Básica: CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal . 12 Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado . 13 ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2014.			
Bibliografia Complementar: AVENA, Roberto. Processo Penal . 6.ed. São Paulo: Método, 2011. BONFIN, Edilson Mougenet. Curso de Processo Penal . São Paulo: RT, 2009. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal . 18 Ed. São Paulo: Saraiva, 2021. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal . 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.			

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO I			
Código	Tipo		Semestre:
GN0166	(X) Obrigatória	() Optativa	4
Centro: Ciências Humanas e Sociais			

Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão:
Ementa: Noções de Direito Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta. Órgãos Públicos. Poderes e deveres administrativos. Atos administrativos. Servidores públicos.				
Objetivos da Disciplina: a) identificar os princípios formadores do Direito Administrativo e os fenômenos administrativos, aliando os conhecimentos teóricos à prática; b) conhecer e interpretar a atividade do Estado, com relação ao seu funcionamento enquanto órgão de gestão; c) conhecer os conceitos e noções da Administração Pública, em especial, sua diferença em relação à administração privada; d) dominar e empregar, satisfatoriamente, os conceitos e vocabulários específicos dos textos de Direito Administrativo; e) estimular o desenvolvimento de um modelo cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; f) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do Direito Administrativo.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Noções de Direito Administrativo 1.1 Direito Público e Privado 1.2 Conceito de Direito Administrativo 1.3 Fontes do Direito Administrativo 1.4 Evolução Histórica do Direito Administrativo 1.5 Princípios explícitos e implícitos da Administração Pública UNIDADE 2. Administração Pública Direta e Indireta 2.1 Organização da Administração Pública 2.2 Conceito de Administração Pública Direta e Indireta 2.3 Estrutura e Organização da Administração Pública 2.4 Entidades políticas e entidades administrativas 2.5 Centralização. Descentralização. Desconcentração UNIDADE 3. Órgãos públicos 3.1 Teoria do mandato. Teoria da representação. Teoria do órgão 3.2 Conceito de órgão público 3.3 Características dos órgãos públicos 3.4 Classificação dos órgãos públicos 3.5 Entidades: autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista. 3.6 Consórcio público 3.7 Entidades paraestatais 3.8 Terceiro setor: Organizações sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público 3.9 (OSCIPI). Agências reguladoras UNIDADE 4. Poderes e deveres administrativos 4.1 Poderes da Administração 4.2 Abuso de Poder. Excesso de Poder. Desvio de Finalidade UNIDADE 5. Atos Administrativos 5.1 Atributos dos Atos Administrativos 5.2 Procedimentos do Ato Administrativo 5.3 Classificação dos Atos Administrativos				

5.4 Espécies dos Atos Administrativos
5.5 Invalidação dos Atos Administrativos
UNIDADE 6. Servidores Públicos
6.1 Agentes Públicos
6.2 Cargo, emprego e função
6.3 Regime jurídico
6.4 Condições de ingresso e sistema remuneratório
6.5 Regime previdenciário
6.6 Provedimento, vacância e responsabilidades
Bibliografia Básica: MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro . São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2000. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2006. ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. Direito Administrativo . 14ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo . São Paulo: Saraiva, 2005.
Bibliografia Complementar: CARVALHO FILHO, José dos Santos C. Manual de Direito Administrativo . Grupo GEN, 2023. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 12 ed., rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo . São Paulo: Grupo GEN, 2023. PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. Direito Administrativo . São Paulo: Grupo GEN, 2023. MAZZA, Alexandre. Curso de Direito Administrativo . São Paulo: SRV, 2024.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VI - FAMÍLIAS				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0167	(X) Obrigatória	() Optativa	4	6º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Formação e espécies de famílias. Direito Pessoal de família. Direito Patrimonial de família. União estável. Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o direito das famílias; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito; d) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Formação e espécies de famílias UNIDADE 2. Direito Pessoal de família 2.1 Casamento e capacidade para o casamento 2.2 Impedimentos, causas suspensivas e invalidade do casamento 2.3 Processo de habilitação, celebração, provas e eficácia do casamento 2.4 Dissolução da sociedade e vínculo conjugal				

2.5 Relações de parentesco, Filiação e reconhecimento dos filhos, adoção e poder familiar UNIDADE 3. Direito patrimonial de família 3.1 Pacto antenupcial e regimes de bens entre os cônjuges 3.2 Usufruto e administração dos bens de filhos menores 3.3 Alimentos 3.4 Bem de Família UNIDADE 4. União estável UNIDADE 5. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada UNIDADE 6. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade
Bibliografia Básica GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: direito de família: as famílias em perspectiva constitucional. v. 6, 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Direito das Sucessões. V. 7, 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: direito das Sucessões. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
Bibliografia Complementar: Dias, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 16 ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. Vol. 6. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. v. 5, 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: famílias. v. 6, 15 ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. LÔBO, Paulo. Direito Civil. Famílias. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. NORONHA, Carlos Silveira (Org.); DIAS, Ádamo Brasil. Temas de direito de família e de sucessões na atualidade: revisão dogmática em respostas às demandas da sociedade contemporânea. Porto Alegre: Sapiens, 2018. TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Fundamentos do Direito Civil: direito de família. v 6, 4 ed. Rio de Janeiro: Gen Jurídico e Editora Forense. NEVARES, Ana Luiza Maia; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. Fundamentos do Direito Civil: direito das sucessões. v 7, 4 ed. Rio de Janeiro: Gen Jurídico e Editora Forense. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Direito de Família. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: PROJETO INTEGRADOR NAS ÁREAS JURÍDICAS III				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0168	(X) Obrigatória	() Optativa	3	6º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 45	Carga Horária Teórica: 15	Carga Horária Prática: 30	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 45
Ementa: Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação. Intervenção social, por meio de inserção/práticas extensionistas na comunidade. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos estudantes. Inserção na Comunidade.				
Objetivos da Disciplina:				

a) estimular o desenvolvimento de um modelo cognitivo crítico, teórico e prático, de observação, análise, interpretação de dados e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos; b) fomentar o desenvolvimento de trabalhos jurídicos interdisciplinares, nas formas acadêmico/prático e/ou de pesquisa-ação, contextualizados ao problema real identificado; c) viabilizar práticas extensionistas na comunidade com a apresentação de produto/soluções teórico-metodológicas, que comportem a reflexão crítica e autônoma em relação aos problemas sociais, ambientais, urbanos, econômicos, políticos e comprometida com a cidadania ativa; d) relacionar a disciplina com as diversas áreas do Direito.
UNIDADE 1. Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa UNIDADE 2. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação UNIDADE 3. Intervenção social, por meio de práticas extensionistas na comunidade UNIDADE 4. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos/as estudantes
Bibliografia Básica GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012. NOVELINO, Marcelo. Curso de direito constitucional. 12.ed. Salvador: JusPODIVM, 2017. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa. Barueri: Manole, 2015.
Bibliografia Complementar: ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia científica: princípios e fundamentos. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2021. ARENHART, Livio Osvaldo et al. Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa. Cruz Alta: Ilustração, 2021. PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3 ed. São Paulo: USP, 2004. CUNHA, Maria Lourdes da (Org.). A ética como fundamento dos projetos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Princípios fundamentais do direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2015. FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade de Cruz Alta. 6. ed. rev. e atual. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0169	(X) Obrigatória	() Optativa	4	6º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática: 30	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Teoria e evolução histórica do conflito. Mediação como nova linguagem do Direito. Meios e métodos de resolução adequada de disputas. Mediação e Conciliação no sistema do CPC. Procedimentos de mediação. Noções gerais da Justiça Restaurativa. Conhecimentos práticos na área da Mediação,				

Conciliação, Negociação e Arbitragem. Teoria Geral do Conflito e os diferentes modelos de solução. Inserção na comunidade.

Objetivos da Disciplina:

- a) demonstrar a importância do acesso à justiça e dos métodos alternativos para a solução não adversarial de conflitos;
- b) demonstrar que, com a prática de novas formas de resolução de conflitos, por meio da resolução consensual dos conflitos, Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem, é possível reduzir os índices de litígios judiciais.
- c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- d) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica das novas formas de composição dos litígios;
- e) aplicar dos conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento do Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Teoria e evolução histórica do conflito

1.1 Caracterização do conflito

1.2 Evolução dos conflitos na Era dos conhecimentos

1.3 Direitos Humanos como fundamento político-jurídico da mediação

UNIDADE 2. Mediação como nova linguagem do Direito

2.1 Aspectos históricos.

2.2 Mediação no Brasil: modelos e tipos de mediação

2.3 Aspectos legais: Resolução nº. 125 do CNJ, Lei nº. 11.140 de 2015 e o CPC

2.4 Fases e Técnicas de Mediação

UNIDADE 3. Meios e métodos de resolução adequada de disputas: Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem

3.1 Conceito de negociação

3.2 Conceito de mediação

3.3 Conceito de conciliação

3.4 Conceito de arbitragem.

UNIDADE 4. Procedimentos de Mediação: pré-processual e processual

4.1 Pré-Mediação

4.2 Etapas do procedimento.

UNIDADE 5. Noções gerais da Justiça Restaurativa

5.1 Conceito de Justiça Restaurativa

5.2 Programas de Justiça Restaurativa

5.3 Práticas Restaurativas.

UNIDADE 6. Prática da Mediação - NPJ

6.1 Atendimento a clientes em práticas extensionistas na comunidade.

6.2 Elaboração do termo de acordo mediado

6.3 Acompanhamento dos processos de mediação

6.4 Audiências

UNIDADE 7. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade

Bibliografia Básica:

ALBRECHT, Karl. **Agregando Valor à Negociação**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MORAIS, José Luiz Bolzan. **Mediação e arbitragem**: alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

WARAT, Luiz Alberto. **O ofício do mediador**. Florianópolis: Habitus, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARRUDA, Marina Patrício de. A prática da mediação em busca do mediador de emoções. Pelotas: Seiva, 2004. MORAIS, José Luiz Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
--

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
7º	Direito Administrativo II e Processo Administrativo	Direito Administrativo I e Teoria Geral do Processo	4	60			4	60
	Direito Processual Civil IV	Direito Processual Civil III	4	60				60
	Direito Processual Penal III	Direito Processual Penal II	4	60				60
	Direito Civil VII - Sucessões	Direito Civil VI - Famílias	2	30			4	30
	Direito do Consumidor	Direito Civil IV - Responsabilidade Civil	2	30		15	4	30
	Direito Processual Constitucional	Direito Constitucional III e Teoria Geral do Processo	2	30				30
	Hermenêutica Jurídica		2	30		15		30
	Direito Previdenciário		2	30		30		30
	Estágio Curricular Supervisionado II - Trabalho (Simulado)	Direito Processual do Trabalho II	2		30			30
TOTAL			24	330	30	60	12	360

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II E PROCESSO ADMINISTRATIVO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0170	(X) Obrigatória	() Optativa	4	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa:				

Servidores Públicos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade e no Domínio Público. Controle Administrativo. Responsabilidade Civil Extracontratual da Administração Pública. Processo Administrativo. Inserção na comunidade.

Objetivos da Disciplina:

Geral:

Demonstrar a importância da formação jurídica relacionada ao complexo de normas reguladoras das relações jurídicas, estabelecidas entre a Administração Pública e os/as administrados/as.

Específicos:

- a) desenvolver uma visão ampla acerca do Direito Administrativo e do processo administrativo, principalmente, relacionadas às relações contratuais, licitações, intervenção no domínio econômico e responsabilidade do Estado;
- b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos;
- d) aplicar dos conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento do Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Licitações e Contratos

1.1 Obrigatoriedade da Licitação

1.2 Dispensa e Inexigibilidade

1.3 Modalidades:

1.5 Procedimentos

1.6 Contratos de Administração

1.7 Características dos contratos administrativos

1.8 Rescisão do contrato administrativo

1.9 Modalidades de contratos administrativos

UNIDADE 2. Serviços Públicos

2.1 Conceito e elementos de definição

2.2 Princípios e classificação

UNIDADE 3. Intervenção do Estado na Propriedade

3.1 Modalidades e fundamentos

3.2 Ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento e servidão administrativa

3.3 Desapropriação

UNIDADE 4. Responsabilidade Extracontratual do Estado

4.1 Evolução

4.2 Causas excludentes e atenuantes

4.3 Tipos de responsabilidade

UNIDADE 5. Controle da Administração

5.1 Controle Político e Administrativo

5.2 Controle Legislativo

5.3 Controle Judicial

UNIDADE 6. Processo Administrativo

6.1 Conceitos e Princípios do Processo Administrativo.

6.2 Processo Administrativo em espécie.

UNIDADE 7. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade

Bibliografia Básica:

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2000.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. **Direito Administrativo**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO FILHO, José dos Santos C. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2023.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 12ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2023.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2023.

MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: SRV, 2024.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0171	(X) Obrigatória	() Optativa	4	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Do Processo de Execução. Dos Procedimentos Especiais.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do direito processual civil; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Do Processo de Execução 1.1 Da Execução em geral 1.2 Da Responsabilidade Patrimonial 1.3 Das Diversas Espécies de Execução 1.4 Dos Embargos à Execução 1.5 Da Suspensão e Extinção do Processo de Execução UNIDADE 2. Dos Procedimentos Especiais 2.1 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa 2.2 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária				
Bibliografia Básica: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Código de processo civil comentado . São Paulo: RT, 2016. MARINONI, Luiz Guilherme, Arenhart, Sérgio Cruz, Mitidiero, Daniel. Direito processual civil moderno . São Paulo: RT, 2016. MEDINA, Anderson Martins. Direito Processual Civil Moderno . São Paulo: RT, 2016.				
Bibliografia Complementar:				

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 21 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil: execução civil**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **O Novo Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo Civil: Sistematizado**. 4 ed, rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Processo civil sintetizado**. 15 ed., rev. e atual. São Paulo: Forense, 2018.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais**, vol. 2, 5 ed. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL III				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0172	(X) Obrigatória	() Optativa	4	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Processo e Procedimentos em Espécies. Sentença. Nulidades.				
Objetivos da Disciplina: a) compreender os tipos de processos penais e procedimentos penais, estabelecendo as relações com o Estado e com a democracia; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Processos/Procedimento - Espécies 1.1 Processo e Procedimento 1.2 Procedimento Ordinário 1.3 Procedimento Sumário 1.4 Citação 1.5 Intimação 1.6 Procedimento Sumaríssimo UNIDADE 2. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal 2.1 Procedimento dos Crimes Falimentares 2.2 Procedimento dos Crimes contra a honra 2.3 Procedimento dos Crimes Funcionais 2.4 Procedimento dos Crimes contra a Propriedade Imaterial UNIDADE 3. Procedimento de competência do Júri Popular 3.1 Questões finais específicas sobre Júri UNIDADE 4. Procedimento criminal dos Crimes de Drogas 4.1 Lei 11.343/2006 4.2 Procedimento na Polícia				

4.3 Procedimento em Juízo
UNIDADE 5. Da informatização do processo judicial - Lei 11.419/2006
UNIDADE 6. Demais procedimentos
6.1 Procedimento De Restauração De Autos
6.2 Procedimento nos Crimes de Competência dos Tribunais
6.3 Procedimento nos Crimes de Abuso de Autoridade
6.4 Procedimento nos crimes contra a Economia Popular
6.5 Procedimento nos Crimes contra o Consumidor
6.6 Procedimento nos Crimes Eleitorais
6.7 Procedimento em Fatos praticados por Crianças e Adolescentes
UNIDADE 7. Sentença
7.1 Classificações das Decisões
7.2 Sentença em Sentido Estrito
7.3 Sentença Absolutória
7.4 Sentença Condenatória
7.5 Crise da Instância
UNIDADE 8. Nulidades
8.1 Vícios Processuais.
8.1.1 Ato Inexistente
8.1.2 Ato Nulo
8.1.3 Ato Anulável
8.1.4 Ato Irregular
8.2 Princípios Básicos das Nulidades
8.2 Nulidades em Espécie
8.3 Momento para arguição de Nulidades Relativas
Bibliografia Básica: CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal . São Paulo: Saraiva, 2012. LOPES JÚNIOR, Aury. Introdução crítica ao processo penal (fundamentos da instrumentalidade garantista) 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado . São Paulo: RT, 2011
Bibliografia Complementar: BONFIN, Edilson Mougenet. Curso de Processo Penal . São Paulo: RT, 2009. AVENA, Roberto. Processo Penal . 6 ed. São Paulo: Método, 2011. CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal . São Paulo: Edicamp, 2001. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal . Belo Horizonte: Del Rey, 2002. PRADO, Geraldo. Sistema Acusatório . 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VII - SUCESSÕES				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0173	(X) Obrigatória	() Optativa	2	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina:				

- a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o direito sucessório;
- b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito;
- d) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Sucessão em Geral

1.1 Abertura da sucessão, herança, espólio e vocação hereditária

1.2 Aceitação e renúncia da herança

1.3 Excluídos da sucessão

1.4 Herança jacente

1.5 Petição de herança

UNIDADE 2. Sucessão legítima

2.1 Herdeiros necessários e direito de representação

UNIDADE 3. Sucessão testamentária

3.1 Testamento em geral e capacidade de testar

3.2 Formas ordinárias do testamento, testamentos especiais e codicilo

3.3 Legados

3.4 Colação, direito de acrescer entre herdeiros e legatários e substituições

3.5 Deserdação e indignidade

3.6 Redução das disposições testamentárias, revogação e rompimento do testamento

UNIDADE 4. Inventário e partilha

UNIDADE 5. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Direito das Sucessões. v 7, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. Direito das Sucessões. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: direito das sucessões. V. 6, 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NORONHA, Carlos Silveira (Org.); DIAS, Ádamo Brasil. **Temas de direito de família e de sucessões na atualidade**: revisão dogmática em respostas às demandas da sociedade contemporânea. Porto Alegre: Sapiens, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0174	(X) Obrigatória	() Optativa	2	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Evolução e história da proteção ao consumidor. Política Nacional das Relações de Consumo e Direitos do Consumidor. Responsabilidade Civil no CDC. Práticas Comerciais. Sanções Administrativas e Infrações Penais. Defesa do Consumidor em juízo e Sistema Nacional de Proteção do Consumidor. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina:				

- a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o Direito do Consumidor;
- b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- c) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do Direito do Consumidor;
- d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito;
- e) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Evolução e história da proteção ao consumidor

1.1 Movimentos em prol da proteção do consumidor

1.2 Constitucionalização do direito do consumidor

UNIDADE 2. Política Nacional das Relações de Consumo e Direitos do Consumidor

2.1 Princípios e Direitos básicos do consumidor

2.2 Elementos subjetivos da relação de consumo: consumidor e fornecedor

2.3 Elementos objetivos da relação de consumo: produto e serviço

2.4 Prescrição e Decadência

UNIDADE 3. Responsabilidade no CDC

3.1 Aspectos gerais da responsabilidade consumerista

3.2 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço

3.3 Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço

3.4 Desconsideração da personalidade jurídica

UNIDADE 4. Práticas Comerciais

4.1 Oferta e Publicidade

4.2 Proteção contratual e contratos de adesão

4.3 Práticas e Cláusulas abusivas

4.4 Cobrança indevida e repetição do indébito

4.5 Bancos de dados e cadastros de consumidores

UNIDADE 5. Sanções Administrativas e Infrações Penais

5.1 Responsabilidade administrativa dos fornecedores

5.2 Infrações penais de consumo

UNIDADE 6. Defesa do Consumidor em juízo e Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

6.1 Acesso à justiça e facilitação da defesa do consumidor

6.2 Tutela Coletiva de consumo: direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos

6.3 Sistema Nacional de defesa do consumidor

6.4 Superendividamento e CDC

UNIDADE 7. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade

Bibliografia Básica:

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto: processo coletivo. v. 2, 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Direito do Consumidor Esquematizado**. Coordenação de Pedro Lenza. 6 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Código de defesa do consumidor**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2015.

BONATTO, Cláudio. **Questões controvertidas no código de defesa do consumidor:** principiologia, conceitos, contratos atuais. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do Consumidor:** contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo. Grupo GEN, 2020.

NUNES, Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor.** 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NUNES, Rizzatto. **O Código de Defesa do Consumidor e sua interpretação jurisprudencial.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0175	(X) Obrigatória	() Optativa	2	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Jurisdição Constitucional. Controle de Constitucionalidade. Ações Constitucionais. Remédios Constitucionais.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica do direito processual constitucional; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos;				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Jurisdição Constitucional 1.1 Origem da jurisdição constitucional 1.2 Influências Norte-Americana, Austríaca e Francesa 1.3 Direito Processual Constitucional: conceito e superioridade das normas UNIDADE 2. Controle de Constitucionalidade 2.1 Aspectos gerais e princípio da presunção das normas constitucionais 2.2 Espécies de vícios 2.3 Efeitos das decisões: inconstitucionalidade total, parcial, interpretação conforme à Constituição e Declaração de nulidade sem redução de texto 2.4 Modulação de efeitos 2.5 Inconstitucionalidades direta, indireta e derivada 2.6 Sistemas de controle de constitucionalidade: jurisdicional, político e misto 2.7 Modelos de controle de constitucionalidade: difuso e concentrado 2.8 Momento do controle de constitucionalidade: preventivo e repressivo UNIDADE 3. Ações Constitucionais 3.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade 3.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão 3.4 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 3.5 Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva UNIDADE 4. Remédios Constitucionais				

4.1 Mandado de Injunção
4.2 Mandado de Segurança
4.3 Habeas Data
4.4 Habeas Corpus
4.5 Ação Popular
Bibliografia Básica: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado . 4 ed. São Paulo: Método, 2009. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2011 SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
Bibliografia Complementar: BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição . 5 ed. Coimbra: Almedina, 2002. LASSALLE, Ferdinand. A essência da Constituição . 9 ed. Rio de Janeiro: Freitas Junior, 2016. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional . 31 ed. São Paulo: Atlas, 2015. MORAES, Guilherme Braga Peña de. Curso de direito constitucional . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: HERMENÊUTICA JURÍDICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0176	(X) Obrigatória	() Optativa	2	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão:
Ementa: Conceito e fundamentos da Hermenêutica Jurídica. Distinção entre Hermenêutica e Interpretação. Princípios e métodos interpretativos do Direito. As escolas da interpretação jurídica. O papel do intérprete na construção do sentido normativo. Hermenêutica Constitucional. Hermenêutica e Argumentação Jurídica. A aplicabilidade das normas jurídicas e o raciocínio jurídico.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Desenvolver a capacidade crítica sobre a interpretação e a aplicação do Direito, assim como o uso dos diversos métodos hermenêuticos e argumentativos na prática jurídica. Específicos: a) compreender os fundamentos teóricos da Hermenêutica Jurídica; b) analisar os principais métodos interpretativos e sua aplicação na prática forense; c) identificar a influência das diferentes escolas hermenêuticas no desenvolvimento do Direito; d) refletir sobre a importância da Hermenêutica Constitucional na concretização dos direitos fundamentais; e) desenvolver habilidades argumentativas e de interpretação de normas jurídicas, considerando a lógica e os princípios do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Fundamentos da Hermenêutica Jurídica 1.1 Conceito e distinção entre Hermenêutica e Interpretação Jurídica 1.2 Evolução histórica da Hermenêutica Jurídica 1.3 Relação entre Hermenêutica, Teoria do Direito e Filosofia do Direito				

UNIDADE 2. Métodos e Escolas da Interpretação Jurídica 2.1 Métodos tradicionais de interpretação jurídica: gramatical, lógico, sistemático, teleológico, histórico 2.2 Escolas hermenêuticas e suas contribuições: Escola da Exegese, Escola Histórica, Escola da Livre Investigação Científica, Escola do Direito Livre UNIDADE 3. Aplicação da Hermenêutica Jurídica 3.1 O papel do intérprete e do juiz na interpretação do Direito 3.2 Interpretação conforme a Constituição e o controle de constitucionalidade 3.2 Argumentação jurídica e sua relevância para a prática forense UNIDADE 4. Hermenêutica Constitucional e Aplicabilidade do Direito 4.1 Princípios da interpretação constitucional 4.2 Diálogo entre fontes do Direito e ponderação de princípios 4.3 Lacunas e antinomias no Direito UNIDADE 5. O raciocínio jurídico na prática hermenêutica 5.1 Integratividade do Direito e os princípios gerais como fontes interpretativas 5.2 Estudo de casos concretos e análise jurisprudencial 5.3 O impacto da hermenêutica na efetivação dos direitos fundamentais
Bibliografia Básica: ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica. São Paulo: Martins Fontes, 2001. DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2022 MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2022. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2018.
Bibliografia Complementar: BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 2019. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 2019. PERELMAN, Chaïm. Lógica Jurídica e Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1997. STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica Jurídica e(m) Crise. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. SUNDFELD, Carlos Ari. Interpretação do Direito Público. São Paulo: Malheiros, 2019.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0116	(X) Obrigatória	() Optativa	2	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direito da Seguridade Social: Origens e evolução no mundo e no Brasil. Conceito e divisão, princípios do direito da seguridade social, princípios específicos da previdência social, princípios específicos do custeio, princípios constitucionais gerais. Conteúdo, fontes e autonomia. Aplicação das normas de seguridade social quanto à hierarquia, integração, interpretação e vigência. Regimes Previdenciários: Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio dos Servidores Efetivos, Regime de Previdência Oficial Complementar e Regime de Previdência Privada. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes da Seguridade Social. Segurados do Regime Geral de Previdência Social, obrigatórios e facultativos. Prestações e serviços da Previdência Social e da Assistência				

Social. Acidente do Trabalho e doenças ocupacionais. Prescrição e decadência previdenciária. Competência para as ações previdenciárias. Tendência do Direito Previdenciário.

Objetivos da Disciplina:

- a) compreender a evolução histórica do seguro social e sua prática no Brasil;
- b) compreender os fundamentos e princípios gerais da Seguridade Social;
- c) conhecer as normas e órgãos do Sistema Previdenciário Brasileiro;
- d) proporcionar uma visão global e crítica da legislação previdenciária vigente.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Seguridade Social

- 1.1 Introdução
- 1.2 Histórico
- 1.3 Direito Fundamental Social
- 1.4 Princípios da Seguridade Social
- 1.5 Saúde, assistência e previdência

UNIDADE 2. Assistência Social

- 2.1 Lei Orgânica da Assistência Social
- 2.2 Benefício de Prestação Continuada
- 2.3 Auxílio-inclusão
- 2.4 Pensão Especial destinada a crianças com síndrome congênita do zika vírus – Lei n.º 13.985/2020
- 2.5 Pensão Especial aos filhos e dependentes de crime de feminicídio – Lei n.º 14.717/2023

UNIDADE 3. Legislação Previdenciária

- 3.1 Principais diplomas normativos aplicados ao direito previdenciário
- 3.2 Interpretação e aplicação
- 3.3 Vigência e direito adquirido

UNIDADE 4. Regimes De Previdência Social

- 4.1 Regime Geral de Previdência Social - INSS
- 4.2 Regime Próprio de Previdência
- 4.3 Regime Complementar do servidor público
- 4.4 Previdência Privada
- 4.5 Sistema de Proteção Social dos Militares

UNIDADE 5. Financiamento Da Seguridade Social

- 5.1 Contribuição da União
- 5.2 Contribuição Social para a seguridade social
- 5.3 Princípios Tributários
- 5.4 Contribuições sociais
- 5.5 Contribuições das empresas incidentes sobre a folha de salário
- 5.5 Salário de contribuição e base de cálculo
- 5.6 Demais fontes de receitas

UNIDADE 6. Regime Geral De Previdência Social – RGPS

- 6.1 Introdução
- 6.2 Beneficiários da RGPS
- 6.3 Disposições comuns aos benefícios do RGPS
- 6.4 Cálculo da renda mensal dos benefícios
- 6.5 Benefícios por incapacidade para o trabalho
- 6.6 Aposentadoria programável após a reforma da previdência de 2019
- 6.7. Benefício decorrentes de encargos familiares
- 6.8 Benefício devidos a dependentes
- 6.9 Seguro-desemprego
- 6.10 Serviço previdenciário

6.11 Cumulação de benefícios
UNIDADE 7. Aspectos processuais relacionados ao RGPS
7.1 Competência
7.2 Prescrição e decadência previdenciária
Bibliografia Básica: ALENCAR, Hermes Arrais. Manual de Direito Previdenciário . São Paulo: Saraiva Jur, 2024. AMADO, Frederico. Manual de Direito Previdenciário para Concursos . 4 ed. São Paulo: 2025. ROCHA, Daniel Machado da; MÜLLER, Eugélio Luis. Direito previdenciário em resumo . 3 ed. Curitiba: Alteridade, 2021.
Bibliografia Complementar: ALENCAR, Hermes Arrais. Cálculo de Benefícios Previdenciários . 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2024. AMADO, Frederico. Curso de Direito Previdenciário . 1 edª. São Paulo: JusPodivm, 2025. ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à lei de benefícios da previdência social: lei 8.213, de 24 de julho de 1991 . 20 ed. Curitiba: Alteridade, 2022. ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro . Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II –TRABALHO (SIMULADO)				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0177	(X) Obrigatória	() Optativa	2	7º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica:	Carga Horária Prática: 30	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Trabalhos simulados orientados de prática jurídica trabalhista, forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional dos/as operadores/as jurídicos, na área trabalhista.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Desenvolver e estimular a habilidade de aplicar o direito a uma realidade (ainda que simulada), de identificar a solução jurídica mais adequada a cada caso, explorando as possíveis alternativas. Específicos: a) capacitar para a elaboração de peças processuais adequadas a cada caso concreto, com pesquisa e utilização da legislação, da instrução e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; b) capacitar para a elaboração de peças a partir de casos simulados com a utilização das normas técnico-jurídicas, correta utilização da terminologia jurídica, com pesquisa e utilização da legislação e da doutrina, utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; c) capacitar para a análise e tratamento de conflitos experimentados por grupos vulneráveis, a exemplo de pessoas idosas e consumidores, assim como, para construir, na prática, fundamentos legais e constitucionais para a sua proteção em justiça; d) aproximar da prática real, por meio da participação em audiências cíveis, na condição de ouvintes.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Realização de trabalhos simulados orientados de prática jurídica trabalhista UNIDADE 2. Noções sobre o exercício profissional				

UNIDADE 3. Aplicação dos procedimentos ordinários e sumaríssimos na propositura das ações: técnicas de elaboração de peças, iniciais, contestação e recursos
UNIDADE 4. Acompanhamento de audiência junto a Vara do Trabalho
UNIDADE 5. Acompanhamento processual
UNIDADE 6. Pesquisa de Jurisprudência
Bibliografia Básica: GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2024. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho : doutrina e prática forense. São Paulo: Atlas, 2023. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho . 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.
Bibliografia Complementar: CISNEIROS, Gustavo. Manual de Prática Trabalhista . 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. FILHO, Ives Gandra da Silva M. Manual de direito e processo do trabalho . 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. ROMAR, Carla Teresa Maria. Direito do trabalho . 9 ed. São Paulo. Saraiva, 2023.

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
8º	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	Metodologia da Pesquisa e Pesquisa Jurídica	4	60				60
	Optativa I		4	60		30		60
	Direito Empresarial I		4	60			4	60
	Direito Processual Penal IV	Direito Processual Penal III	4	60				60
	Direito Internacional Público e Privado	Direitos Humanos e Cidadania	4	60				60
	Projeto Integrador nas Áreas Jurídicas IV	Pelo menos 01 das disciplinas preparatórias do 6º ou 7º semestre	3	15	30		45	45
	Estágio Curricular Supervisionado III - Cível (Prática Real)	Estágio Curricular Supervisionado I - Cível (Simulado) e Direito Processual Civil II	4		60		8	60
	TOTAL		27	315	90	30	57	405

NOME DA DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – PROJETO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0178	(X) Obrigatória	() Optativa	4	8º

Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Elaboração de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com rigor acadêmico e pertinência jurídica sobre tema, vinculado a uma ou mais disciplinas do curso de Direito, sob orientação técnica de um/a professor/a.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Capacitar para a elaboração de um projeto de pesquisa científica em Direito, como etapa preparatória para a elaboração da monografia ou artigo científico de conclusão do Curso. Específicos: a) compreender as etapas de elaboração de um projeto de pesquisa jurídica; b) desenvolver habilidades de leitura, análise crítica e argumentação jurídica; c) identificar temas relevantes e, socialmente, significativos para o Direito; d) aplicar normas técnicas, metodológicas e éticas na construção do projeto; e) estimular o uso de recursos tecnológicos e bases de dados jurídicas na pesquisa.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Projeto de Pesquisa: noções gerais 1.1 Natureza e objetivos de um projeto de TCC 1.2 A escolha do tema e critérios de relevância acadêmica e social 1.3 Escolha do professor orientador: atribuições e responsabilidades no processo de orientação UNIDADE 2. Estruturando o projeto: definição do tema e sua delimitação 2.1 Temas jurídicos contemporâneos 2.2 Delimitação temporal, espacial e conceitual UNIDADE 3. Estruturando o projeto: o problema de pesquisa 3.1 Formulação do problema: clareza, viabilidade e relevância jurídica 3.2 Problemas descritivos e explicativos UNIDADE 4. Estruturando o projeto: a(s) hipótese(s) 4.1 Hipóteses como respostas provisórias ao problema 4.2 Relação entre hipóteses, objetivos e metodologia UNIDADE 5. Estruturando o projeto: a justificativa 5.1 Importância teórica, prática e social do estudo 5.2 Conexão com os direitos fundamentais e temas de impacto jurídico UNIDADE 6. Estruturando o projeto: os objetivos 6.1 Diferenciação entre objetivo geral e objetivos específicos 6.2 Alinhamento com o problema e as hipóteses UNIDADE 7. Revisão de literatura: definição do tópico e levantamento bibliográfico 7.1 Escolha do eixo teórico e autores-chave 7.2 A estrutura, redação e as normas da ABNT e/ou Manual de Normalização Institucional UNIDADE 8. Metodologia: métodos de abordagem e técnicas de pesquisa 8.1 Métodos dedutivo, indutivo, dialético e comparativo aplicados ao Direito 8.2 Técnicas de pesquisa: bibliográfica, documental, jurisprudencial e empírica UNIDADE 9. Cronograma da pesquisa e estrutura provisória do trabalho 9.1 Elaboração de cronograma de execução por etapas 9.2 Construção do pré-sumário da monografia ou do artigo científico UNIDADE 10 A defesa oral do projeto para banca 10.1 Postura e elementos a serem socializados 10.2 Os critérios de avaliação				

Bibliografia Básica: BITTAR, Eduardo. Metodologia da Pesquisa Jurídica. 18 ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade de Cruz Alta. 5 ed., rev. e atual. Cruz Alta: Unicruz, 2018. QUEIROZ, Rafael Mafei R.; FEFERBAUM, Marina. Metodologia da Pesquisa em Direito. 3 ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.
Bibliografia Complementar: GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 4 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009. SAMPIERI, Roberto Hernández. Metodologia da pesquisa. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL I				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0179	(X) Obrigatória	() Optativa	4	8º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Teoria moderna da Empresa: considerações históricas, noções e âmbito do Direito Empresarial. O Direito Empresarial no Código Civil. Fontes e características do Direito Empresarial. A empresa. O empresário. Obrigações e responsabilidades do empresário. Nome empresarial. Estabelecimento empresarial. Ponto Comercial. Registro da empresa. Teoria Geral das Sociedades. Sociedades simples. Sociedades empresárias. Classificação de sociedades empresárias. Direitos e obrigações de sócios. Sociedade Limitada. Propriedade industrial: patente, registro e marca. Noções sobre sociedade cooperativa. Noções sobre sociedade nacional e estrangeira. Microempresário individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP). Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Estimular a apropriação de conhecimentos técnico-jurídicos na área do Direito de Empresa. Específicos: a) compreender a supremacia das diretrizes constitucionais e da questão social frente às leis empresariais e aos interesses privados; b) examinar origens, institutos e tendências em Direito Empresarial e discutir suas repercussões sobre a ordem socioeconômica; c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito; e) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento do Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Teoria moderna da Empresa: história e evolução do Direito Empresarial 1.2 O Direito Empresarial no Código Civil: fontes e características UNIDADE 2 2.1 Empresa e Empresário (caracterização, inscrição, e capacidade)				

2.2 Nome empresarial e estabelecimento empresarial
2.3 Registro da empresa
UNIDADE 3
3.1 Teoria Geral das Sociedades: disposições gerais, sociedade não personificada e sociedade personificada
3.2 Classificação das sociedades empresárias
3.3 Sociedade Empresária e Sociedade Simples
3.4 Direitos, deveres e responsabilidade dos sócios
3.5 Sociedade limitada
UNIDADE 4
Propriedade industrial: patente, e registro e marca
UNIDADE 5
Noções sobre sociedade cooperativa: características e tipos de cooperativas
UNIDADE 6
Sociedades dependentes de autorização: nacionais e estrangeiras
UNIDADE 7
Microempresário individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)
UNIDADE 8
Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade.
Bibliografia Básica: COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2011. MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2006. REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. v. I e II. São Paulo: Saraiva, 2009.
Bibliografia Complementar: DINIZ, Maria Helena. Lições de direito empresarial. São Paulo: Saraiva, 2011. GEVAERD, Jair; TONIN, M. M. Direito empresarial e cidadania: questões contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2004. NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. São Paulo: Saraiva, 2008. VENOSA, Sílvio de Salvo; RODRIGUES, Cláudia. Direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL IV				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0186	(X) Obrigatória	() Optativa	4	8º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Teoria geral dos recursos no processo penal. Recursos criminais. Ações penais autônomas de impugnação.				
Objetivos da Disciplina: a) estudar os recursos e ações penais autônomas no processo penal, estabelecendo as relações com o Estado e com a democracia; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.				

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Teoria geral dos recursos no processo penal

1.1 Duplo grau de jurisdição

1.2 Classificação dos recursos e regras específicas do sistema recursal

1.3 Interposição, tempestividade, preparo

1.4 Requisitos objetivos e subjetivos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito

UNIDADE 2. Recursos criminais em espécie

2.1 Recurso em sentido estrito

2.2 Recurso Apelação

2.3 Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade

2.4 Embargos Declaratórios

2.5 Agravo em Execução Penal

2.6 Carta testemunhável

2.7 Recurso Especial e Recurso Extraordinário

2.8 Agravo em Recurso Especial e Extraordinário

UNIDADE 3. Ações penais autônomas de impugnação

3.1 Revisão Criminal

3.2 Habeas Corpus

3.3 Mandado de Segurança Criminal

Bibliografia Básica:CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 17 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021.CARRAZZA, Roque Antonio. **Recursos no Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2018.GONÇALVES, Carlos Roberto Jamil. Recursos em Processo Penal. In: GONÇALVES, Carlos Roberto Jamil (Org.). **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 2019, v. 2, p. 1237-1270.

MORAES, Alexandre de. Recursos em Processo Penal. In: MORAES, Alexandre de (Org.).

Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas, 2020, v. 2, p. 1500-1540.

FERREIRA, José Frederico. Recursos em Processo Penal. In: FERREIRA, José Frederico (Org.).

Manual de Processo Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 987-1020.**Bibliografia Complementar:**AVENA, Roberto. **Processo Penal**. 6.ed. São Paulo: Método, 2011.BONFIN, Edilson Mougenet. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: RT, 2009.CONSTANTINO, Lúcio Santoro de. **Recursos Criminais, Sucedâneos Recursais Criminais e Ações Impugnativas Autônomas Criminais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL - PÚBLICO E PRIVADO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0181	(X) Obrigatória	() Optativa	4	8º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa:				

Sociedade internacional e o Direito Internacional. Princípios e fontes do Direito Internacional. Pessoas internacionais. Nacionalidade e Condição Jurídica do Estrangeiro. Solução de controvérsias. Direito comunitário e da integração. Proteção internacional da pessoa humana. Meio ambiente na ordem jurídica internacional. Direito Internacional Privado. Normas de conflito e seus elementos. Aplicação da Lei Estrangeira. Reenvio. Fraude à Lei. Ordem Pública. Principais institutos do Direito Civil Internacional. Processo Civil Internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta Rogatória. Contratos. Novos paradigmas no Direito Internacional Público e Privado.

Objetivos da Disciplina:

- a) entender as técnicas de aplicação dos ordenamentos internacionais e do ordenamento jurídico nacional para a solução de conflitos privados de jurisdição internacional com repercussão na ordem interna;
- b) identificar, refletir e resolver os problemas jurídicos de repercussão internacional;
- c) potencializar uma consciência crítica a respeito das relações internacionais e do fenômeno da globalização;
- d) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o Direito Internacional público e privado;
- e) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- f) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Estrutura e conjuntura do Direito Internacional

- 1.1 História das Relações Internacionais
- 1.2 Fundamentos, conceitos, autonomia e fontes
- 1.3 Classificação e objetos do Direito Internacional
- 1.4 Ordem jurídica internacional e Direito Interno
- 1.5 Teorias do Direito Internacional

UNIDADE 2. Teoria Geral do Direito Internacional

- 2.1 Sujeitos do Direito Internacional Público - DIP
- 2.2 Elementos do Direito dos Tratados Internacionais
- 2.3 Classificação dos tratados e órgãos do Estado nas Relações Internacionais
- 2.4 Agentes diplomáticos e agentes consulares
- 2.5 Privilégios e imunidades diplomáticas e consulares
- 2.6 Ministério Das Relações Exteriores - Itamaraty
- 2.7 Organizações internacionais e suas imunidades
- 2.8 Soluções pacíficas e não-pacíficas das controvérsias internacionais

UNIDADE 3. Nacionalidade como Direito Humano

- 3.1 Nacionalidade primária ou originária
- 3.2 Critérios do jus solis e jus sanguinis
- 3.3 Nacionalidade secundária ou adquirida
- 3.4 Mudança, perda e reaquisição
- 3.5 Nacionalidade de pessoas jurídicas

UNIDADE 4. Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017)

- 4.1 Crise migratória
- 4.2 Entrada e permanência em Estado estrangeiro
- 4.3 Cooperação jurídica internacional
- 4.4 Impedimento, repatriação e deportação
- 4.5 Extradicação e expulsão
- 4.6 Asilo e refúgio
- 4.7 Princípios e diretrizes da política migratória brasileira
- 4.8 Os residentes fronteiriços e o estatuto da igualdade Brasil-Portugal

UNIDADE 5. Domínio Público Internacional e Patrimônio Comum da Humanidade 5.1 Disciplina dos espaços internacionais 5.2 Zona contígua e zona econômica exclusiva 5.3 Mar territorial, plataforma continental e alto-mar 5.4 Rios internacionais e águas interiores 5.5 Direito Internacional da Navegação Marítima 5.6 Espaço aéreo e espaço extra-atmosférico 5.7 Patrimônio comum da humanidade 5.8 Direito comunitário e Direito de integração: Mercosul e União Europeia 5.9 Meio ambiente na ordem jurídica internacional UNIDADE 6. Direito Internacional Privado 6.1 Conceito, características e objeto 6.2 Fontes do Direito Internacional Privado 6.3 Aplicação da lei no espaço 6.4 Elementos de conexão 6.5 Institutos básicos do Direito Internacional Privado 6.6 Cooperação jurídica internacional 6.7 Direito processual civil internacional 6.8 Cartas rogatórias 6.9 Homologação de sentenças estrangeiras 6.10 Direito das Famílias e Direito Internacional Privado 6.11 Sucessão e testamento no DIPRI 6.12 Adoção internacional 6.13 Competência internacional: bens móveis, bens imóveis, concorrente, exclusiva 6.14 Arbitragem internacional
Bibliografia Básica: REZEK, Franciso. Curso De Direito Internacional Público. 17 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso De Direito Internacional Público. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. O Direito Internacional em um mundo em transformação. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. TEIXEIRA, Carla Noura. Manual de Direito Internacional Público e Privado. 4 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 18 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.
Bibliografia Complementar: PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário. 10 ed. Salvador: JusPODIVM, 2018. SEITENFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. Direito internacional público. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. GOMES, Eduardo Biachi. Manual de Direito da Integração Regional. Curitiba: Juruá, 2010. GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2018. SILVA, Anderson Santos da; CAMARGO, Eduardo Bueno de; MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 14 ed., v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0182	(X) Obrigatória	() Optativa	3	8º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 45	Carga Horária Teórica: 15	Carga Horária Prática: 30	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação. Intervenção social, por meio de inserção/práticas extensionistas na comunidade. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos estudantes. Inserção na Comunidade.				
Objetivos da Disciplina: a) estimular o desenvolvimento de um modelo cognitivo crítico, teórico e prático, de observação, análise, interpretação de dados e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos; b) fomentar o desenvolvimento de trabalhos jurídicos interdisciplinares, nas formas acadêmico/prático e/ou de pesquisa-ação, contextualizados ao problema real identificado; c) viabilizar práticas extensionistas na comunidade com a apresentação de produto/soluções teórico-metodológicas, que comportem a reflexão crítica e autônoma em relação aos problemas sociais, ambientais, urbanos, econômicos, políticos e comprometida com a cidadania ativa; d) relacionar a disciplina com as diversas áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa UNIDADE 2. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação UNIDADE 3. Intervenção social, por meio de práticas extensionistas na comunidade UNIDADE 4. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos/as estudantes				
Bibliografia Básica GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. GRAY, David E. Pesquisa no mundo real . 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012. NOVELINO, Marcelo. Curso de direito constitucional . 12.ed. Salvador: JusPODIVM, 2017. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa . Barueri: Manole, 2015.				
Bibliografia Complementar: ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia científica: princípios e fundamentos . 3 ed. São Paulo: Blucher, 2021. ARENHART, Livio Osvaldo et al. Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa . Cruz Alta: Ilustração, 2021. PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais . 3 ed. São Paulo: USP, 2004. CUNHA, Maria Lourdes da (Org.). A ética como fundamento dos projetos humanos . São Paulo: Saraiva, 2012. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Princípios fundamentais do direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2015. FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.				

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III – CIVIL (PRÁTICA REAL)				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0183	(X) Obrigatória	() Optativa	4	8º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica:	Carga Horária Prática: 60	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 8
Ementa: Elaboração de peças processuais em ações reais. Petição inicial. Resposta do Réu. Impugnação à contestação. Elaboração de petições intermediárias em ações em tramitação. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Desenvolver e estimular a habilidade de aplicar o direito, de identificar a solução jurídica mais adequada a cada caso, explorando as possíveis alternativas. Específicos: a) capacitar para a elaboração de peças processuais adequadas a cada caso concreto, com pesquisa e utilização da legislação, da instrução e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; b) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do processo e do direito; c) relacionar o conteúdo processual com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos; d) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; e) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Elaboração de peças processuais em ações reais UNIDADE 2. Procuração por instrumento particular UNIDADE 3. Substabelecimento com reserva e sem reserva UNIDADE 4. Petição inicial/ Cumprimento de Sentença UNIDADE 5 5.1 Resposta do Réu 5.2 Contestação 5.3 Reconvenção UNIDADE 6. Impugnação à contestação UNIDADE 7. Elaboração de petições intermediárias em ações em tramitação UNIDADE 8. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade				
Bibliografia Básica: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil comentado. São Paulo: RT, 2020 DONIZETTI, Elpídio; Curso de Direito Processual Civil. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2021. MEDINA, Anderson Martins. Direito Processual Civil Moderno. São Paulo: RT, 2020				

Bibliografia Complementar:

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo**: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, vol. 2, 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **O Novo Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo Civil**: Sistematizado. 4. ed. São Paulo: Método, 2018.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Processo civil sintetizado**. 15. ed. São Paulo: Forense, 2018.

THEODORO Jr., Humberto. **Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
9º	Direito Tributário I		4	60			4	60
	Optativa II		4	60		30		60
	Ética Jurídica		4	60				60
	Informática Aplicada ao Direito		2	30		30		30
	Comunicação Oral e Escrita Jurídica		2	30				30
	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	2	30		15		30
	Estágio Curricular Supervisionado IV - Cível (Prática Real)	Estágio Curricular Supervisionado III - Cível (Prática Real)	4		60		8	60
	TOTAL		22	270	60	75	16	330

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO I

Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0184	(X) Obrigatória	() Optativa	4	9º

Centro: Ciências Humanas e Sociais

Curso: Direito

Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
-------------------------	---------------------------	------------------------	--------------------	---------------------------

Ementa:

Direito Público. Receita pública originária e derivada. Tributo. Espécies tributárias. Fontes do Direito Tributário. Legislação tributária: vigência, aplicação e interpretação. Direito constitucional tributário. Obrigação tributária. Crédito tributário. Planejamento tributário. Garantias e privilégios. Dívida ativa. Reforma Tributária: Emenda Constitucional nº 132/2023. Inserção na comunidade.

Objetivos da Disciplina:

a) compreender a importância do Direito Tributário no desenvolvimento das atividades econômicas das pessoas, físicas e jurídicas, e da aplicação prática dos diversos institutos jurídicos objeto da

disciplina, tendo em vista que a tributação afeta o orçamento dos/as contribuintes e, consequentemente, os fenômenos políticos, sociais, mercado econômico e de consumo;

b) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o Direito Tributário;

c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;

d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito;

e) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1

1.1 Receitas públicas: originárias e derivadas

1.2 Tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição parafiscal e empréstimo compulsório

UNIDADE 2. Fontes do Direito Tributário

2.1 Fontes materiais e fontes formais

2.2 Lei, tratados, convenções internacionais, decretos regulamentares, normas complementares, doutrina e jurisprudência

UNIDADE 3. Direito Constitucional Tributário

3.1 Poder e competência para tributar

3.2 Princípios constitucionais tributários

3.3 Limitações Constitucionais do Poder de Tributar

UNIDADE 4. A Legislação Tributária

4.1 Vigência da legislação tributária

4.2 Aplicação da legislação tributária

4.3 integração e interpretação da legislação tributária

UNIDADE 5. Obrigação Tributária

5.1 Conceito, espécies e fato gerador

5.2 Sujeitos: ativo passivo

5.3 Capacidade

5.4 Domicílio

5.5 Solidariedade

5.6 Sucessão

5.7 Responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações

UNIDADE 6. O crédito tributário

6.1 Constituição, alteração e natureza do lançamento

6.2 Espécies de lançamento: por homologação, direto e por declaração

UNIDADE 7. Suspensão do crédito tributário

7.1 Moratória

7.2 Depósito do montante integral

7.3 Reclamações, recurso

7.4 Concessão de liminar em mandato de segurança, concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial

7.5 Parcelamento

UNIDADE 8. Extinção do crédito tributário

8.1 Pagamento, compensação, transação, remissão, decadência, prescrição, consignação em pagamento, decisão administrativa irreformável, decisão judicial com trânsito em julgado, dação em pagamento em bens imóveis

8.2 Pagamento indevido

UNIDADE 9. Exclusão do crédito tributário

9.1 Isenção, anistia
9.2 Incidência e não incidência
9.3 Imunidade.
UNIDADE 10. Garantias e privilégios do crédito tributário
10.1 Preferência
10.2 Planejamento tributário
UNIDADE 11. Reforma Tributária: Emenda Constitucional nº 132/2023
UNIDADE 12. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade
Bibliografia Básica: DENARI, Zelmo. Curso de Direito Tributário . São Paulo: Atlas, 2002. BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar . Rio de Janeiro: Forense, 1998. CAMPOS, Diogo Leite; CAMPOS, Mônica Horta Neves Leite de. Direito Tributário . Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
Bibliografia Complementar: ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado . São Paulo: Gen, 2014. ALVES & GOMES, Benedito Antonio, Sabastião, Edson Rodrigues Gomes. Curso de Direito Financeiro . São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001. BRASIL. Código Tributário Nacional . São Paulo: Saraiva, 2004. LLAGUNO, Elaine Guadanucci. Direito financeiro . São Paulo: MP, 2005. OLIVEIRA, Régis Fernandes. Curso de Direito Financeiro . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: ÉTICA JURÍDICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0185	(X) Obrigatória	() Optativa	4	9º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Fundamentos da Ética. Constelações Éticas. Ética Profissional. Ética Contemporânea. Estatuto da OAB - Lei 8.906/1994, Código de Ética e Disciplina da OAB e Regulamento Geral da OAB.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Conhecer os fundamentos da ética jurídica e sua importância na atuação profissional, promovendo a reflexão crítica sobre a responsabilidade social do/a operador/a do Direito. Específicos: a) Compreender os conceitos fundamentais da ética e sua relação com a prática jurídica; b) Analisar os princípios do Código de Ética e Disciplina da OAB; c) Identificar as infrações éticas e suas sanções; d) Discutir a relevância da ética na advocacia, magistratura e Ministério Público e) Desenvolver senso crítico e reflexivo sobre a ética no exercício da profissão jurídica.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Fundamentos da Ética e sua Relação com o Direito 1.2 Definição de ética e moral 1.3 Teorias éticas aplicadas ao Direito 1.4 Relação entre ética e normas jurídicas				

UNIDADE 2				
2.1 Ética Profissional e Responsabilidade do Advogado				
2.2 Princípios fundamentais da ética jurídica				
2.3 Código de Ética e Disciplina da OAB				
2.4 Direitos e deveres dos advogados				
UNIDADE 3				
3.1 Infrações e Sanções Disciplinares				
3.2 Infrações éticas no exercício da advocacia				
3.3 Processo disciplinar na OAB				
3.4 Penalidades e recursos				
UNIDADE 4				
4.1 Ética nas Carreiras Jurídicas				
4.2 Ética na magistratura e Ministério Público				
4.3 Ética na advocacia pública e defensoria pública				
4.4 Sigilo profissional e conflito de interesses				
UNIDADE 5				
5.1 Ética Jurídica e Sociedade				
5.2 Responsabilidade social do operador do Direito				
5.3 Ética e corrupção no sistema judiciário				
5.4 Ética e o impacto das novas tecnologias no Direito				
Bibliografia Básica:				
BRASIL. Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil . 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.				
BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional . São Paulo: Saraiva, 2002 .				
NALINI, José Renato. Ética geral e profissional . 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.				
OAB. Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil . Brasília: OAB, 2015.				
Bibliografia Complementar:				
ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco . São Paulo: Martin Claret. 2006.				
FERRAZ, Sérgio. Ética Profissional do Advogado . São Paulo: Malheiros, 2020.				
MIRANDA, Jorge. Teoria da Ética Jurídica . Rio de Janeiro: Forense, 2019.				
REALE, Miguel. Ética e Direito . São Paulo: Saraiva, 2018.				
SOUZA, Renato. Ética, Direito e Sociedade . São Paulo: Atlas, 2021.				
SUNG, Jung Mo. Conversando sobre ética e sociedade . 13 ed. Petrópolis. Vozes, 2004.				
VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.				
HAZARD Jr., GEOFFREY C. Ética jurídica um estudo comparativo . São Paulo. Martins Fontes 2011.				

NOME DA DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA AO DIREITO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0215	(X) Obrigatória	() Optativa	2	9º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão:
Ementa:				
Fundamentos da informática relevantes para a prática jurídica contemporânea. Ferramentas digitais no âmbito profissional e seu uso eficiente. Aplicação do pacote Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint) na área jurídica. Introdução ao uso de modelos de linguagem, como o ChatGPT, e				

demais ferramentas de inteligência artificial aplicadas ao Direito. Ética digital, privacidade, segurança da informação, limites legais do uso de IA e responsabilidade profissional. Noções de computação em nuvem, certificados digitais e boas práticas de gestão eletrônica de processos e documentos.

Objetivos da Disciplina:

- a) desenvolver competências tecnológicas, essenciais para a atuação jurídica contemporânea;
- b) capacitar para o uso de recursos digitais na elaboração de peças processuais, relatórios, organização de dados e apresentações jurídicas;
- c) capacitar para o uso, de forma crítica, eficiente e ética, das ferramentas digitais, sistemas eletrônicos e recursos de inteligência artificial aplicados ao Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Fundamentos de Informática Jurídica

1.1 Conceitos básicos de hardware e software

1.2 Sistemas operacionais

1.3 Computação em nuvem (Google Drive, OneDrive, Dropbox)

UNIDADE 2. Pacote Microsoft Office aplicado ao Direito

2.1 Word: formatação profissional de peças, sumário automático, normas ABNT, modelos

2.2 Excel: organização de prazos, planilhas de controle processual, gráficos, tabelas dinâmicas

2.3 PowerPoint: apresentações jurídicas, audiências simuladas, educação jurídica

UNIDADE 3. Inteligência Artificial no Direito

3.1 Modelos de linguagem (ChatGPT e similares)

3.2 Ferramentas de IA para análise jurisprudencial, automação de documentos e pesquisa jurídica

3.3 Limitações, vieses e boas práticas

UNIDADE 4. Ética e Regulamentação da Tecnologia no Direito

4.1 Privacidade e proteção de dados (LGPD)

4.2 Segurança da informação

4.3 Ética no uso de IA e responsabilidade profissional

4.4 Questões de autoria, plágio e transparência no uso de ferramentas digitais

UNIDADE 5. Sistemas Jurídicos Eletrônicos

Bibliografia Básica:

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Direito e inteligência artificial**: o que os algoritmos têm a ensinar sobre interpretação, valores e justiça. 2 ed. Indaiatuba: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GARCIA, Lara Rocha; FERNANDES, Edson Aguilera; GONÇALVES, Rafael Augusto Moreno.

Lei geral de proteção de dados (LGPD): guia de implantação. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GALLOTTI, Giocondo Marino Antonio (org.). **Sistemas multimídia**. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

BARBOSA, Mafalda Miranda et al. (coord.). **Direito digital e inteligência artificial**: diálogos entre Brasil e Europa. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Bibliografia Complementar:

MCFEDRIES, Paul. **Fórmulas e funções com Microsoft Office Excel 2007**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

NÚCLEO TÉCNICO E EDITORIAL MAKRON BOOKS. **Microsoft Word 2002**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2001. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

ALMEIDA, Mário de Souza. **Administração da tecnologia de informação e comunicação**: da informática básica à gestão do conhecimento. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

SILVA, Michel Bernardo Fernandes da. Cibersegurança : uma visão panorâmica sobre a segurança da informação na internet. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .
CARDOSO, Oscar Valente. Inteligência artificial, direito e processo . Belo Horizonte, MG: Dialética, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .

NOME DA DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA JURÍDICA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0216	(X) Obrigatória	() Optativa	2	9º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Fundamentos teóricos e práticos da comunicação aplicada ao contexto jurídico. Competências de leitura, interpretação e produção de textos jurídicos, com foco na clareza, objetividade, argumentação e adequação ao gênero e à situação comunicativa. Análise dos principais gêneros da escrita jurídica (petições, pareceres, peças processuais, contratos, e textos acadêmicos). Práticas de comunicação oral no ambiente jurídico: oratória, sustentação oral, entrevistas, negociações e mediação. Ética, linguagem inclusiva e responsabilidade comunicativa no Direito.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Oportunizar o desenvolvimento de competências de comunicação oral e escrita adequadas às práticas jurídicas, promovendo clareza, precisão, argumentação sólida e domínio dos gêneros textuais jurídicos. Específicos: a) a partir de fundamentos teóricos da comunicação e do discurso jurídico, analisar e produzir textos jurídicos claros, coesos e adequados às normas e gêneros específicos; b) exercitar técnicas de argumentação jurídica e retórica, bem como praticar comunicação ética, inclusiva e responsável.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Fundamentos da comunicação jurídica 1.1 Comunicação, linguagem e discurso jurídico 1.2 Norma padrão, variações linguísticas e tecnicidade 1.3 Clareza, concisão, precisão terminológica 1.4 Ética e linguagem inclusiva UNIDADE 2. Leitura e interpretação jurídica 2.1 Leitura crítica de doutrina 2.2 Interpretação de leis e decisões 2.3 Case briefing e análise de jurisprudência UNIDADE 3. Escrita jurídica: fundamentos e estilo 3.1 Coerência e coesão 3.2 Construção argumentativa: ethos, pathos, logos 3.3 Falácias e argumentos jurídicos 3.4 Técnicas forenses 3.5 Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples 3.6 Redação de textos curtos (parecer simples, memorandos, e-mails formais) UNIDADE 4. Gêneros da Escrita Jurídica: leitura e análise 4.1 Peças processuais: princípios e estrutura				

4.2 Petição inicial 4.3 Contestação 4.4 Recursos (apelação, agravos) 4.5 Contratos: estrutura e linguagem técnica 4.6 Parecer jurídico 4.7 Relatórios e memoriais UNIDADE 5. Comunicação Oral Aplicada 5.1 Fundamentos da oratória jurídica 5.2 Expressão vocal e corporal 5.3 Sustentação oral (simulação) 5.4 Simulação de audiência 5.5 Comunicação não violenta (CNV)
Bibliografia Básica: BITTAR, E.C.B. Linguagem jurídica . São Paulo: Saraiva, 2008. GIDI, A. Redação jurídica : estilo profissional - forma, estrutura, coesão e voz. São Paulo: JusPodivm, 2023. SARAIVA, V.P. A técnica da redação jurídica ou a arte de convencer . Brasília: Consulex, 2006.
Bibliografia Complementar: BEZERRA, J.R.M. Análise do discurso : uma linguagem do poder judiciário. Curitiba: HD Livros Editora, 1998. FERRAZ JÚNIOR, T.S. Direito, retórica e comunicação : subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. São Paulo: saraiva, 1997. PENTEADO, J.R.W. A técnica da comunicação humana . São Paulo: Pioneira, 1976. RIBEIRO, M. Comunicação e oratória : desperte o comunicador que há em você. Porto Alegre: Imprensa Livre, 1998. ROSENBERG, M. B. A essência da comunicação não violenta segundo Marshall B. Rosenberg . 1. ed. São Paulo: Ágora, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br .

NOME DA DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – ORIENTAÇÃO E DEFESA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0187	(X) Obrigatória	() Optativa	2	9º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 15	Carga Horária Extensão:
Ementa: Desenvolvimento da pesquisa jurídica, previamente, delineada no Projeto de TCC, sob supervisão individualizada de docente orientador/a e com acompanhamento do/a professor/a da disciplina. Contempla a execução das etapas finais do trabalho acadêmico, incluindo revisão de literatura, coleta e análise de dados, redação e sistematização do texto final. O processo envolve o cumprimento do cronograma estabelecido, revisões periódicas e preparação para apresentação e defesa pública do trabalho, promovendo a articulação entre teoria, prática e reflexão crítica no campo jurídico.				
Objetivos da Disciplina: Geral:				

Proporcionar condições ao/à estudante para a elaboração, finalização e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio do desenvolvimento efetivo da pesquisa planejada em TCC I, com orientação técnica e metodológica adequada.

Específicos:

- a) orientar a execução da pesquisa jurídica com base no Projeto, previamente, aprovado;
- b) acompanhar a redação e estruturação do trabalho acadêmico (monografia ou artigo científico);
- c) promover o desenvolvimento de competências relacionadas à argumentação jurídica, à escrita científica e à ética na produção do conhecimento;
- d) preparar ao/à estudante para a apresentação oral e defesa pública do TCC perante banca avaliadora.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Organização da pesquisa em andamento

1.1 Reavaliação do cronograma de execução

1.2 Planejamento de etapas e entregas intermediárias

UNIDADE 2. Desenvolvimento do referencial teórico

2.1 Complementação e aprofundamento da revisão de literatura

2.2 Análise crítica de autores e obras jurídicas

UNIDADE 3. Coleta e análise de dados

3.1 Levantamento de dados legislativos, jurisprudenciais ou empíricos (quando aplicável)

3.2 Técnicas de interpretação e sistematização dos dados coletados

UNIDADE 4. Redação e estruturação do trabalho final

4.1 Construção dos capítulos: introdução, desenvolvimento, conclusão

4.2 Redação objetiva, coesa e argumentativa

UNIDADE 5. Adequação normativa, formatação do TCC e ajustes finais

5.1 Aplicação das normas técnicas (ABNT ou orientações institucionais)

5.2 Revisão de citações, notas de rodapé e referências bibliográficas

5.3 Adequações finais sugeridas pelo orientador e/ou pré-banca

UNIDADE 6. Defesa do TCC

6.1 Apresentação pública do trabalho para banca examinadora

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 18 ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

QUEIROZ, Rafael Mafei R.; FEFERBAUM, Marina. **Metodologia da Pesquisa Em Direito** - 3 ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.

UNICRUZ. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade de Cruz Alta** - UNICRUZ. Universidade de Cruz Alta. 5. ed. Cruz Alta: UNICRUZ, 2018.

Bibliografia Complementar:

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10520:2023** – Citações em documentos.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023:2018** – Referências – Elaboração.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724:2023** – Trabalhos acadêmicos – Apresentação.

NOGUEIRA, Paulo Hamilton Siqueira. **Pesquisa jurídica e redação científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da pesquisa jurídica: elementos para o trabalho de conclusão de curso**. 8 ed. Florianópolis: Conceito, 2019.

RAMOS, Elival da Silva. **Metodologia da pesquisa e redação científica em Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2022.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Atualizado por Nagib Slaibi Filho. 28 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV – CIVIL (PRÁTICA REAL)				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0188	(X) Obrigatória	() Optativa	4	9º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica:	Carga Horária Prática: 60	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 8
Ementa: Elaboração de peças processuais de prosseguimento de ações em tramitação. Acompanhamento de audiências junto ao Poder Judiciário. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Desenvolver e estimular a habilidade de aplicar o direito, de identificar a solução jurídica mais adequada a cada caso, explorando as possíveis alternativas. Específicos: a) capacitar para a elaboração de peças processuais adequadas a cada caso concreto, com pesquisa e utilização da legislação, da instrução e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; b) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do processo e do direito; c) relacionar o conteúdo processual com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos; d) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; e) aplicar os conhecimentos, decorrentes da disciplina e do desenvolvimento de Projeto de Curricularização, em práticas extensionistas na comunidade.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Elaboração de Peças Processuais em ações reais UNIDADE 2. Petições intermediárias de prosseguimento 2.1. Impugnações 2.2. Memórias 2.3. Recursos UNIDADE 3. Projeto de Curricularização: práticas extensionistas na comunidade				
Bibliografia Básica: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil comentado . São Paulo: RT, 2020 DONIZETTI, Elpídio; Curso de Direito Processual Civil . 24 ed. São Paulo: Atlas, 2021. MEDINA, Anderson Martins. Direito Processual Civil Moderno . São Paulo: RT, 2020				
Bibliografia Complementar: PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito Processual Civil Contemporâneo : processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, vol. 2, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. O Novo Processo Civil . São Paulo: RT, 2015 LOURENÇO, Haroldo. Processo Civil : Sistematizado. 4. ed. São Paulo: Método, 2018. MONTENEGRO FILHO, Misael. Processo civil sintetizado . 15. ed. São Paulo: Forense, 2018. THEODORO Jr., Humberto. Código de Processo Civil anotado . São Paulo: Grupo GEN, 2020.				

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH extensão	CH total
10º	Direito Tributário II e Processo Tributário	Direito Tributário I e Teoria Geral do Processo	4	60				60
	Direito Econômico e Financeiro	Economia Política	2	30				30
	Direito Digital		2	30				30
	Optativa III		4	60		30		60
	Direito Empresarial II	Direito Empresarial I	2	30		30		30
	Projeto Integrador nas Áreas Jurídicas V	Pelo menos 01 das disciplinas preparatórias do 8º ou 9º semestre	3	15	30		45	45
	Estágio Curricular Supervisionado V - Penal (Simulado)	Direito Processual Penal IV	4		60			60
	TOTAL		21	225	90	60	45	315

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO II E PROCESSO TRIBUTÁRIO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0189	(X) Obrigatória	() Optativa	4	10º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Impostos e contribuições federais. Impostos estaduais. Impostos municipais. Reforma Tributária: Emenda Constitucional nº 132/2023. Noções de processo tributário. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Embargos à execução. Ação anulatória de lançamento tributário. Ação declaratória. Ação de repetição do indébito tributário. Mandado de Segurança. Ação de consignação em pagamento. Ação rescisória. Exceção de pré-executividade.				
Objetivos da Disciplina: a) compreender a importância do Direito Tributário no desenvolvimento das atividades econômicas das pessoas, físicas e jurídicas, e da aplicação prática dos diversos institutos jurídicos objeto da disciplina, tendo em vista que a tributação afeta o orçamento dos/as contribuintes e, consequentemente, os fenômenos políticos, sociais, mercado econômico e de consumo; b) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica sobre o Direito Tributário e o processo tributário; c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Imposto Sobre o Patrimônio

- 1.1 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
- 1.2 Imposto sobre a propriedade Rural
- 1.3 Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
- 1.4 Imposto sobre a transmissão, por ato oneroso *inter vivos*, de bens imóveis e direitos reais a eles relativos
- 1.5 Imposto sobre a transmissão de bens a título gratuito ou “causa mortis”

UNIDADE 2. Impostos sobre a Circulação de Bens e consumo

- 2.1. Imposto sobre operações de circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- 2.2 Impostos sobre serviços de qualquer natureza.
- 2.3 Imposto sobre produtos industrializados.
- 2.4 Impostos sobre Operações Financeiras

UNIDADE 3. Imposto Sobre a Renda e Proventos

UNIDADE 4. Impostos Sobre o Comércio Exterior

4.1 Imposto sobre Importação

4.2 Imposto sobre Exportação

UNIDADE 5. Contribuições Especiais: Noções Gerais

UNIDADE 6. Lei de Execução Fiscal

UNIDADE 7. Processo Tributário

7.1 Noções de processo tributário

7.2 Conceito, finalidade e espécies

7.3 Princípios aplicáveis

7.4 Processo administrativo tributário: espécies, fases, princípios e órgãos julgadores

7.5 Processo judicial tributário

7.5.1 Execução fiscal

7.5.2 Embargos à execução

7.6 Ação anulatória de lançamento tributário

7.7 Ação declaratória

7.8 Ação de repetição do indébito tributário

7.9 Mandado de Segurança

7.10 Ação de consignação em pagamento

7.11 Ação rescisória

7.12 Exceção de pré-executividade

Bibliografia Básica:

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**: esquematizado. 6 ed. São Paulo: Método, 2012.

Fabretti, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

CALIENDO, Paulo. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MARTINS, Ives Gandra da S.; PASIN, João Bosco C. **Direito financeiro e tributário comparado**: estudos em homenagem a Eusébio Gonzáles García. São Paulo: Saraiva, 2014.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos federais, estaduais e municipais**. São Paulo: Saraiva, 2022.

BRITO, Edvaldo. **Direito Tributário**: Imposto, Tributos Sinalagmáticos, Contribuições, Preços e Tarifas, Empréstimo Compulsório. São Paulo: Gen, 2015.

NETO, Celso de Barros C. **Os Impostos e o Estado de Direito**. Lisboa: Almedina, 2017.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0190	(X) Obrigatória	() Optativa	2	10º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Estado e Direito financeiro. Histórico e conceitos de direito financeiro. Atividade financeira. Receitas originárias e derivadas. Receitas públicas. Lei de responsabilidade fiscal. Receitas Públicas na Lei 4.320/1964. Despesas públicas. Plano Plurianual. Lei de diretrizes orçamentárias. Orçamento público. Princípios orçamentários. Crédito e dívida pública. Federalismo fiscal.				
Objetivos da Disciplina: a) proporcionar conhecimentos técnico-jurídicos na área do Direito Econômico, sobre as relações entre Direito e Economia e a intervenção do Estado; b) instigar o reconhecimento da supremacia das diretrizes constitucionais e da questão social frente às leis financeiras e aos interesses privados, sobretudo, quando estes forem incompatíveis com o bem-estar comum; c) compreender as origens, institutos e tendências na área do Direito Econômico; d) conhecer como se efetiva a política econômica e sua influência na economia; e) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; f) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Introdução ao Direito Econômico 1.1 Filosofia moral e economia política 1.2 O liberalismo de Adam Smith 1.3 O socialismo de Karl Marx 1.4 Direito e economia 1.5 Direito Financeiro 1.6 Direito Constitucional Econômico UNIDADE 2. Ordem econômica e Sistema Financeiro Nacional 2.1 Finanças públicas 2.2 Orçamento 2.3 Tribunais de Contas UNIDADE 3. Ordem econômica internacional UNIDADE 4. Intervenção do Estado no domínio econômico 4.1 Agências reguladora 4.2 Banco Central do Brasil 4.3 Planejamento econômico 4.4 As Leis Anti-Dumping 4.5 A Lei Antitruste 4.6 Direito de concorrência UNIDADE 5. O novo papel do Estado				
Bibliografia Básica: DANTAS, Ivo. Direito Constitucional econômico . 1 ed. Curitiba: Juruá, 2002. FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Lições de direito econômico . 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. SCOTT, Paulo Henrique. Direito Constitucional econômico : Estado e normalização da economia. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2000.				

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Eugênio Rosa de. **Resumo de direito econômico**. 2 ed. Niterói: Impetus, 2007.

BERCOVICI, Gilberto. Política econômica e direito econômico. **Revista da Fac. Dir. Univ. SP**, v. 105, p. 389-406, jan./dez. 2010.

BERCOVICI, Gilberto. O ainda indispensável direito econômico. *In*: BENEVIDES, M. V. M.; BERCOVICI, G.; MELO, Claudineu (Orgs.). **Direitos humanos, democracia e república**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2002.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito econômico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros. 2002.

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. A eficácia direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, vol. 86, p. 105-124, jan./dez. 2014.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DIGITAL

Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0191	(X) Obrigatória	() Optativa	2	10º

Centro: Ciências Humanas e Sociais**Curso:** Direito

Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão:
--------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	------------------------------	--------------------------------

Ementa:

Introdução ao Direito Digital. Sociedade digital e meio ambiente digital. Direito Digital e Transformação Social. Noções Básicas de Algoritmos, Dados, Inteligência Artificial e Algoritmos de Aprendizagem, Big Data, Governança e Algoritmos. Conexão entre o mundo offline e online. Regras Jurídicas e Algoritmos como normas de controle. Regras jurídicas e algoritmos como construções sociais e técnicas. Diferenças nas abordagens de criação de regras legais e digitalizadas. Diferenças na aplicação de normas legais e regras baseadas em algoritmos. Proteção de bens jurídicos individuais e coletivos. Proteção de direitos e liberdades fundamentais. Proteção jurídica eficaz. Responsabilidade Civil no âmbito digital. Desafios jurídicos no uso de dados. Coleta, uso e proteção de dados não considerados como pessoais. Governança Digital.

Objetivos da Disciplina:

- a) compreender e interpretar o Direito Digital na sociedade digital e no ambiente tecnológico;
- b) discutir os avanços tecnológicos nos diversos ramos do Direito;
- c) analisar as peculiaridades e institutos do Direito Digital, com destaque aos recursos tecnológicos em ambiente digital e atividades off-line;
- d) promover a educação e desenvolvimento sobre o Direito Digital;
- e) relacionar o conteúdo da disciplina com as diversas áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Introdução ao Direito Digital

1.1 Conceito

1.2 Sociedade Digital

1.3 Meio ambiente digital

1.4 Direito Digital e transformação social

1.5 Características e Princípios do Direito Digital

UNIDADE 2. Noções Básicas

2.1 Algoritmos, Dados, Inteligência Artificial e Algoritmos de Aprendizagem, Big Data, Governança e Algoritmos

2.2 Conexão entre o mundo offline e online

UNIDADE 3. Regras Jurídicas e Algoritmos como normas de controle 3.1 Regras jurídicas e algoritmos como construções sociais e técnicas 3.2 Diferenças nas abordagens de criação de regras legais e digitalizadas 3.3 Diferenças na aplicação de normas legais e regras baseadas em algoritmos UNIDADE 4. Proteção de bens jurídicos individuais e coletivos 4.1 A proteção de direitos e liberdades fundamentais 4.2 Proteção jurídica eficaz, 4.3 Responsabilidade Civil no âmbito digital UNIDADE 5. Desafios jurídicos no uso de dados 5.1 Coleta e uso de dados 5.2 Proteção de dados não considerados como pessoais UNIDADE 6. Governança Digital 6.1 Contextualização de Governança 6.2 Boa Governança Digital
Bibliografia Básica: CAPANEMA, Walter A. Manual de Direito Digital: Teoria e Prática. 2 ed. Rio de Janeiro: JusPodivm, 2025. GABRIEL, Anderson P. PORTO, Fábio R. Direito Digital. São Paulo: RT, 2023 PINHEIRO, Patrícia P. Direito Digital. 7 ed. Rio de Janeiro: SaraivaJur, 2021. WOLFGANG, Hoffmann-Riem. Teoria geral do Direito Digital. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
Bibliografia Complementar: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). Cartilha de Direito Digital. Comissão de Direito Digital. Niterói: 2021. SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F; et al. Direito Digital. Porto Alegre: Sagah, 2021. TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Digital e Processo Eletrônico. 9 ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. ZAMPIER, Bruno. Vade Mecum de Direito Digital. São Paulo: Foco, 2025.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL II				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0192	(X) Obrigatória	() Optativa	2	10º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 30	Carga Horária Teórica: 30	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD: 30	Carga Horária Extensão:
Ementa: Sociedades Anônimas. Sociedade em Nome Coletivo. Sociedades em Comandita Simples. Sociedades controladas. Sociedades coligadas: <i>holding</i>. Desconsideração da personalidade jurídica. Regularização societária: Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades empresárias. Contratos empresariais. Direito falimentar. Falência. Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Títulos de crédito: noções gerais e espécies. Temas Especiais: Comércio eletrônico, Economia do Compartilhamento e Criptomoedas. Jurisprudência em Teses.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Estimular a apropriação de conhecimentos técnico-jurídicos na área do Direito de Empresa. Específicos: a) compreender a supremacia das diretrizes constitucionais e da questão social frente às leis empresariais e aos interesses privados;				

- b) examinar origens, institutos e tendências em Direito Empresarial e discutir suas repercussões sobre a ordem socioeconômica;
- c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1

- 1.1 Sociedade Anônima
- 1.2. Sociedade em Nome Coletivo
- 1.3 Sociedades em Comandita Simples
- 1.4 Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas: *holding*

UNIDADE 2. Desconsideração da personalidade jurídica

UNIDADE 3. Reorganização societária: transformação, incorporação, fusão e cisão

UNIDADE 4. Contratos empresariais

UNIDADE 5. Direito falimentar

- 5.1 Da Falência
- 5.2 Da Recuperação Judicial
- 5.3 Da Recuperação Extrajudicial

UNIDADE 6

- 6.1 Títulos de Créditos: noções gerais
- 6.2 Espécies de Títulos de Créditos

UNIDADE 7. Comércio eletrônico, Economia do Compartilhamento e Criptomoedas

UNIDADE 8. Jurisprudência em Teses

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 34 ed., v. 1. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

FINKELSTEIN, Maria Eugenia. **Manual de direito empresarial**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NEGRÃO, Ricardo. **Direito empresarial: estudo unificado**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 32 ed., v. 2. São Paulo: Saraiva, 2015.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito empresarial sistematizado: doutrina, jurisprudência e prática**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo, RODRIGUES, Cláudia. **Direito empresarial**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: PROJETO INTEGRADOR NAS ÁREAS JURÍDICAS V				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0193	(x) Obrigatória	() Optativa	3	10º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 45	Carga Horária Teórica: 15	Carga Horária Prática: 30	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 90
Ementa: Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação. Intervenção social, por meio de inserção/práticas extensionistas na comunidade.				

Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos estudantes. Inserção na Comunidade.

Objetivos da Disciplina:

- a) estimular o desenvolvimento de um modelo cognitivo crítico, teórico e prático, de observação, análise, interpretação de dados e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos;
- b) fomentar o desenvolvimento de trabalhos jurídicos interdisciplinares, nas formas acadêmico/prático e/ou de pesquisa-ação, contextualizados ao problema real identificado;
- c) viabilizar práticas extensionistas na comunidade com a apresentação de produto/soluções teórico-metodológicas, que comportem a reflexão crítica e autônoma em relação aos problemas sociais, ambientais, urbanos, econômicos, políticos e comprometida com a cidadania ativa;
- d) relacionar a disciplina com as diversas áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Observação e diagnóstico de problemas jurídicos e sociais concretos, nos diversos espaços de atuação, públicos ou privados, e da importância da cidadania ativa

UNIDADE 2. Diálogo crítico, abordagem e desenvolvimento de trabalho jurídico, de natureza acadêmico-prático contextualizado e/ou de pesquisa-ação

UNIDADE 3. Intervenção social, por meio de práticas extensionistas na comunidade

UNIDADE 4. Apresentação de um produto/solução acadêmica, enquanto expressão da extensão comunitária, para o(s) desafio(s) reais diagnosticados pelos/as estudantes

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de direito constitucional**. 12.ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa**. Barueri: Manole, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2021.

ARENHART, Livio Osvaldo et al. **Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa**. Cruz Alta: Ilustração, 2021.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3 ed. São Paulo: USP, 2004.

CUNHA, Maria Lourdes da (Org.). **A ética como fundamento dos projetos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade de Cruz Alta**. 6. ed. rev. e atual. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V – PENAL (SIMULADO)

Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0194	(X) Obrigatória	() Optativa	4	10º
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				

Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica:	Carga Horária Prática: 60	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão: 4
Ementa: Peças processuais penais: Queixa-crime. Resposta à acusação. Memoriais. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Agravo em Execução. Embargos Infringentes e de Nulidade. Apelação. Revisão Criminal. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Inserção na comunidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Desenvolver e estimular a habilidades e competências relacionadas a elaboração de peças processuais penais. Específicos: a) capacitar para a elaboração de peças processuais adequadas a cada caso concreto, com pesquisa e utilização da legislação, da instrução e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; b) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do peticionamento no processo penal e do direito; c) relacionar o conteúdo processual com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Queixa-crime. Resposta à acusação. Memoriais UNIDADE 2. Apelação. Embargos Infringentes e de Nulidade. Recurso Especial. Recurso Extraordinário UNIDADE 3. Habeas Corpus. Revisão Criminal. Mandado de Segurança. Agravo em Execução UNIDADE 4. Projeto de Curricularização (práticas extensionistas na comunidade)				
Bibliografia Básica: LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal . São Paulo: Saraiva, 2021. RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal . São Paulo: Atlas, 2020. REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito processual penal esquematizado . São Paulo: Saraiva, 2022.				
Bibliografia Complementar: CONSTANTINO, Lúcio Santoro de. Recursos criminais, sucedâneos recursais criminais e ações impugnativas autônomas criminais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007 JARDIM, Afranio Silva. Direito processual penal . Rio de Janeiro: Forense, 2003. MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal . São Paulo: Atlas, 2005. NASSIF, Aramis. O novo júri brasileiro : conforme a Lei 11.689/08, atualizado com as Leis 11.690/08 e 11.719/2008. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal . São Paulo: Saraiva, 2005.				

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Optativas	Disciplina	Pré-Requisito	CR	CH Teórica	CH Prática	CH Total
	Raciocínio Lógico		4	60		60
	Empreendedorismo e Desenvolvimento		4	60		60
	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais		4	60		60
	Aprofundamentos em Temáticas Jurídicas		4	60		60
	Direito Municipal		4	60		60
	Direito Registral e Notarial	Direito Civil III - Contratos	4	60		60
	Direito Processual Civil V	Direito Processual Civil IV	4	60		60
	Direito Processual Penal V	Direito Processual Penal IV				
	Execuções Criminais	Direito Processual Penal IV	4	60		60
	Medicina Legal		4	60		60
	Oratória		4	60		60
	Português Instrumental		4	60		60
	Processos nos Juizados Especiais	Direito Processual Civil II	4	60		60
	Direito Eleitoral	Direito Constitucional III	4	60		60
	Estudos Dirigidos para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil		4	60		60
	Direito Desportivo		4	60		60
	Direito Portuário		4	60		60
	Sociologia Geral		4	60		60
	Filosofia Geral		4	60		60

NOME DA DISCIPLINA: RACIOCÍNIO LÓGICO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0195	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Estudo dos fundamentos do raciocínio lógico aplicados ao Direito. Introdução à lógica formal: proposições, conectivos, tabelas verdade, equivalência lógica, inferência e validade de argumentos. Raciocínio dedutivo e indutivo. Lógica de predicados elementares. Argumentação jurídica: construção, análise e avaliação de argumentos. Falácias lógicas e sua identificação em textos jurídicos. Relação entre linguagem, lógica e norma jurídica. Aplicações do raciocínio lógico na				

interpretação de normas, elaboração de peças jurídicas e decisões judiciais. Desenvolvimento do pensamento crítico e da clareza argumentativa no contexto jurídico.

Objetivos da Disciplina:

- a) aplicar princípios e técnicas de raciocínio lógico e argumentação formal à análise, interpretação e construção de argumentos jurídicos;
- b) compreender os fundamentos da lógica formal e sua linguagem simbólica;
- c) identificar e avaliar a validade de argumentos jurídicos;
- d) reconhecer falácias lógicas em textos e discursos jurídicos;
- e) aplicar técnicas de raciocínio dedutivo e indutivo na argumentação jurídica;
- f) estimular o pensamento crítico e a clareza na formulação de raciocínios jurídicos.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Introdução ao raciocínio lógico

- 1.1 Lógica e linguagem: conceitos iniciais
- 1.2 Importância da lógica no campo jurídico
- 1.3 Diferença entre lógica formal e lógica informal

UNIDADE 2. Lógica Proposicional

- 2.1 Proposições e conectivos lógicos
- 2.2 Tabelas verdade
- 2.3 Equivalência e implicação lógica
- 2.4 Argumentos válidos e inválidos
- 2.5 Regras de inferência
- 2.6 Redução de argumentos jurídicos à forma lógica

UNIDADE 3. Raciocínio Dedutivo e Indutivo

- 3.1 Diferenças e aplicações
- 3.2 Exemplos práticos na jurisprudência e doutrina
- 3.3 Argumentação analógica no Direito

UNIDADE 4. Falácias e Argumentação Jurídica

- 4.4 Falácias formais e informais
- 4.5 Exemplos de falácias em sentenças, petições e decisões
- 4.6 Estratégias para evitar falácias

UNIDADE 5. Lógica de Predicados Elementar

- 5.1 Quantificadores e predicados
- 5.2 Tradução de sentenças da linguagem natural para a lógica formal
- 5.3 Aplicações jurídicas

UNIDADE 6. Aplicações Práticas no Direito

- 6.1 Interpretação de normas e princípios jurídicos
- 6.2 Construção de argumentos em peças jurídicas
- 6.3 Estudos de casos práticos
- 6.4 Exercícios de raciocínio lógico com base em decisões judiciais

Bibliografia Básica:

SOUZA, JOÃO NUNES DE. **Lógica para ciência da computação**: fundamentos de linguagem, semântica e sistemas de dedução. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BE, Jair Minor, SCALZITTI, Alexandre, SILVA FILHO, João Inácio da. **Introdução à lógica para a ciência da computação**. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

PEREIRA, Silvio do Lago. **Algoritmos e lógica de programação em C**: uma abordagem didática. São Paulo: Érica, 2010.

Bibliografia Complementar:

CAPRON, H. L. **Introdução à informática**. 8 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

Norton, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 2004.

MERCADO, Luís Paulo Leopodo (org.). **Novas tecnologias na educação**: reflexões sobre a prática. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2002.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. **Tecnologia educacional: teorias da instrução**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

TOCCI, Ronald J., LASKOWSKI, Lester P. **Microprocessadores e microcomputadores**: hardware e software. Rio de Janeiro: Prentice - Hall do Brasil, 1990.

NOME DA DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0196	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Introdução ao conceito e definições sobre Empreendedorismo. Características e comportamentos do empreendedor. Impacto da atividade empreendedora. Empreendedorismo social. Modelo de Negócio. Geração de Ideias e Oportunidades. Responsabilidade Ambiental e Empreendedorismo				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver a autonomia e pró-atividade, e incentivar as atitudes empreendedoras; b) fornecer conhecimentos introdutórios para a compreensão do processo de empreendedorismo; c) apresentar e discutir os aspectos referentes ao perfil do empreendedor, a cultura e suas características; d) relacionar o conteúdo da disciplina com as diversas áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Origem e evolução do empreendedor 1.1 Conceitos 1.2 O futuro do empreendedorismo no Brasil e no mundo 1.3 Características, valores e virtudes do empreendedor 1.4 Perfil do empreendedor UNIDADE 2. Empreendedorismo x desenvolvimento econômico 2.1 Micro e pequenas empresas 2.2 Impacto da atividade empreendedora 2.3 Ensino do empreendedorismo 2.4 Empreendedorismo social. UNIDADE 3. Planejar o negócio – Plano de negócios 3.1 Conceito do negócio e atribuições de valor 3.2 Potencial do Negócio 3.3 Estratégia Competitiva 3.4 Análise Financeira do Negócio 3.5 Pesquisa de Mercado UNIDADE 4. Responsabilidade ambiental e empreendedorismo 4.1 Educação e Meio Ambiente 4.2 Ações sustentáveis				
Bibliografia Básica: DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. BARON, Roberta A.; SHANE, Scott A. Empreendedorismo : uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2011.				

SALIM, Cesar Simões. Introdução ao empreendedorismo : despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na veia : um aprendizado constante. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
Bibliografia Complementar: TOLOTTI, M. Empreendedorismo: decolando para o futuro . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. HISRIC, R. D. Empreendedorismo . 9 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. BESSANT, J. Inovação e empreendedorismo . Porto Alegre: Bookman, 2009. BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo . São Paulo: Grupo A, 2019. DORNELAS, José. Empreendedorismo Corporativo . São Paulo: Gen, 2023.

NOME DA DISCIPLINA: LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0197	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Evolução histórica das pessoas com deficiência. Contextos da educação inclusiva no mundo globalizado. Legislação especializada. Cultura Surda: Surdo e Surdez, cultura e comunidade surda. Aquisição da LIBRAS no nível básico.				
Objetivos da Disciplina: a) possibilitar o desenvolvimento de uma visão ampla acerca da Educação Especial, com destaque para a Língua Brasileira de Sinais, considerando os princípios socioantropológicos e as novas perspectivas da educação/comunicação relacionada à comunidade surda; b) estimular o desenvolvimento de um modelo cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento reflexivo as metodologias e as mudanças nas instituições e na sociedade, a partir da inclusão; c) desenvolver conhecimentos sistematizados, de modo a permitir a compreensão crítica do Língua Brasileira de Sinais; d) relacionar o conteúdo da Língua Brasileira de Sinais com as áreas do Direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização dos sinais nas relações de comunicação entre surdos e ouvintes.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Educação dos Surdos 1.2 Cultura, comunidade e identidade Surda 1.3 Que é sinal? Estudos Linguísticos de LIBRAS - Parâmetros de LIBRAS 1.4 Anatomia e fisiologia da Orelha: fundamentos básicos da surdez 1.5 Tipos de perdas auditivas e suas implicações 1.6 Amparo legal da LIBRAS - Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 1.7 Acessibilidade e Inclusão UNIDADE 2. Estudo linguístico de LIBRAS 2.1 Saudações, nome próprio e batismo do sinal pessoal 2.2 Alfabeto Datilológico 2.3 Números ordinais e cardinais				

2.4	Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, interrogativos e indefinidos
2.5	Advérbios de tempo, Advérbios de lugar
2.6	Classificadores/Sinais icônicos e arbitrários
2.7	Expressões faciais e corporais
2.8	Comparativo de igualdade, superioridade e inferioridade
2.9	Utilização dos Verbos no contexto da LIBRAS
2.10	Construções de frases na LIBRAS (tradução e interpretação)
2.11	Adjetivos
UNIDADE 3. Intertextualidade - Sinais básicos e expansão do vocabulário	
3.1	A família
3.2	Transportes
3.3	O Tempo/Estações do ano
3.4	As Profissões e Sinais relacionados a meios de comunicação e trabalho
3.5	Vocabulário relacionado a transações comerciais e bancárias
3.6	Natureza/Animais
3.7	Alimentos
3.8	Escolaridade
3.9	Localizações: de frente, de atrás, dos lados, de baixo, de cima, de fora, de dentro
UNIDADE 4. Narrações e contos	
4.1	Diálogo em LIBRAS
Tradução e interpretação	
4.2	Contos e histórias em LIBRAS
4.3	Semelhanças e diferenças entre Língua Portuguesa e LIBRAS
Bibliografia Básica:	
STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão - um guia para educadores, Porto Alegre: Artmed, 1999.	
SÁ, Nídia R. Limeira de. Cultura, poder e educação de Surdos . São Paulo: Paulinas, 2002.	
BRASIL. MEC. Saberes e práticas da inclusão – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Brasília: SEEP, 2006.	
Bibliografia Complementar:	
CHOI, Daniel. Libras . Conhecimento além dos sinais. São Paulo, 2011.	
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Ed. Parábola. São Paulo, 2009.	
HONORA, Márcia. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais . Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. v. 1, 2 e 3. São Paulo, 2010.	
MANTOAN, Maria.Teresa.Égler. Inclusão escolar : pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.	
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte Raphael. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira . São Paulo, 2008.	

NOME DA DISCIPLINA: APROFUNDAMENTOS EM TEMÁTICAS JURÍDICAS				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0198	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa:				

Conceitos jurídicos fundamentais: fontes jurídicas; norma jurídica; relação jurídica; fatos e atos jurídicos. Integração e aplicação do Direito. Direções do pensamento jurídico. As dicotomias do Direito. Atualidades da/na área jurídica. O Direito na sociedade em rede. Ética, cidadania e desenvolvimento do Estado Democrático de Direito. Aplicação dos direitos da sociobiodiversidade e sustentabilidade. Direitos Humanos e Sociedade.
Objetivos da Disciplina: a) Identificar os novos modelos jurídicos, a partir do surgimento de inovações legislativas e jurisprudenciais; b) discutir as inovações do Direito em suas diversas ramificações, auxiliando a construir o senso crítico a partir da realização de estudos dirigidos e análises de casos; c) estimular o desenvolvimento de habilidades essenciais para a pesquisa acadêmica, a partir da utilização de metodologias ativas no componente curricular; d) desenvolver a capacidade de análise crítica de temáticas jurídicas atuais, promover o conhecimento aprofundado de áreas específicas do Direito, estimular o desenvolvimento de argumentos jurídicos.
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Direito e conceitos fundamentais UNIDADE 2. O direito na sociedade em rede UNIDADE 3. Ética, cidadania e desenvolvimento do estado democrático de direito UNIDADE 4. Direito e sustentabilidade UNIDADE 5. Conflito e sociedade UNIDADE 6. Direitos humanos e sociedade: direito e gênero/ direito e raça
Bibliografia Básica: ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 10 ed. Brasília: UnB. 1997. DI FELICE, Massimo. A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2020. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no direito. 2 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1997.
Bibliografia Complementar: DE SOUZA, Maria Cláudia Da Silva Antunes. A digitalização dos direitos fundamentais. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, 22(2), 7–8. https://doi.org/10.18759/rdgf.v22i2.2079 SOUZA. Direito e Sustentabilidade: Temas Contemporâneos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. KELSEN, Hans. Teoria geral das normas. Porto Alegre: Fabris, 1986. MAGRANI, Eduardo. Entre dados e robôs: ética e privacidade na era da hiperconectividade. Rio de Janeiro: KONRAD, 2018. TEIXEIRA, Tarcisio. Direito digital e processo eletrônico. 7 ed. São Paulo/: Saraiva, 2023. VÉLIZ, Carissa. Privacidade é poder: por que e como você deveria retomar o controle de seus dados. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO MUNICIPAL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0199	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Evolução histórica e conceito de Direito Municipal. O Município brasileiro. Autonomia municipal. Organização político-administrativa. Competências constitucionais. Responsabilidades. Tributos. Lei Orgânica. Sistema de controle interno. Serviços públicos. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Intervenção na propriedade privada. Instrumentos de participação e controle social.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Conhecer os conteúdos de direito municipal e urbanístico, em diálogo interdisciplinar com temas controversos e afeitos à Constituição Federal de 1988. Específicos: a) conhecer os fundamentos do Direito Público Municipal, levando em consideração os princípios constitucionais e infraconstitucionais. b) estudar os fundamentos históricos e jurídicos dos institutos de Direito Urbanístico previstos na Constituição de 1988 e na norma infraconstitucional; c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Introdução ao Direito Municipal 1.1 Evolução histórica e conceito de direito municipal 1.2 O Município brasileiro como Ente Federado 1.3 Autonomia municipal: política, auto-organizatória, administrativa, legislativa e financeira UNIDADE 2. Organização político-administrativa do Município 2.1 Competências constitucionais 2.2 Lei Orgânica 2.3 Poderes Executivo e Legislativo 2.4 Responsabilidades 2.5 Capacidade tributária e instrumentos de incentivos fiscais 2.6 Receita e despesa pública: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual 2.7 Sistema de controle interno: Lei de Responsabilidade Fiscal 2.8 Serviços públicos municipais 2.9 Intervenção na propriedade privada UNIDADE 3. Legislação municipal, instrumentos de participação e controle social 3.1 Estatuto da Cidade 3.2 Plano diretor 3.3 Noções de Direito Urbanístico 3.4 Instrumentos de participação e controle social: plebiscito, referendo, audiência, consulta, conselhos e a ouvidoria municipal				
Bibliografia Básica: BRÜNING, Raulino Jacó. A fiscalização do município pelos vereadores: manual de orientação. Blumenau: FURB, 1995. BRAZ, Petrônio. Direito Municipal na Constituição. 7 ed. São Paulo: JH Mizuno, 2010.				

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2025.

CASTRO, José Nilo de. **Direito municipal positivo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Nelson Nery. **Curso de direito municipal brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Tributário Municipal**. São Paulo: Atlas, 2012.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Urbanístico**. Estatuto da Cidade e Plano Diretor Estratégico. São Paulo: Editora NDJ LTDA, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Gestão pública e Direito Municipal**. São Paulo: Saraiva, 2016.

PONT, Raul. **Democracia, igualdade e qualidade de vida: a experiência de Porto Alegre**, 2003.

SANTOS, Luiz Alberto. **Reforma administrativa no contexto da democracia**. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0200	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direito Notarial e Registral. Tabelionato de Notas. Registro civil das pessoas naturais. Registro civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Registro de imóveis. Protesto de títulos.				
Objetivos da Disciplina: a) conhecer os conceitos básicos sobre os Registros Públicos, seus efeitos, finalidades, espécies e jurisdição; b) estudar os elementos teóricos e práticos do tabelionato de notas, registro civil das pessoas naturais, o registro civil das pessoas jurídicas, o registro de títulos e documentos, o registro de imóveis e o tabelionato de protesto de títulos; c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Direito notarial e registral 1.1 Conceitos básicos, efeitos, finalidades, jurisdição, responsabilidade dos notários e registradores 1.2 Lei 8.935 de 15.12.1994 1.3 Tabelionato de notas 1.4 Resolução 35 do CNJ UNIDADE 2 2.1 Registro civil das pessoas naturais 2.2 Registro civil das pessoas jurídicas 2.3 Registro de títulos e documentos 2.4 Protesto de títulos UNIDADE 3. Lei nº 9.492, de 10.09.1997 3.1 Das certidões 3.2 Registro de imóveis UNIDADE 4. Lei 6.015, de 31.12.1973 4.1 Do Registro				

4.2 Da Averbação
4.3 Das Pessoas
UNIDADE 5
5.1 Do Processo de Registro e Averbação
5.2 Das Retificações de Registro e Averbação
Bibliografia Básica: CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos comentada . 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. KORENCHENDLER, Ana S. Direito Registral e Notarial - 1 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.
Bibliografia Complementar: BRANDELLI, Leonardo. Teoria Geral do Direito Notarial . 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. DINIZ, Maria Helena. Sistemas de Registros de Imóveis . São Paulo: Saraiva, 2009. GENTIL, Alberto; ALMADA, Ana Paula P L.; GIGLIOTTI, Andrea. Registros Públicos . 4 ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. NETO, José Manuel de Arruda A.; CLÁPIS, Alexandre L.; CAMBLER, Everaldo A. Lei de Registros Públicos Comentada . 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL V				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0201	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Processo de Conhecimento. Das Tutelas Provisórias. Dos Procedimentos Especiais. Do Processo de Execução. Dos Procedimentos nos Tribunais.				
Objetivos da Disciplina: a) desenvolver conhecimentos sistematizados, atentos aos preceitos constitucionais, de modo a permitir a compreensão crítica do direito processual civil; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do direito, buscando sua aplicação prática nas diferentes instâncias, sejam elas administrativas ou judiciais, tendo como base a correta utilização de processos, atos e procedimentos; d) reforçar todos os institutos do processo civil, estudados nos componentes obrigatórios.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Do Processo de Conhecimento UNIDADE 2. Das Tutelas Provisórias UNIDADE 3. Dos Procedimentos Especiais UNIDADE 4. Do Processo de Execução UNIDADE 5. Dos Procedimentos nos Tribunais				
Bibliografia Básica: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado . São Paulo: RT, 2020. DONIZETTI, Elpídio; Curso de Direito Processual Civil . 24 ed. São Paulo: Atlas, 2021. MEDINA, Anderson Martins. Direito Processual Civil Moderno . São Paulo: RT, 2020				
Bibliografia Complementar: PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito Processual Civil Contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais , v. 2, 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.				

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **O Novo Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015

LOURENÇO, Haroldo. **Processo Civil**: Sistematizado. 4 ed. São Paulo: Método, 2018.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Processo civil sintetizado**. 15 ed. São Paulo: Forense, 2018.

THEODORO Jr., Humberto. **Código de Processo Civil Anotado**. 23 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL V				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0202	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Procedimentos aplicáveis aos crimes de competência dos tribunais penais internacionais, com ênfase no Direito Processual Penal Internacional. Crimes internacionais previstos no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional: genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão. Formas de cooperação entre Estados e tribunais internacionais, especialmente o Tribunal Penal Internacional (TPI). Procedimentos de investigação, acusação, entrega de acusados, julgamento e execução de penas. Jurisdição nacional e jurisdição internacional. Exame da complementaridade do TPI em relação aos sistemas nacionais. Mecanismos de admissibilidade e atuação do Ministério Público internacional. Medidas cautelares, direitos e garantias do acusado perante o TPI. Casos paradigmáticos e jurisprudência internacional relevante. Aspectos processuais da cooperação do Brasil com o TPI à luz da Constituição Federal e da Lei 12.528/2011.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Compreender os procedimentos aplicáveis aos crimes de competência dos tribunais penais internacionais, com especial atenção ao funcionamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), os tipos penais abrangidos, os mecanismos de cooperação internacional e a inter-relação entre jurisdição nacional e internacional. Específicos: a) compreender os fundamentos jurídicos e políticos da justiça penal internacional; b) identificar os crimes de competência dos tribunais penais internacionais, especialmente do TPI; c) analisar os procedimentos de investigação, acusação, julgamento e execução no âmbito do TPI; d) estudar os mecanismos de cooperação entre o Brasil e os tribunais internacionais; e) avaliar a aplicabilidade dos direitos e garantias processuais no sistema internacional; f) investigar jurisprudência relevante e casos concretos julgados pelo TPI; g) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; h) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Introdução ao Direito Processual Penal Internacional 1.1 Conceito e evolução histórica da Justiça Penal Internacional 1.2 Justiça internacional ad hoc vs. permanente 1.3 Relação entre soberania estatal e jurisdição internacional 1.4 Princípio da complementaridade UNIDADE 2. Crimes de Competência do Tribunal Penal Internacional 2.1 Genocídio				

2.2 Crimes contra a humanidade
2.3 Crimes de guerra
2.4 Crime de agressão
2.5 Definições legais e elementos de cada crime segundo o Estatuto de Roma
2.6 Jurisprudência internacional relevante
UNIDADE 3. Procedimentos no Tribunal Penal Internacional (Fases do processo penal internacional)
3.1 Início da investigação (por Estado, Conselho de Segurança ou Procurador)
3.2 Denúncia e acusação
3.3 Audiência de confirmação de acusações
3.4 Julgamento e apelações
3.5 Garantias processuais do acusado no TPI
3.6 Papel do Procurador do TPI
3.7 Participação das vítimas
3.8 Medidas cautelares e prisão preventiva internacional
UNIDADE 4. Cooperação Internacional e Entrega de Acusados
4.1 Deveres dos Estados partes do Estatuto de Roma
4.2 Cumprimento de mandados de prisão e entrega de acusados
4.3 Procedimentos nacionais para entrega de indivíduos ao TPI
4.4 O papel do Poder Judiciário e do Executivo nos pedidos de cooperação
4.5 Casos de recusa de cooperação e suas implicações
UNIDADE 5. Brasil e o Tribunal Penal Internacional
5.1 A incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro
5.2 Compatibilidade do TPI com a Constituição Federal
5.3 Precedentes e práticas brasileiras em cooperação com o TPI
5.4 O papel do STF nos pedidos de entrega e cooperação internacional
5.5 Interpretação do art. 5º, LI, da Constituição (proibição de extradição de brasileiros natos)
UNIDADE 6. Estudos de Caso e Jurisprudência Internacional
6.1 Casos paradigmáticos do TPI (ex: Lubanga, Al-Bashir, Bemba, Ongwen)
6.2 Estudo comparado com os Tribunais de Ruanda (ICTR), Ex-Iugoslávia (ICTY) e outros
6.3 Análise crítica de decisões relevantes e seus impactos no Direito Internacional Penal
Bibliografia Básica: CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal . São Paulo: Saraiva, 2012. LOPES JÚNIOR, Aury. Introdução crítica ao processo penal (fundamentos da instrumentalidade garantista) 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado . São Paulo: RT, 2011
Bibliografia Complementar: BONFIN, Edilson Mougenet. Curso de Processo Penal . São Paulo: RT, 2009. AVENA, Roberto. Processo Penal . 6 ed. São Paulo: Método, 2011. CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal . São Paulo: Edicamp, 2001. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal . Belo Horizonte: Del Rey, 2002. PRADO, Geraldo. Sistema Acusatório . 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: EXECUÇÕES CRIMINAIS			
Código	Tipo		Créditos:
GN0203	() Obrigatória	(X) Optativa	4
Centro: Ciências Humanas e Sociais			
Curso: Direito			

Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Sistema Penitenciário. Lei de Execuções Penais - Lei nº 7.210/1984.				
Objetivos da Disciplina: a) analisar a problemática da execução penal no Brasil, a partir de uma perspectiva crítica, demonstrando o afastamento da realidade carcerária dos aportes teóricos garantidores e existentes na lei de execuções criminais; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. SISTEMA PENITENCIÁRIO UNIDADE 2. LEI DE EXECUÇÕES PENAS 2.1 Do objeto e da aplicação da lei de execução penal 2.2 Do condenado e do internado 2.3 Órgãos da execução penal 2.4 Dos estabelecimentos penais 2.5 Da execução das penas em espécie 2.6 Da execução das medidas de segurança 2.7 Dos incidentes de execução				
Bibliografia Básica: CARVALHO, Salo de. (Org.). Penas e garantias: Uma leitura do garantismo de Luigi Ferrajoli no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. BOSCHI, José Antônio Paganella. Das penas e seus critérios de aplicação. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. CARVALHO, Amilton Bueno de. Aplicação da Pena e Garantismo. 2 ed. BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. GARCIA, José Frederico. Lei de Execução Penal Comentada. São Paulo: Atlas, 2010. MENDES, Gilmar Ferreira. Direito Penal - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2020. LIMA, José Renato Nalini. Execução Penal: teoria e prática. São Paulo: Malheiros, 2015. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Penal. São Paulo: Malheiros, 2018. JUNQUEIRA, Luiz Flávio Gomes. Execução Penal: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.				
Bibliografia Complementar: BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte especial. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2005. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito penal: parte especial. São Paulo: Saraiva, 2006.				

NOME DA DISCIPLINA: MEDICINA LEGAL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0204	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Noções gerais. Documentos médico-legais. Traumatologia forense: conceito, classificação e importância médico legal. Laudo de exame de lesão corporal. Laudo de lesão cadavérico. Laudo de				

conjunção carnal. Laudo de exame de atentado ao pudor. Laudo de aborto. Laudo de exame psiquiátrico. Laudo de exame de embriaguez alcoólica. Laudo de exame de investigação de paternidade. Laudo de insalubridade, acidente de trabalho, indenização, responsabilidade médica e outros do âmbito penal e civil.

Objetivos da Disciplina:

- Conhecer as noções básicas da gênese dos atos humanos e suas consequências, bem como para o correto entendimento e emprego dos laudos periciais;
- instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Medicina legal: conceito e objetivos
 UNIDADE 2. Peritos, perícias e documentos médico-legais
 UNIDADE 3. Antropologia forense
 UNIDADE 4. Dactiloscopia forense
 UNIDADE 5. Sexologia forense e transtornos da sexualidade
 UNIDADE 6. Traumatologia forense
 UNIDADE 7. Traumatologia forense
 UNIDADE 8. Embriaguez e toxicofilias
 UNIDADE 9. Tanatologia forense
 UNIDADE 10. Rotinas de funcionamento do DML
 UNIDADE 11. Psicopatologia forense
 UNIDADE 12. Infortunistica e laudos de medicina legal

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, José Carlos de. **Medicina Legal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
 BASTOS, José Luiz. **Medicina Legal e Perícia Médica**. São Paulo: Sarvier, 2014.
 MAIA, Rafael de Freitas. **Medicina Legal: Fundamentos e Perícia**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
 MASSARDI, Jorge F. **Medicina Legal**. 2 ed. São Paulo: Método, 2016.
 FAVERO, F. **Medicina legal: introdução ao estudo da medicina legal, identidade, traumatologia, infortunistica, tanatologia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
 GOMES, H. **Medicina legal**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1982.
 ROMERO, José Odir. **Roteiro de medicina legal**. São José dos Campos: UNIVAP, 2002.
 NEVES, Lúcia de Almeida Silva. **Medicina Legal e Perícia Médica**. São Paulo: Atheneu, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues de. **Perícia médica judicial**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2006.
 MEREIRES, Julio César; GOMES, Genival Veloso de. **Erro médico: um enfoque sobre sua origem e suas consequências**. Montes Claros: Unimontes, 1999.
 SPANÓ, Elza; SANTOS, Márcia R. **Medicina legal e genética aplicada à defesa penal**. São Paulo: LTR, 1998.

NOME DA DISCIPLINA: ORATÓRIA				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0205	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa:				

Introdução à oratória: conceitos básicos, importância e histórico da oratória. Oratória e argumentação. A comunicação no Direito e o papel da oratória. Oratória jurídica. Prática de oratória.

Objetivos da Disciplina:

- a) a partir dos pressupostos teóricos, contribuir com o desenvolvimento da capacidade de falar em público de forma clara, eficaz e persuasiva, habilidades essenciais ao/a futuro/a profissional do Direito;
- b) possibilitar o exercício da fala em situações práticas, a fim de aperfeiçoar a expressividade no processo de comunicação jurídica.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Introdução à oratória

- 1.1 Oratória e sua importância para o Direito
- 1.2 Evolução histórica da oratória e sua relevância atual
- 1.3 Fundamentos da oratória na contemporaneidade

UNIDADE 2 Oratória e argumentação

- 2.1 Fundamentos da argumentação: lógica, raciocínio e persuasão
- 2.2 Tipos de argumentos e estratégias de persuasão
- 2.3 Como construir um argumento eficaz e convincente

UNIDADE 3. A comunicação no Direito e o papel da oratória

- 3.1 Processo da comunicação e seus elementos
- 3.2 A oratória no Direito
- 3.3 Técnicas de apresentação
- 3.4 Discurso: organização e improviso
- 3.5 Aperfeiçoamento da expressividade: a função da voz, fala, respiração e postura
- 3.6 Administração da inibição e do medo de falar em público

UNIDADE 4. Oratória jurídica

- 4.1 Oratória no contexto do processo judicial: alegações, depoimentos, provas
- 4.2 Importância da clareza e da precisão na linguagem jurídica
- 4.3 Utilização de recursos retóricos na defesa e acusação
- 4.4 Oratória e ética profissional no Direito

UNIDADE 5. Prática de oratória

- 5.1 Exercícios práticos de fala em público
- 5.2 Simulações de audiências e debates
- 5.3 Análise de discursos jurídicos
- 5.4 Feedback individual e em grupo

Bibliografia Básica:

LUCAS, E. Stephen. **A arte de falar em público**. Tradução Beth Honorato. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SANTOS, Ruzia, Barbosa dos. **Oratória**: guia prático para falar em público. Brasília: Senac, 2018.

SERRANO, Pablo Jiménez. **Teoria e prática da oratória forense**: como convencer e persuadir falando. São Paulo: CRV, 2020.

Bibliografia Complementar:

ARISTÓTELES. **Arte poética e arte retórica**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DORES, Breno. **Manual de oratória, carisma e persuasão**. São Paulo: Dialética, 2023.

LEAL, José Carlos. **A arte de falar bem em público**. Ltda. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

POLITO, Reinaldo. **Como falar bem e sem inibições**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NOME DA DISCIPLINA: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0206	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Língua, linguagem e comunicação na sociedade. Função social da linguagem jurídica. Coesão e coerência no texto jurídico. Estudo do texto: estratégias de produção e recepção do texto jurídico. Produção e revisão gramatical de textos jurídicos.				
Objetivos da Disciplina: a) propiciar situações que permitam o aperfeiçoamento da competência comunicativa, por meio da reflexão sobre a linguagem jurídica e sua relação com o exercício profissional; b) retomar aspectos gramaticais, visando à melhoria nas condições de produção escrita; c) refletir sobre a produção escrita e a interpretação jurídica; d) rever e criticar o próprio trabalho, exercitando atividades de análise, crítica e reelaboração de textos; e) relacionar o conteúdo da disciplina com as áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Língua, linguagem e comunicação na sociedade UNIDADE 2. Função social da linguagem jurídica UNIDADE 3. Coesão e coerência no texto jurídico UNIDADE 4. Estudo do texto: estratégias de produção e recepção do texto jurídico UNIDADE 5. Produção e revisão gramatical de textos jurídicos				
Bibliografia Básica: GOLD, Mirian e SEGAL, Marcelo. Português Instrumental para Cursos de Direito (como elaborar textos jurídicos). São Paulo: Pearson Education, 2012. DAMIÃO, Regina. Curso de português jurídico . São Paulo, 2009. PAIVA, Marcelo. Português Jurídico . 10 ed. Brasília: Educere, 2015. PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Org.). Linguagem e Direito: perspectivas teóricas e práticas . São Paulo: Contexto, 2016.				
Bibliografia Complementar: Associação de Magistrados Brasileiros (AMB). Campanha pela simplificação da linguagem jurídica . [200?]. Disponível em: www.amb.com.br REOLON, Suzana Minuzzi. A linguagem jurídica e a comunicação entre o advogado e seu cliente na atualidade. Direito & Justiça . v. 36, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2010.				

NOME DA DISCIPLINA: PROCESSOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0207	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Competência. Conflitos de Competências. Princípios. Causas expressamente aplicadas no JEC. Conexão e Prevenção. Proibição de redistribuição de ações já ajuizadas. Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Federais. Litisconsórcio e Assistência. Ações Coletivas. Pedido Genérico. Recursos -				

disposições gerais. Ação rescisória e ação anulatória. Da suspensão do processo.
Objetivos da Disciplina: a) estudar o processo e o procedimento à luz da legislação aplicada aos Juizados Especiais no Brasil (Leis nº. 9.099/1995 e 10.259/2001); b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Características da Lei 9.099/1995 UNIDADE 2. Juizados Especiais e o Acesso à Justiça UNIDADE 3. Juizados Especiais e Cidadania UNIDADE 4. O Novo CPC Lei 13.105/2015 e os Juizados Especiais UNIDADE 5. Os Juizados Especiais e a Mediação e a Conciliação UNIDADE 6. Juizados Especiais Criminais UNIDADE 7. Lei 12.153/2009 – Juizados Especiais da Fazenda Pública UNIDADE 8. Lei 10.259/2001 – Juizados Especiais da Justiça Federal
Bibliografia Básica: ASSIS, Araken de. Execução Civil nos Juizados Especiais. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. BOCHENEK, Antônio César. A interação entre Tribunais e democracia por meio do acesso aos direitos e à justiça: análise de experiências dos juizados especiais cíveis brasileiros. Brasília: Editora Centro de Estudos Judiciários, 2013. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Juizados especiais criminais. São Paulo: Saraiva, 1998. SOARES, Nildomar da Silveira Soares. Juizado especial cível. A Justiça da Era moderna. 3 ed. São Paulo: LTR, 1996. BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1995. CÂMARA, Nelson Nery Jr. Lei nº 9.099/95 - Juizados Especiais Cíveis e Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. GARCIA, Gustavo Badaró. Juizados Especiais: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2017. MORAES, Alexandre de. Processo nos Juizados Especiais. In: MORAES, Alexandre de (Org.). Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2019, p. 2001-2040. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Juizados Especiais e a Lei nº 9.099/95. In: PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Processual. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 1234-1250.
Bibliografia Complementar: BRASIL. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. BRASIL. Lei 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. BRASIL. Lei 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. GRINOVER, Ada Pellegrini. Juizados especiais criminais. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. HERMANN, Ricardo Torres. O tratamento das demandas de massa nos juizados especiais cíveis. Porto Alegre: TJRS, 2010. JESUS, Damásio E.de. Lei dos juizados especiais anotada. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. JUNIOR, Joel Dias Figueira; NETO, Fernando da Costa Tourinho. Juizados Especiais Estaduais Cíveis e Criminais. 8 ed. Comentários à Lei nº9.099/95. São Paulo: Saraiva, 2017. NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Saraiva, 1996.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais e Estaduais**. São Paulo: Saraiva, 2009.

VANCIM, Adriano Roberto; GONÇALVES, José Eduardo Junqueira. **Lei dos Juizados Especiais Anotada e Interpretada**. 2 ed. São Paulo: Mundo Jurídico, 2016.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0208	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direito Eleitoral. Normas Constitucionais. Direito Penal e Processual Penal Eleitoral. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Elegibilidades e Inelegibilidades. Financiamento de Campanhas. Propaganda Eleitoral. Votação. Apuração. Diplomação. Recursos Eleitorais. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Crimes Eleitorais.				
Objetivos da Disciplina: a) proporcionar uma ampla visão do Direito Eleitoral, no Brasil, como condição indispensável do Estado de Direito e do Regime Democrático; b) apresentar o sistema representativo brasileiro, compreender os direitos políticos, a relação com a democracia e os aspectos mais relevantes da legislação eleitoral; c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Conceitos e Fontes do Direito Eleitoral UNIDADE 2 2.1 Sistemas Eleitorais 2.2 Direito Penal e Processual Penal Eleitoral 2.3 Organização Judiciária Eleitoral 2.4 Ministério Público Eleitoral UNIDADE 3 3.1 Partidos Políticos 3.2 Alistamento Eleitoral 3.3 Registro de Candidatos 3.4 Elegibilidades e Inelegibilidades 3.5 Financiamento de Campanhas 3.6 Propaganda Eleitoral UNIDADE 4 4.1 Votação e Apuração 4.2 Diplomação UNIDADE 5 5.1 Recursos Eleitorais 5.2 Ação de Impugnação de Mandato Eletivo UNIDADE 6. Crimes Eleitorais				
Bibliografia Básica: GOMES, J. J. Direito Eleitoral . 18 ed. São Paulo: Atlas. VELOSO, C. M. S. Elementos de Direito Eleitoral , 7 ed. São Paulo: Saraiva.				

MACHADO, R. C. R. Direito Eleitoral , 2 ed. São Paulo: Atlas.
GOMES, J. J. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral . 6 ed. São Paulo: Atlas.
MACEDO, E. H. jurisdição eleitoral e direitos políticos fundamentais . São Paulo: Grupo Gen.
Bibliografia Complementar:
CÂNDIDO, J.J. Direito Eleitoral brasileiro . 12 ed. São Paulo: Edipro, 2012.
ZILIO, R. L. Direito Eleitoral . 9 ed. São Paulo: Podium, 2023

NOME DA DISCIPLINA: ESTUDOS DIRIGIDOS PARA O EXAME DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0209	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Tópicos de Direito Civil e Processual Civil. Tópicos de Direito Tributário. Tópicos de Direito do Trabalho e Processo de Trabalho. Tópicos de Ética Profissional e Estatuto da OAB. Tópicos de Direito Penal e Processual Penal. Tópicos de Direito Administrativo. Tópicos de Direito Constitucional. Tópicos de Direitos Humanos.				
Objetivos da Disciplina: a) abordar, de modo teórico-prático, o Exame da Ordem, a partir de revisão dos conhecimentos básicos e necessários para sua realização, conforme os pontos do edital; b) incentivar a reflexão crítica acerca do fenômeno jurídico, por abordagens filosóficas e históricas, ensejando habilidades para praticar e desenvolver um raciocínio lógico e coerente, expresso na forma escrita e verbal, com condições de aplica-los no Exame.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Direito Civil 1.1 Das pessoas 1.2 Fatos jurídicos 1.3 Da prova 1.4 Obrigações 1.5 Contratos 1.6 Coisas 1.7 Direito de Família 1.8 Regime de bens UNIDADE 2. CPC 2.1 Normas fundamentais do processo civil 2.2 Da gratuidade da justiça 2.3. Intervenção de terceiros 2.4. Forma, tempo e lugar dos atos processuais 2.5 Nulidades 2.6 Da tutela provisória 2.7 Formação, suspensão e extinção do processo 2.8 Cumprimento de sentença 2.9. Da execução em geral 2.10 Dos recursos UNIDADE 3. Direito Tributário 3.1 Conceito e tributos em espécie				

3.2 Classificação dos tributos
3.3 Limitações constitucionais ao poder de tributar
3.4 Princípios
3.5 Obrigação tributária
3.6 Crédito tributário e lançamento
3.7 Suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário
UNIDADE 4. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
4.1 Normas gerais e especiais de tutela do trabalho
4.2. Contrato individual de trabalho
4.3. Do processo trabalhista
UNIDADE 5. Direito Processual Penal
5.1 Inquérito Policial
5.2 Ação Penal
5.3 Competência
5.4 Da prova
5.5 Prisão e medidas cautelares
5.6. Nulidades e recursos
UNIDADE 6. Direito Penal
6.1 Teoria do crime
6.2. Das penas
6.3 Crimes contra a pessoa
6.4 Crimes contra a honra
6.5 Crimes contra o patrimônio
6.6 Crimes contra a liberdade sexual
6.7 Crimes contra a Administração Pública
UNIDADE 7. Direito Constitucional
7.1 Dos princípios e garantias fundamentais
7.2 Organização do Estado
7.3 Processo legislativo
7.4 Defesa do Estado e das instituições democráticas
7.5 Da ordem econômica e financeira
UNIDADE 8. Direito Administrativo
8.1 Princípios da Administração Pública
8.2 Organização da Administração
8.3 Órgãos e Agentes Públicos
8.4 Poderes administrativos
8.5 Atos administrativos
8.6 Responsabilidade civil da Administração Pública
8.7 Controle da Administração Pública
UNIDADE 9. Ética Profissional e Estatuto da OAB
UNIDADE 10. Direitos Humanos

Bibliografia Básica:

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Método, 2011.
CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2003.
BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. São Paulo: Saraiva, 2002.
BRASIL. **Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de Direito Processual Civil**. 21 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**: doutrina e prática forense. 32 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**: 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 11 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2021.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Luiz Alberto Davi; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Malheiros, 2005.

GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DESPORTIVO				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0210	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Estudo do Direito Desportivo e suas interações com os demais ramos do direito. Organismos internacionais do desporto. Direito Desportivo Trabalhista sob a óptica dos direitos e deveres dos atletas profissionais e das especificidades do contrato de trabalho desportivo. Vínculo desportivo. Implicações empresariais do Direito Desportivo. Direito Desportivo Disciplinar e tribunais. Estatuto do Torcedor.				
Objetivos da Disciplina: a) conhecer os elementos básicos do Direito Desportivo, sua multidisciplinaridade e interfaces com a prática desportiva profissional e amadora; b) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica; c) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1. Introdução ao Direito Desportivo 1.1 Evolução histórica 1.2 Fundamentos, fontes e princípios 1.3 Interdisciplinaridade UNIDADE 2. Direito Desportivo Internacional 2.1 Organismos internacionais 2.2 Comitê Olímpico Internacional e FIFA UNIDADE 3. Direito Desportivo Trabalhista 3.1 Aspectos gerais e específicos 3.2 Legislação aplicável 3.3 Direitos dos atletas profissionais de futebol 3.4 Contrato de trabalho desportivo				

3.5 Remuneração
3.6 Direito de imagem e direito de arena
3.7 Jornada de trabalho
3.8 Cláusula indenizatória desportiva e cláusula compensatória desportiva
3.9 Transferência
UNIDADE 4. Vínculo desportivo
4.1 Direitos federativos e direitos econômicos
4.2 Direitos do clube formador
4.3 Mecanismo de solidariedade
UNIDADE 5. Direito Desportivo Empresarial
5.1 Organização dos clubes
5.2 Investimentos no futebol
5.3 O empresário e o agente
5.4 A participação e a intervenção de terceiros na relação do atleta com a entidade de prática desportiva
UNIDADE 6. Direito Desportivo Disciplinar
6.1 Justiça Desportiva: composição, organização, funcionamento e competência
6.2 Tribunais de Justiça Desportiva e Superior Tribunal de Justiça Desportiva
6.3 Tribunal Arbitral do Esporte
UNIDADE 7. Estatuto do Torcedor
7.1 Princípios
7.2 Disposições específicas
7.3 O torcedor como consumidor
UNIDADE 9. Interações do Direito Desportivo com outros ramos do Direito
Bibliografia Básica: YOCHITAKE, Joaquim (Coord.). Direito Desportivo . Campinas: Jurídica Mizuno, 2000. EDITORIA JURÍDICA DA EDITORA MANOLE. Leis do esporte e estatuto do torcedor anotados . BARUERI: Manole, 2003. MAMMARELLA, Rosetta. Manual de direito empresarial . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
Bibliografia Complementar: CAUS, Cristiano. Direito aplicado à gestão de esportes [livro eletrônico]. Prefácio de José Carlos Brunoro. São Paulo: Trevisan Editora, 2013. SIMÕES, André Galdeano. Justiça desportiva: muito além do julgamento por mero esporte . São Paulo: Edições 70, 2023. Fauze Najib Mattar, Michel Mattar (Org.). Gestão de negócios esportivos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. MARTINS, Sergio Pinto. Manual de Direito do Trabalho . 15 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Portuário				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0211	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Direito da navegação. Direito Portuário. Direito da Pesca.				
Objetivos da Disciplina:				

- a) conhecer noções teóricas e práticas sobre Direito Portuário, relacionados à atividade portuária, de navegação e de pesca;
- b) compreender a regulação e as possibilidades operacionais do modelo portuário brasileiro;
- c) instigar o desenvolvimento cognitivo, teórico e prático, de interpretação e análise do pensamento jurídico, doutrinário e jurisprudencial, pautado na correta utilização da terminologia jurídica;
- d) relacionar o conteúdo da disciplina com as demais áreas do Direito.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Direito da navegação

- 1.1 Conceito; autonomia; fontes
- 1.2 Navios e embarcações públicas e privadas
- 1.3 Espécies de navegação
- 1.4 Domínio marítimo

UNIDADE 2. Fatos e acidentes da navegação

- 2.1 Espécies e jurisdição
- 2.2 Praticagem e seguro
- 2.3 Contratos marítimos
- 2.4 Tribunal marítimo

UNIDADE 3. Direito Portuário

- 3.1 Conceito, histórico; importância dos portos do Brasil
- 3.2 Legislação portuária brasileira
- 3.3 Normas internacionais sobre o trabalho portuário

UNIDADE 4. Instalações e exploração dos portos

- 4.1 Concessão, arrendamento e autorização
 - 4.2 Operação portuária
 - 4.3 Gestão do trabalho portuário avulso
 - 4.4 Portos e comércio exterior
 - 4.5 Dragagem
 - 4.6 Licenciamento ambiental
- UNIDADE 5. Direito da Pesca
- 5.1 Conceito; histórico
 - 5.2 Espécies e modalidades
 - 5.3 Desenvolvimento local
 - 5.4 Legislação pesqueira
 - 5.5 Tratados internacionais
 - 5.6 Perspectivas de desenvolvimento

Bibliografia Básica:

JESUS, Michael de. **Direito Portuário no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

PASOLD, Cesar Luiz. Lições **Preliminares de Direito Portuário**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

WANKE, Peter F.; SILVEIRA, Rafael Valente; BARROS, Frederico Gonçalves de. **Introdução ao planejamento da infraestrutura e operações portuárias**: aplicações de pesquisa operacional. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

JUCÁ, Paulo R. **Regulação do Setor Portuário**. Lisboa: Almedina, 2021.

MAHMOUD, Mohamad Ale H. Série IDP - **Direito Penal Marítimo**: zona econômica exclusiva, soberania e extraterritorialidade. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOTTA, Andrea Limani B. **Curso Introdutório de Direito Internacional do Comércio**. Barueri: Manole, 2010.

PIMENTA, Matusalém G. **Processo Marítimo**: Formalidades e Tramitação. Barueri: Manole, 2013.

ROJAS, Pablo R A. **Introdução à logística portuária e noções de comércio internacional.** São Paulo: Grupo A, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: SOCIOLOGIA GERAL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0212	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Análise dos fundamentos históricos, epistemológicos e teóricos da Sociologia. Origem da Sociologia no contexto da modernidade ocidental, paradigmas clássicos e desdobramentos contemporâneos. Discussão das principais categorias sociológicas: cultura, poder, trabalho, desigualdade, estratificação, identidade e mudança social. Diálogo com abordagens críticas e descoloniais. Estudo dos fenômenos sociais contemporâneos: globalização, racismo estrutural, desigualdades interseccionais, transformações do trabalho, crise ambiental, tecnologias digitais e seus impactos nas formas de sociabilidade. Desenvolvimento de competências analíticas e reflexivas aplicadas à realidade social.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Compreender, criticamente, os conceitos, teorias e métodos da Sociologia, com fins de analisar e interpretar fenômenos sociais diversos a partir de perspectivas sociológicas clássicas, contemporâneas e críticas. Específicos: a) compreender o surgimento histórico da Sociologia no contexto da modernidade e seus vínculos com os processos de transformação social; b) conhecer e analisar as principais correntes teóricas clássicas da Sociologia e seus legados; c) refletir, criticamente, sobre as estruturas de poder, desigualdades e opressões nas sociedades contemporâneas; d) dialogar com perspectivas interseccionais, descoloniais e críticas no campo sociológico; e) desenvolver habilidades para análise crítica da realidade social local e global; f) estimular a capacidade de leitura, escrita, argumentação e reflexão sociológica.				
Conteúdo Programático: UNIDADE 1 1.1 Origens e Fundamentos da Sociologia 1.2 A Sociologia como produto da modernidade ocidental 1.3 A emergência do pensamento sociológico: revolução industrial, revolução francesa e iluminismo 1.4 Sociologia, ciência e crítica social: objeto, método e desafios epistemológicos 1.5 Limites e alcances de uma Sociologia eurocentrada UNIDADE 2. Paradigmas Clássicos 2.1 Karl Marx: materialismo histórico, classes sociais, ideologia e alienação 2.2 Émile Durkheim: fato social, coesão, solidariedade e anomia 2.3 Max Weber: ação social, racionalização, dominação e desencantamento do mundo UNIDADE 3. Estrutura Social e Desigualdades 3.1 Estratificação social: classe, status e poder 3.2 Desigualdades estruturais: raça, gênero, etnia, território e sexualidade 3.3 Interseccionalidade e opressões múltiplas 3.4 Racismo estrutural, colonialidade e seus desdobramentos contemporâneos				

UNIDADE 4. Cultura, Identidades e Processos Sociais 4.1 Cultura, etnocentrismo e relativismo cultural 4.2 Processos de socialização, construção das identidades e subjetividades 4.3 Gênero, sexualidades e diversidade 4.4 Globalização, hibridismos culturais e resistências UNIDADE 5. Dinâmicas Sociais Contemporâneas 5.1 Capitalismo contemporâneo, neoliberalismo e precarização do trabalho 5.2 Novos movimentos sociais e resistências (movimentos antirracistas, feministas, indígenas ambientais e LGBTQIA+) 5.4 Tecnologias, redes sociais e transformação das sociabilidades 5.5 Crise climática, antropoceno e desigualdades socioambientais 5.6 Desafios para pensar a sociedade no século XXI				
Bibliografia Básica: GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Sociologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010. DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.				
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022. SAFI, Mirna. Desigualdades: O que sabemos, o que ignoramos. São Paulo: Boitempo, 2022. SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. MUNIZ, Bruno. Sociologia: Uma introdução crítica. São Paulo: Editora Elefante, 2020.				

NOME DA DISCIPLINA: FILOSOFIA GERAL				
Código	Tipo		Créditos:	Semestre:
GN0213	() Obrigatória	(X) Optativa	4	
Centro: Ciências Humanas e Sociais				
Curso: Direito				
Carga Horária Total: 60	Carga Horária Teórica: 60	Carga Horária Prática:	Carga Horária EaD:	Carga Horária Extensão:
Ementa: Estudo introdutório à Filosofia enquanto saber crítico e reflexivo. Origem, conceitos e áreas tradicionais: metafísica, epistemologia, ética, lógica e estética. Períodos do pensamento filosófico: pré-socráticos aos filósofos contemporâneos, seus métodos e contribuições. Filosofia como instrumento de formação do pensamento autônomo e crítico. Desafios éticos, políticos, científicos e culturais da atualidade.				
Objetivos da Disciplina: Geral: Compreender os fundamentos da Filosofia, suas principais áreas, métodos e evolução histórica, desenvolvendo a capacidade crítica e reflexiva dos estudantes frente às questões humanas, éticas, sociais e epistemológicas.				

Específicos:

- a) identificar as origens históricas da Filosofia e diferenciar o pensamento filosófico do senso comum, da religião e da ciência;
- b) reconhecer os principais conceitos das áreas clássicas da Filosofia: metafísica, epistemologia, ética, estética e lógica;
- c) analisar as contribuições dos grandes sistemas filosóficos ao longo da história, desde a Antiguidade até a contemporaneidade;
- d) compreender os métodos filosóficos e sua aplicabilidade na construção do pensamento crítico e argumentativo;
- e) estimular a reflexão sobre temas filosóficos atuais e sua relação com as práticas sociais, políticas e culturais contemporâneas.

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Introdução à Filosofia

- 1.1 O que é Filosofia: conceito, objeto e finalidade
- 1.2 Diferença entre Filosofia, ciência, religião e senso comum
- 1.3 A importância da atitude filosófica: questionamento, dúvida e reflexão

UNIDADE 2. Principais Áreas da Filosofia

- 2.1 Metafísica: ser, realidade e causalidade
- 2.2 Epistemologia: conhecimento, verdade e crença
- 2.3 Ética: valores, moral, responsabilidade e liberdade
- 2.4 Estética: beleza, arte e expressão
- 2.5 Lógica: raciocínio, inferência e validade dos argumentos

UNIDADE 3. História do Pensamento Filosófico

- 3.1 Filosofia Antiga: os pré-socráticos, Sócrates, Platão e Aristóteles
- 3.2 Filosofia Medieval: fé e razão em Agostinho e Tomás de Aquino
- 3.3 Filosofia Moderna: racionalismo, empirismo, iluminismo
- 3.4 Filosofia Contemporânea: existencialismo, fenomenologia, estruturalismo, pós-modernidade

UNIDADE 4. Métodos da Filosofia

- 4.1 Dialética socrática e maiêutica
- 4.2 Método cartesiano e dúvida metódica
- 4.3 Fenomenologia e hermenêutica filosófica
- 4.4 A análise conceitual na tradição analítica
- 4.5 Filosofia como crítica da ideologia

UNIDADE 5. Filosofia e Atualidade

- 5.1 Aplicações filosóficas na política, ciência, tecnologia e cultura
- 5.2 Ética aplicada: bioética, ética ambiental e direitos humanos
- 5.3 O papel da Filosofia na formação do pensamento crítico e na cidadania
- 5.4 Filosofia e educação: formação da autonomia e da reflexão

Bibliografia Básica:

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. v. I, II e III. São Paulo: Paulus, 2000.
MARCONDES, Danilo. **Iniciação à Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.
COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**: História e Grandes Temas. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar:

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Antonio de Castro Caeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Jacó Guinsburg. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: UNESP, 2001.

KANT, Immanuel. **O que é o esclarecimento?** Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PLATÃO. **A república**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. São Paulo: Edições 70, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SILVA, Francisco José da. **Temas de filosofia**. São Paulo: EPU, 2002.